



2015|16

RELATÓRIO DO BIÊNIO



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO DE MATO GROSSO DO SUL



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO DE MATO GROSSO DO SUL

APRESENTAÇÃO

Aproximar o Judiciário da população de nosso Estado. Nestes dois anos à frente da administração do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, este foi nosso grande objetivo. Realizamos diversos projetos e melhorias na estrutura do Poder Judiciário, o que aprimorou as condições de trabalho para magistrados e serventuários da justiça, e a relação com as outras instituições públicas e do sistema jurídico, beneficiando a população sul-mato-grossense, que continua a confiar no Poder Judiciário de MS para a resolução de seus conflitos e na busca de seus direitos.

Desde a assunção ao cargo de Presidente do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, em 30 de janeiro de 2015, com o Vice-Presidente, Des. Paschoal Carmello Leandro, e o Corregedor-Geral de Justiça, Des. Julizar Barbosa Trindade, para o biênio 2015/2016, tivemos a oportunidade de melhorar e tornar a justiça mais eficiente.

Como maior legado de nossa administração deixamos o programa Judiciário em Movimento, que tornou 100% dos municípios de Mato Grosso do Sul sedes de comarcas. De forma inédita e já como referência para diversas Cortes do país, os municípios passaram a ser atendidos por uma vara da justiça comum, que funciona com uma estrutura móvel, a Carreta da Justiça, a qual percorre as comarcas que não possuem estrutura de fórum e faz os atendimentos da justiça comum. Com a aprovação da Lei Estadual, que viabilizou o projeto, foi possível criar a Vara da Justiça Itinerante do Estado de MS para que um juiz percorra todo o Estado, com sua equipe, levando o Judiciário à população não assistida pela Justiça.

A ideia é aproximar a justiça do cidadão. O Poder Judiciário precisa estar onde a população está e precisa fazer isso de maneira cada vez melhor, de maneira mais rápida e com mais eficiência. Com a presença do Judiciário em todas as cidades de Mato Grosso do Sul daremos efetividade à prestação jurisdicional, acesso à Justiça e

melhora na segurança.

As primeiras ações da administração começaram ainda no início de 2015, com a instalação da primeira Vara de Medidas Protetivas do Brasil, que funciona dentro da Casa da Mulher Brasileira, também a primeira instalada no país. Com isso, as mulheres podem contar com a Justiça para extirpar a mazela da violência doméstica.

Alinhados à nova forma de resolução dos conflitos, por meio dos métodos autocompositivos, expandimos os Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejuscs) em Campo Grande e no interior do Estado. Foram instalados Cejuscs em Corumbá, Naviraí, Dourados, Três Lagoas e Ponta Porã. Na Capital, foi instalado mais um Cejusc, na Associação Comercial e Industrial de Campo Grande (ACICG), ampliando a possibilidade de as partes buscarem uma mediação ou conciliação, em vez de litigarem na Justiça.

Nestes dois anos realizamos concursos públicos para magistrados, com 25 vagas, para serventuários da justiça, com 200 aprovados, e tivemos a conclusão do Concurso Extrajudicial para o Serviço Notarial e Registral.

A área social também foi prioridade em nossa gestão. Diversas campanhas promovidas pelo Judiciário sul-mato-grossense ajudaram pessoas carentes e contribuíram para uma sociedade melhor. Por meio do Programa para Ajuda à Criança e ao Idoso (Pacijus), entidades e programas sociais de todo o Estado de MS foram atendidos com campanhas de Páscoa e Natal, arrecadação de kits para idosos, bolsas para mulheres carentes e roupas na campanha do agasalho. Também fomos às ruas da Capital com a campanha “Trânsito Legal”, com o objetivo de levar a cultura da paz para o trânsito.

Alinhados à modernidade que o Poder Judiciário de MS sempre teve, dentre as diversas evoluções alcançadas nos sistemas eletrônicos do processo judicial, criamos um aplicativo para



tablets e *smartphones*, o qual trouxe mais praticidade ao trabalho dos magistrados do Poder Judiciário e aos advogados, permitindo manuseio de processos mesmo sem conexão de internet.

Nesta gestão, pudemos dar vazão às demandas que chegaram ao Judiciário estadual. Realizamos duas edições do Mutirão de Conciliação do Seguro DPVAT, realizado na Capital e, de forma inédita no país, em todas as comarcas do interior.

Também levamos a Justiça Itinerante ao projeto do Governo do Estado “Caravana da Saúde”, que percorreu todas as regiões de MS atendendo às demandas reprimidas nas comarcas que não contam com o serviço. De forma inovadora, instalamos o Juizado Itinerante Fluvial, de competência dos Juizados Especiais, na Comarca de Corumbá. Com a parceria da Marinha do Brasil, um juiz e assessores descem o Rio Paraguai atendendo às demandas dos ribeirinhos que vivem em pleno Pantanal. Pessoas que nunca pisaram em um fórum puderam ter seus direitos garantidos por essa iniciativa.

Neste biênio, elevamos as comarcas de Três Lagoas e de Corumbá à Entrância Especial. Essa era uma antiga reivindicação dessas comarcas que são, respectivamente, as 3ª e 4ª cidades mais populosas de MS. Elas se juntam a Campo Grande e Dourados como comarcas de Entrância Especial. Também reinstalamos as comarcas de Angélica e Dois Irmãos do Buriti, garantindo para a população dessas localidades o acesso à justiça.

As obras de ampliação, reforma e construção de fóruns também foram a tônica desta administração do TJMS. Foram reformados oito prédios e três construídos, primando pela eficiência energética, acessibilidade e segurança de quem trabalha e frequenta o Judiciário. As comarcas de Bandeirantes, Camapuã, Costa Rica, Deodápolis, Glória de Dourados, Jardim, Paranaíba e Pedro Gomes receberam obras de reforma e ampliação. As comarcas de Coxim, Inocência e Terenos receberam prédios novos que garantem comodidade para a população e melhoria nas condições de trabalho, não só para magistrados e servidores mas também para advogados, membros do Ministério Público e da Defensoria Pública.

Por fim, uma das maiores obras desta administração foi a entrega do Centro Integrado de Justiça, o Cijus, um moderno prédio do Judiciário sul-mato-grossense que abriga diversos serviços, dentre eles as varas dos Juizados Especiais, a Central de Processamento Eletrônico e a Coordenadoria da Infância e Juventude, ampliando o atendimento da população de Campo Grande.

Termo este ciclo na administração do Tribunal de Justiça com a certeza de ter feito o melhor em prol do jurisdicionado e dos cidadãos que buscaram o Judiciário sul-mato-grossense para a solução de seus litígios. Agradeço o trabalho árduo e o apoio envidado por todos os nobres pares que compõem nosso Tribunal, aos juízes que atuam com afinco em todas as comarcas e aos servidores e auxiliares, essenciais para a prestação jurisdicional efetiva. Tenho a certeza de que foi graças à união de todas essas forças que conseguimos manter a posição de vanguarda que Mato Grosso do Sul ocupa na justiça nacional.



Des. João Maria Lós
Presidente

Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul



RELATÓRIO DO BIÊNIO 2015 | 2016

Realização

Secretaria de Comunicação do TJMS

Jornalista Responsável

Carlos Kuntzel - DRT 041/MS

Redação: Coordenadoria de Imprensa

Impressão: Coordenadoria Gráfica

Fotos: Divulgação SCS-TJMS

Tiragem:

Circulação Nacional

Parque dos Poderes - Bloco 13

Campo Grande - MS

CEP: 79031-902

Telefone: (67) 3314-1432

www.tjms.jus.br

PRESIDENTE

Des. João Maria Lós

VICE-PRESIDENTE

Des. Paschoal Carmello Leandro

CORREGEDOR-GERAL DE JUSTIÇA

Des. Julizar Barbosa Trindade

DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO TJMS

Marcelo Vendas Righetti

TRIBUNAL PLENO

Des. Claudionor Miguel Abss Duarte

Des. João Maria Lós

Des. Divoncir Schreiner Maran

Des^a. Tânia Garcia de Freitas Borges

Des. Paschoal Carmello Leandro

Des. Julizar Barbosa Trindade

Des. Romero Osme Dias Lopes

Des. Carlos Eduardo Contar

Des. Sérgio Fernandes Martins

Des. Sideni Soncini Pimentel

Des. Dorival Renato Pavan

Des. Vladimir Abreu da Silva

Des. Luiz Tadeu Barbosa Silva

Des. Fernando Mauro Moreira Marinho

Des. Júlio Roberto Siqueira Cardoso

Des. Dorival Moreira dos Santos

Des. Marco André Nogueira Hanson

Des. Manoel Mendes Carli

Des. Ruy Celso Barbosa Florence

Des. Francisco Gerardo de Sousa

Des. Marcos José de Brito Rodrigues

Des^a. Maria Isabel de Matos Rocha

Des. Luiz Gonzaga Mendes Marques

Des. Eduardo Machado Rocha

Des. Marcelo Câmara Rasslan

Des. Amaury da Silva Kuklinski

Des. Luiz Claudio Bonassini da Silva

Des. Vilson Bertelli

Des. Odemilson Roberto Castro Fassa

Des. Nélio Stábile

Des. Paulo Alberto de Oliveira

Des. Alexandre Aguiar Bastos



COORDENADORIA ESTADUAL DA MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR

Des. Ruy Celso Barbosa Florence

(de 30 de janeiro de 2015 a 25 de janeiro de 2016)

Des. Paschoal Carmello Leandro

(a partir de 26 de janeiro de 2016)

ESCOLA JUDICIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Des. Júlio Roberto Siqueira Cardoso

CONSELHO DE SUPERVISÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS

Des. Marco André Nogueira Hanson

NÚCLEO PERMANENTE DE MÉTODOS CONSENSUAIS DE SOLUÇÕES DE CONFLITOS

Mediação – Des. Romero Osme Dias Lopes

Conciliação – Des. Vladimir Abreu da Silva

COORDENADORIA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

Des. Eduardo Machado Rocha

OUVIDORIA JUDICIÁRIA

Des. Luiz Claudio Bonassini da Silva

(de 2 de março de 2015 a 14 de outubro de 2015)

Des. Marcos José de Brito Rodrigues

(a partir de 15 de outubro de 2015)

COORDENADORIA DAS VARAS DE EXECUÇÃO PENAL

Des. Luiz Gonzaga Mendes Marques

JUÍZES AUXILIARES DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Dr. Alexandre Antunes da Silva

(de 30 de janeiro de 2015 a 19 de setembro de 2016)

Dr. Flávio Saad Peron

(a partir de 21 de setembro de 2016)

Dr. Luiz Antonio Cavassa de Almeida

Dr. Paulo Afonso de Oliveira

JUÍZES AUXILIARES DA VICE-PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Dr. Atílio César de Oliveira Junior

Dr. Ricardo César Carvalheiro Galbiati

JUÍZES AUXILIARES DA CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Dr^a. Elizabete Anache

Dr. Juliano Rodrigues Valentim

DIRETORES**Diretoria Executiva**

Izabela Borges

Secretaria do Conselho Superior da Magistratura

Christiane Teresa Padoa

Secretaria da Corregedoria-Geral de Justiça

Azenaide Rosselli Alencar

Secretaria Judiciária

Arnaldo Liogi Kobayashi

Secretaria de Finanças

Julio Dias de Almeida

Secretaria de Bens e Serviços

Larissa de Almeida Fagundes

Secretaria de Gestão de Pessoal

Raphael Vicente Bilinski

Secretaria de Obras

Reinaldo da Rosa Silveira

Secretaria de Tecnologia da Informação

Liriane Aparecida da Silva Nogueira

Secretaria de Comunicação

Carlos Alberto Kuntzel

Secretaria Judiciária de Primeiro Grau

Conceição Pedrini Pereira

Secretaria da Escola Judicial

Magna Trindade Nantes Fontoura

Assessoria de Planejamento

Newton Cesco Junior

Controle Interno

Kele Cristina Leite de Melo

Assessoria Jurídico-Legislativa

Luiz Fernando Simões Tolentino

Assessoria de Cerimonial

Jorge Miguel da Silva Garcia

Assessoria Militar

Coronel Geraldo Garcia Orti

Assessoria de Inteligência

Delegado Edi Ederaldo de Almeida

Delegada Suzimar Batistela



Des. João Maria Lós com Juízes Auxiliares da Presidência e Diretores do TJMS



SUMÁRIO

Judiciário de MS entra para a história com funcionamento da Carreta da Justiça	10
Desembargadores do TJ julgam mais de 95 mil processos	13
Tribunal de Justiça de MS recebe Selo Justiça em Números Ouro	14
Justiça de 1º Grau em MS tem mais de 90% dos processos exclusivamente eletrônicos	15
Tribunal paga mais de R\$ 372 milhões em precatórios	16
Vice-Presidência do TJ julga mais de 17 mil recursos	17
Corregedoria realiza correição em 100% das unidades judiciais e extrajudiciais	18
Mutirão Carcerário com tema único potencializa resultados	23
Relatório da Escola Judicial do Estado de Mato Grosso do Sul (Ejud-MS)	24
Conselho de Supervisão facilita acesso à Justiça e proporciona maior efetividade aos Juizados	34
Processo seletivo recruta juízes leigos para Juizados Especiais de MS	38
Processos dos Juizados têm maior celeridade com envio eletrônico de TCOs	39
Recolhimento de Custas nos Juizados Especiais passa a ser on-line	40
Pessoas Físicas podem peticionar nos Juizados Especiais pela internet	41
Juizados da Capital representam 40% da demanda de MS	42
Coordenadoria desenvolve projetos em benefício da Infância e Juventude	46
Ouvidoria consolida-se como canal de atendimento do Judiciário	54
Coordenadoria atua no combate e prevenção à violência contra a mulher	56
MS instala 1ª vara do país dedicada a medidas protetivas à mulher	61
Ampliação da infraestrutura do Judiciário melhora atendimento ao jurisdicionado	62
Modernidade: População da Capital recebe Centro Integrado de Justiça	64
TJ instala Centros de Solução de Conflitos no interior de MS	66
Conciliação: Ações inéditas do TJMS resultaram em acordos e fim de greves	67
Mutirão inédito concilia processos do seguro DPVAT em todo o Estado	68
Núcleo de Apoio Técnico resulta em mais eficiência às demandas do SUS	69
Caravana da Saúde: Parceria com o Executivo leva a justiça a todo o Estado	70
Audiência de Custódia é realidade em todas as comarcas de MS	72
Entidades da Capital recebem recursos arrecadados com penas pecuniárias	73
“Pintando e Revitalizando a Educação com Liberdade” é referência no país	74
Presos reformam delegacia com 75% de economia para o Estado	75
Tribunal de Justiça contribui para ressocialização de internos da Capital	76
Comarcas de Corumbá e Três Lagoas são elevadas à entrância especial	77
Dois Irmãos do Buriti e Angélica voltam a ser comarcas e aproximam Judiciário do cidadão	79
Posto Avançado leva Justiça a Japorã	80
Desmembramento possibilita mais celeridade à Execução Fiscal em Campo Grande	81
Poder Judiciário implanta Galeria dos Juízes Titulares nas Comarcas	82
TJMS disponibiliza cadastro on-line para advogados voluntários	83
Malote digital garante agilidade no cumprimento de alvarás de soltura	84
Tribunal de Justiça moderniza gestão de mandados judiciais	85
Judiciário efetua troca de microcomputadores obsoletos	86

Serviço de impressão é 100% terceirizado	87
Implantado Sistema de Gestão em Segurança da Informação	88
TJMS instala circuito de videomonitoramento	89
Tribunal de Justiça cria aplicativo para <i>tablets</i> e <i>smartphones</i>	90
Implantada Ferramenta de Inteligência de Negócio - <i>Business Intelligence</i>	91
Tribunal disponibiliza acesso às gravações de audiências no e-SAJ	92
Implantada remessa eletrônica de processos entre TJMS e TRF3	93
Judiciário expede certidões cíveis e criminais com abrangência estadual	94
Novo Diário da Justiça Eletrônico traz mais celeridade processual	95
Novas funcionalidades do e-SAJ atendem normas do Novo CPC	96
Plantão eletrônico agiliza atendimento no Judiciário de MS	97
TJ promove integração com sistema da PGE, MP e Correios	98
TJMS integra Escritório Digital do CNJ	99
TJ lança projeto Petição 10, Sentença 10 em Mato Grosso do Sul	100
CPE: o “Cartório do Futuro” expande sua atuação no Judiciário de MS	102
Judiciário de MS inicia implantação de Gestão de Processos	106
Ações da Secretaria de Bens e Serviços geram melhorias no Judiciário de MS	107
Assessoria Militar atua em prol da segurança no Poder Judiciário	110
Aprovado novo Regimento Interno do Tribunal de Justiça	111
Conselho da Magistratura promove 31º Concurso para Juiz Substituto	112
Controle Interno atua na auditoria e fiscalização do Judiciário de MS	114
TJMS implantará modelo de Gestão por Competências	116
Tribunal implanta ginástica laboral para servidores da CPE	117
Responsabilidade Social: TJ firma convênio e contrata jovens da Pestalozzi	118
Tribunal de Justiça concede benefício a servidores inativos ou pensionistas	119
TJMS aprova Plano de Logística Sustentável	120
Campanha busca conscientizar e incentivar boas práticas no trânsito	122
Memória: Exposição permanente em Campo Grande conta a história do Júri	124
Campanhas do Pacijus atendem crianças e idosos de MS	125
Campo Grande foi sede do 106º Encontro do Conselho dos Tribunais de Justiça	126
Alexandre Aguiar Bastos é empossado desembargador do TJMS	128



JUDICIÁRIO DE MS ENTRA PARA A HISTÓRIA COM FUNCIONAMENTO DA CARRETA DA JUSTIÇA

14 de outubro de 2016 foi a data em que o Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul entrou definitivamente para a história da justiça brasileira com o início do funcionamento da Carreta da Justiça na Comarca de Rochedo, distante 80 km da Capital. O objetivo da proposta é aproximar o Judiciário da população e dar cidadania às pessoas que nunca tiveram atividade judicial e judiciária em sua cidade.

O início dos atendimentos da Vara da Justiça Itinerante do Estado de MS deu efetividade ao programa “Judiciário em Movimento”, que se tornou realidade com a Emenda Constitucional nº 75, de iniciativa do TJMS, com a transformação

de 100% dos municípios de Mato Grosso do Sul em sede de comarcas.

Com isso, os municípios de Alcinópolis, Antônio João, Aral Moreira, Bodoquena, Caracol, Corguinho, Coronel Sapucaia, Douradina, Figueirão, Guia Lopes da Laguna, Japorã, Jaraguari, Jateí, Juti, Ladário, Laguna Carapã, Novo Horizonte do Sul, Paraíso das Águas, Paranhos, Rochedo, Santa Rita do Rio Pardo, Selvíria, Tacuru, Taquarussu e Vicentina serão gradativamente sede de comarcas de primeira entrância.

As comarcas de Rochedo, Corguinho e Taquarussu foram atendidas pela Carreta da Justiça desde outubro de 2016 até o final do biênio 2015/2016.





CARRETA DA JUSTIÇA

Enquanto não existem fóruns nessas localidades, as novas comarcas serão atendidas por uma carreta itinerante, que tem jurisdição em todo o Estado e competência para apreciar e julgar todas as ações de natureza cível, criminal e de competência dos juizados especiais distribuídas durante suas jornadas, assim como atuar em mutirões processuais, mediante autorização prévia do Conselho Superior da Magistratura, inclusive em processos do Tribunal do Júri.





A carreta itinerante é dotada de estrutura semelhante a um pequeno fórum, com gabinete para o juiz, sala da Defensoria Pública e Ministério Público, recepção, espaço para advogado, além de copa e banheiros e permanece na cidade conforme a demanda do município e o roteiro previamente definido.



DESEMBARGADORES DO TJ JULGAM MAIS DE 95 MIL PROCESSOS

Os desembargadores do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul julgaram 95.760 processos de fevereiro de 2015 a janeiro de 2017, com 102.365 novos feitos distribuídos, o que gerou uma taxa de 93,5% dos processos julgados. Nesse período foram publicados 71.215 acórdãos e realizadas 886 sessões de julgamento.

Dos processos julgados, além das mais de 76.136 decisões colegiadas, 19.624 foram decisões monocráticas dos desembargadores. Do total de processos distribuídos, 95.381 ingressaram em formato eletrônico e 6.984 são feitos físicos. De todo o acervo em trâmite no Judiciário de MS em 2º Grau, 94% dos processos tramitam de forma eletrônica, visto que, no ano de 2016, iniciou-se a digitalização do acervo existente de forma gradativa, possibilitando a prestação jurisdicional de forma mais célere, com as benesses do processo digital.

A classe processual com o maior número de feitos distribuídos foi a de apelações cíveis, 40.873, seguida de agravos de instrumento, 22.059, e embargos de declaração, 10.245.

Os dados fornecidos dizem respeito às Câmaras, às Seções e ao Órgão Especial, excluída a Presidência e a Vice-Presidência.

93,5%

Taxa de
processos julgados

94%

Processos tramitados
de forma eletrônica

40.873

Apelações cíveis

22.059

Agravos de Instrumento

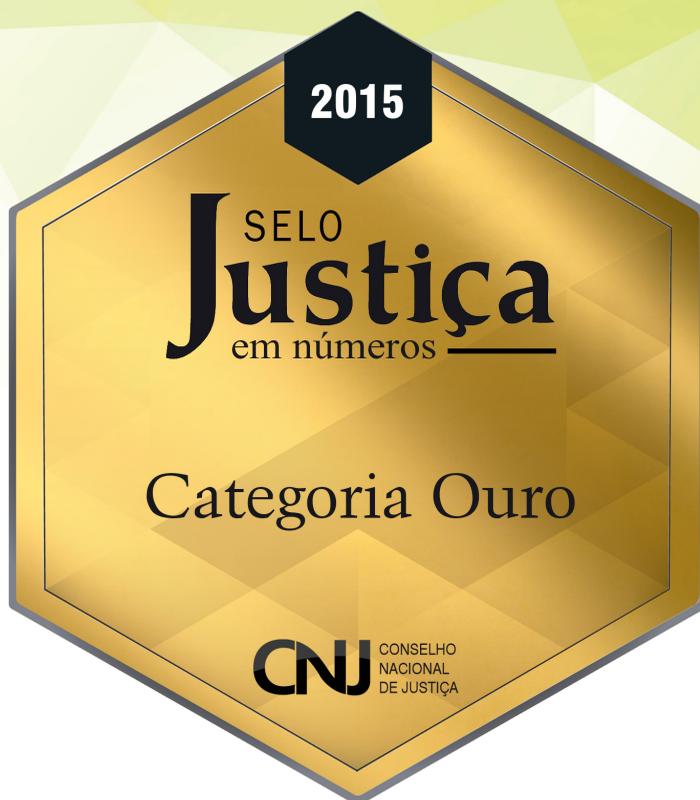
10.245

Embargos de declaração





TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MS RECEBE SELO JUSTIÇA EM NÚMEROS OURO



O Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul recebeu, nos anos de 2015 e 2016, o Selo Justiça em Números Ouro, concedido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em reconhecimento à excelência da gestão da informação. O TJMS recebeu as premiações em solenidades realizadas durante o 9º e 10º Encontro Nacional do Poder Judiciário, em Brasília (DF).

São considerados tribunais com nível de excelência na gestão da informação aqueles capazes de extrair dados analíticos de todas as unidades judiciárias em sistemas padronizados de acordo com as regras das Tabelas Processuais Unificadas (Resolução nº 46/2007) e do Modelo Nacional de Interoperabilidade (MNI) do CNJ. A premiação também considerou o nível de implantação dos processos eletrônicos nos tribunais.

O Selo Justiça em Números foi criado em outubro de 2013 para fomentar a qualidade dos dados estatísticos do Judiciário, sobretudo referentes ao Relatório Justiça em Números. A ideia é aprimorar a coleta e sistematização dos dados para garantir informações e indicadores confiá-

veis para a tomada de decisões no processo de planejamento e gestão estratégicos, além de aumentar o acesso público a esses dados.

A concessão desse Selo considera o encaminhamento adequado das informações, com atenção aos prazos e à consistência dos dados, assim como o nível de informatização do tribunal, uso de relatórios estatísticos para o planejamento estratégico e cumprimento de resoluções do CNJ alinhadas à gestão da informação.

JUSTIÇA DE 1º GRAU EM MS TEM MAIS DE 90% DOS PROCESSOS EXCLUSIVAMENTE ELETRÔNICOS

A Justiça de 1º Grau do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul possui 789.072 processos em andamento, dos quais 683.683 na Justiça Comum e 105.389 nos Juizados Especiais. Desse total, 719.846 são eletrônicos (91,22%) e 69.226 físicos (8,78%). Os dados são referentes ao final do mês de outubro de 2016.

No período de fevereiro de 2015 a outubro de 2016, foram distribuídos 745.777 processos, 536.250 feitos na Justiça Comum e 209.527 nos Juizados.

Em relação às movimentações do Poder Judiciário, entre fevereiro de 2015 e outubro de 2016, foram 340.309 sentenças, 523.415 decisões interlocutórias e 1.238.862 despachos na Justiça Comum. Nos Juizados, foram 220.551 sentenças, 75.542 decisões interlocutórias e 225.587 despachos. O total geral da movimentação foi de 560.860 sentenças, 598.957 decisões interlocutórias e 1.464.449 despachos.

Dados do final do mês de outubro de 2016 apontam que as quatro comarcas sul-mato-grossenses de Entrância Especial concentram 62% dos processos em andamento no Estado: Campo Grande possui 388.928 feitos em andamento, Dourados, 48.293, Três Lagoas, 33.845, e Corumbá, 20.621 processos.

91,22%
Processos eletrônicos

62%

Processos em andamento
nas comarcas de entrância
especial

789.072

Processos em andamento
no 1º grau

683.683

Processos na Justiça Comum

105.389

Processos nos Juizados Especiais



TRIBUNAL PAGA MAIS DE R\$ 372 MILHÕES EM PRECATÓRIOS



Des. Paschoal Carmello Leandro

Na Gestão dos Precatórios, no período de fevereiro de 2015 a janeiro de 2017, o Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul autorizou a expedição de 14.088 alvarás de pagamento referentes a precatórios e requisições de pequeno valor (RPV), que totalizaram o pagamento de R\$ 372.158.991,48, montante que inclui toda tributação e pagamento aos credores. Dos alvarás expedidos, 10.989 referem-se a entes devedores do Regime Especial (EC 62) e Regime Geral, 563 do INSS e 2.536 requisições de pequeno valor.

Os processos referentes a precatórios são de competência da Vice-Presidência do TJ, sob a gestão do Des. Paschoal Carmello Leandro, auxiliado pelo juiz Ricardo Galbiati, designado para cuidar prioritariamente dos precatórios, inclusive com competência para dar impulso aos procedimentos de mero expediente.

No biênio 2015/2016 foram distribuídos 4.243 precatórios, com 11.200 despachos e decisões. A atual gestão encerra-se com um estoque de 6.141 processos referentes a precatórios na Vice-Presidência do TJMS, com a extinção de 4.039 e o montante de R\$ 4.288.693,02 em sequestros no Bacenjud.

PAGAMENTOS

Desde o final de janeiro de 2016, quem tem precatórios para receber só pode fazê-lo por meio de conta bancária, já que os valores passaram a

ser pagos exclusivamente por Transferência Eletrônica Disponível (TED).

A mudança justifica-se pela responsabilidade do TJMS quanto ao recolhimento de tributos e contribuições previdenciárias sobre os pagamentos feitos aos beneficiários e aos respectivos advogados. Não se pode esquecer também do controle rigoroso que deve acompanhar a destinação dos recursos públicos quanto ao pagamento da dívida pública interna, decorrentes de condenações judiciais, e seu pagamento em valores exatos e aos devidos beneficiários.

A Vice-Presidência do TJMS, responsável pelo pagamento de precatórios, autorizou a implementação de novos módulos no Sistema Automatizado de Precatórios (SAPRE) destinados à realização de transferências eletrônicas de fundos, recolhimento de tributos e contribuições e expedição de alvarás.

Todos os resultados alcançados pela Vice-Presidência do TJMS na gestão dos precatórios são publicados mensalmente no Diário da Justiça e no Portal do Tribunal.

Os trabalhos realizados demonstram o esforço para a efetivação dos pagamentos e o resultado se reflete no atendimento ao cidadão, que ganha em celeridade e transparência na prestação jurisdicional.

VICE-PRESIDÊNCIA DO TJ JULGA MAIS DE 17 MIL RECURSOS

No período de fevereiro de 2015 a outubro de 2016, a Vice-Presidência do TJMS julgou 17.204 feitos distribuídos dentre recursos especiais e recursos extraordinários e encaminhou 10.942 processos aos Tribunais Superiores, totalizando 28.146 processos despachados. Tramitam no órgão ainda os processos referentes a Precatórios, Pedido de Intervenção Estadual em Precatórios, Petições, Requisições de Pequeno Valor e Incidentes em Precatórios.

Os processos referentes a recursos especiais e recursos extraordinários são de competência da Vice-Presidência do TJ, sob a gestão do Des. Paschoal Carmello Leandro, auxiliado pelo juiz Afílio César de Oliveira Junior.

As ações mais distribuídas foram as de Recurso Especial, com 11.346 novos processos, sendo emitidas 12.413 decisões sobre esse recurso no mesmo período, o que significa que foram decididos cerca de mil processos a mais do que a distribuição, diminuindo o estoque processual.

No mesmo período entraram no Judiciário 1.813 Recursos Extraordinários, sendo julgados 2.887 feitos.

ADMISSIBILIDADE DE RECURSOS

Neste biênio, a Vice-Presidência admitiu 80 recursos extraordinários e negou 2.493.

Em relação aos recursos especiais, 688 foram admitidos e encaminhados ao STF e 12.479 tiveram seguimento negado.

28.146

Processos despachados

12.413

Decisões sobre recursos especiais

80

Recursos extraordinários admitidos

12.479

Recursos especiais Negados



CORREGEDORIA REALIZA CORREIÇÃO EM 100% DAS UNIDADES JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS

Com a missão de fiscalizar, orientar e aprimorar os serviços judiciais e extrajudiciais prestados à sociedade, e com intuito de zelar pela regularidade da conduta dos juízes e delegatários, o Corregedor-Geral de Justiça, Des. Julizar Barbosa Trindade, com os juízes auxiliares, traçou objetivos e desenvolveu diversas atividades desde que assumiu o cargo, dia 1º de fevereiro de 2015, sempre primando pelo cumprimento das metas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça e os fins colimados no planejamento estratégico do Tribunal de Justiça deste Estado.

Durante o biênio 2015/2016, a Corregedoria-Geral de Justiça, sob a coordenação do Corregedor-Geral de Justiça, Des. Julizar Barbosa Trindade, auxiliado pelo Juiz Auxiliar da CGJ, Dr. Juliano Rodrigues Valentim, realizou correição ordinária em todas as unidades judiciais e extrajudiciais, deslocando-se pessoalmente às comarcas respectivas, e reuniu-se com os juízes.

No âmbito das atividades afetas às unidades judiciais, tendo em vista o advento do Novo Código de Processo Civil, foi necessária a edição de diversos atos normativos e a orientação a servidores e magistrados, a fim de adequar os procedimentos e as rotinas cartorárias à nova legislação.



Des. Julizar Barbosa Trindade



23

Provimentos baixados

21



Portarias



176

Portarias editadas pelos Juízes de Primeira Instância foram analisadas

Dentre os atos normativos, foram baixados 23 Provimentos, dos quais se destaca o Provimento nº 137, que dispõe sobre a ata notarial e a usucapião extrajudicial. Foram publicadas, ainda, 16 portarias de credenciamento e/ou descredenciamento de peritos médicos para atuarem em feitos criminais; 1 portaria de credenciamento de empresa gestora para realização de alienação eletrônica; 1 portaria de regulamentação da Resolução nº 82/2009/CNJ; 1 portaria de padronização do horário de funcionamento das serventias extrajudiciais no período do carnaval; 1 portaria de destituição de interina de cartório; 1 portaria de credenciamento de intérprete de povos indígenas. No mesmo período foram analisadas 176 portarias editadas pelos Juizes de Primeira Instância e encaminhadas à Corregedoria-Geral de Justiça.

CONCURSO EXTRAJUDICIAL E DE SERVIDORES

O Corregedor-Geral de Justiça concluiu as atividades que lhe foram delegadas quanto à realização do IV concurso para provimento de 85 serventias extrajudiciais. Após a homologação do certame e a ocorrência de duas audiências públicas, restaram providas 70 serventias, permanecendo 15 vagas por ausência de escolha e/ou decurso de prazo para a investidura, sendo que, destas, 4 encontram-se com os acervos recolhidos.

O Des. Julizar Barbosa Trindade presidiu ainda a comissão do VII Concurso Público de Provas para Provimento de Cargos Públicos da Estrutura Funcional do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul para seleção de analista judiciário – área fim, conforme Edital nº 01, de 27 de março de 2015.

LEILÃO ELETRÔNICO



A Corregedoria-Geral de Justiça, por meio da Comissão Permanente para o Gerenciamento da Alienação Judicial Eletrônica, presidida pela Dra. Elizabeth Anache, divulgou o Edital nº 001/2016, cujo objeto é o credenciamento de leiloeiros e corretores públicos para alienação judicial no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul, nos termos do Provimento nº 375 do Conselho Superior da Magistratura, de 23 de agosto de 2016, publicado no Diário da Justiça nº 3646, de 24 de agosto de 2016, bem como da Resolução nº 236 do Conselho Nacional de Justiça e do art. 882, § 1º, do CPC.

O referido edital inovou no sentido de que a habilitação tem validade pelo prazo de 24 meses, após o qual deve o interessado realizar outro credenciamento, de acordo com as especificações de novo edital vigente à época.



Comissão do IV Concurso Extrajudicial



PADRONIZAÇÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA

Atendendo a solicitações de magistrados, a Corregedoria-Geral de Justiça realizou, no decorrer do biênio 2015/2016, atividades relacionadas à padronização da rotina cartorária e orientações aos servidores por meio de e-mails, telefonemas e *pidgin*, bem como atendimento às partes e aos advogados.

Há de se ressaltar que a Corregedoria mantém no site do TJMS, no link da Corregedoria-Geral de Justiça, o **Guia Procedimental do Servidor – GPS Eletrônico**, que se trata de um apanhado de orientações práticas para auxiliar os servidores na execução das atividades cartorárias e serve de mecanismo de padronização de procedimentos relacionados ao trâmite dos processos eletrônicos.

COORDENADORIA DAS VARAS DE EXECUÇÃO PENAL (COVEP)

Durante o biênio, a Corregedoria viabilizou a ampliação do Estabelecimento Penal de Coxim; a reforma e adequação do Instituto Médico Legal de Coxim; a reforma e ampliação do Estabelecimento Penal Feminino de Corumbá; a construção do Estabelecimento Penal de Regime Semiaberto de Corumbá; e a resolução do problema de saneamento básico na Penitenciária de Segurança Máxima Naviraí, o que deu ensejo ao arquivamento do procedimento de interdição da unidade penal.

Realizou, em 2015, o Mutirão Carcerário, regulamentado pelo Provimento nº 345, de 07 de maio de 2015, do Conselho Superior da Magistratura, que teve como objetivo principal o reexame de todos os processos de presos provisórios das Varas Criminais das Comarcas do Estado, bem como de todos os de presos condenados definitivos ou provisórios dos regimes fechado, semiaberto e aberto da Vara Criminal da Comarca de Aquidauana e da 3ª Vara Criminal da Comarca de Dourados. Em 2016, regulamentado pelo Provimento nº 366, de 24 de maio de 2016, do Conselho Superior da Magistratura, o mutirão teve como foco a análise dos processos de presos condenados com eventual direito à comutação de pena ou indulto, o que envolveu todas as Varas Criminais e de Execução Penal do Estado.

O Coordenador da Coordenadoria das Varas de Execução Penal (Covep), Desembargador Luiz Gonzaga Mendes Marques, Corregedor-Geral de Justiça Adjunto, e os juízes da Covep, Juliano Rodrigues Valentim e Thiago Nagasawa Tanaka participaram do “Workshop Nacional dos GMFs - uma Visão Inovadora para a Execução Penal”, realizado pelo Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas (DMF) nos dias 27 e 28 de maio de 2015 em Brasília.

A Covep promoveu o 1º Encontro de Juízes das Varas de Execução Penal, do qual participaram todos os juízes que atuam na execução penal, com o objetivo de uniformizar os procedimentos relativos à movimentação de presos nos estabelecimentos penais do Estado, visando uma melhor administração nessa área.



Reunião Mutirão Carcerário 2015



Reunião Mutirão Carcerário 2016



1º Encontro de Juízes de Execução Penal

GERÊNCIA DE SISTEMAS EXTERNOS DA CGJ/MS

Foram recebidos e atendidos 2.236 expedientes, 8.717 e-mails e 8.364 telefonemas relativos ao gerenciamento dos Sistemas Externos, realizados cadastros, oferecidos suportes técnicos e fornecidas orientações a servidores e juízes em relação aos seguintes sistemas: Cadastro de Adolescentes em Conflito com a Lei, Cadastro de Crianças Acolhidas, Cadastro de Adoção, Cadastro de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, Cadastro de Vistoria nos Estabelecimentos Penais, Sistema Nacional de Controle de Interceptações, Sistema Nacional de Bens Apreendidos, Cadastro Nacional de Inspeções em Unidades de Internação e Semiliberdade, Audiências Concentradas, Banco Nacional de Mandado de Prisão, Sistema de Audiência de Custódia, Sistema Nacional de Videoconferência, Bacenjud, Renajud, Infojud, Infoseg, Malote Digital, Prec-web, AJG, SGI/Detran, Sinic e Sigo.

Ademais, foram gerenciados Relatórios de Prisões, de Internação Provisória por período superior a 45 dias, de Penas Pecuniárias (Provimento 86), de Processos Arquivados fora do SAJ, de Certidão da Dívida Ativa e Relatório Pai Presente.

ALIENAÇÃO DE BENS APREENDIDOS EM AÇÕES PENAIS

Durante o biênio, foram realizados 6 leilões de bens apreendidos em decorrência de ações penais em trâmite ou arquivadas.

ADOÇÃO INTERNACIONAL

No exercício das atividades administrativas exercidas pela Comissão Estadual Judiciária de Adoção Internacional (CEJAI) no Biênio 2015-2016 e, em cumprimento às disposições de seu Regimento Interno, foram autuados 19 procedimentos de habilitação para adoção internacional e realizadas 6 sessões para julgamento dos pedidos.

Foram, ainda, expedidos 18 Laudos de Habilitação, 8 Certificados de Continuidade de Adoção, 5 Certificados de Conformidade de Adoção. Por fim, foram incluídos no Cadastro Nacional de Adoção os pretendentes estrangeiros habilitados perante a Comissão (18 habilitações).



ENCONTRO DOS ESCRIVÃES

A Corregedoria-Geral de Justiça planejou, elaborou e ministrou os três Módulos de Aperfeiçoamento do XIII Encontro de Escrivães e Chefes de Cartório do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul, sendo o primeiro voltado aos servidores das comarcas de Primeira Entrância, o segundo e o terceiro aos servidores das comarcas de Segunda Entrância e Entrância Especial.

EVENTOS

No decorrer do biênio, o Corregedor-Geral de Justiça participou de todos os Encontros de Corregedores-Gerais de Justiça. Dentre uma das funções de destaque, durante o 70º Encoge realizado em novembro de 2015, em Barreirinhas (Maranhão), o Des. Julizar Barbosa Trindade foi eleito o 2º Vice-Presidente do Colégio Permanente dos Corregedores-Gerais do Brasil, passando a fazer parte da nova Comissão Executiva daquele Colegiado desde o dia 1º de janeiro do corrente ano.

O Corregedor-Geral fez-se presente, ainda, na inauguração das obras de reforma realizadas por detentos nas escolas estaduais Flavina Maria da Silva, José Ferreira Barbosa, Delmira Ramos, Padre Mário Blandino e Padre José Scampini e na entrega da calçada social do presídio semiaberto de Aquidauana.

Foi agraciado durante a solenidade de come-

moração do dia do Patrono das Polícias Militares com a Medalha Tiradentes, oferecida pela PMMS, e foi homenageado durante a cerimônia de entrega da comenda Medalha Patrono Penitenciário Senador Ramez Tebet ao Presidente do Tribunal de Justiça.

Destaca-se, por fim, a participação do Corregedor e de seus juízes auxiliares nos seguintes eventos: Implantação da Audiência de Custódia, X Encontro Estadual dos Psicólogos e Assistentes Sociais do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul, Encontro de Escrivães e Chefes de Cartório, Encontro de Secretários e Diretores de Administração do Poder Judiciário, Entrega do Colar de Mérito ao Ministro Ricardo Lewandowski, Inauguração do CEJUSC, Audiência com a Ministra Nancy Andrighi e 9º Encontro Nacional do Poder Judiciário-CNJ.

OUTRAS ATIVIDADES

A Corregedoria contribuiu com projetos de iniciativa da Presidência, tais como: implantação da Audiência de Custódia, da Videoconferência para a oitiva de réus presos no Estado, e da Gestão de Penas para controle e fiscalização da apresentação biométrica dos réus e sentenciados.

Por fim, participou do desenvolvimento do plantão eletrônico no âmbito do Primeiro Grau, da estruturação das audiências de conciliação e mediação para atender o Código de Processo Civil de 2015, das configurações para atender a nova sistemática de envio de processos ao Núcleo de Apoio Técnico – NAT e da implantação da Gerência de Cobrança de Custas Finais – Gecof.



XIII Encontro de Escrivães e Chefes de Cartório

MUTIRÃO CARCERÁRIO COM TEMA ÚNICO POTENCIALIZA RESULTADOS

A edição de 2016 do mutirão carcerário em Mato Grosso do Sul, realizado de 14 de junho a 8 de julho, teve esforço concentrado na análise de processos de presos condenados com eventual direito à comutação de pena ou ao indulto. O foco específico do trabalho permitiu que fossem concedidos 1.442 indultos e comutações. Um número que chega a ser 3.000% maior do que as concessões de indultos e comutações em um mutirão tradicional em que são analisados estes e todos os demais benefícios possíveis.

Como comparativo, o mutirão de 2013, última edição em que houve a análise, em nível estadual, de todos os presos que pudessem receber o benefício do indulto e da comutação de pena, foram concedidos apenas 8 indultos e 37 comutações.

Outra ferramenta primordial para potencializar os resultados foi a triagem inicial de 32.000 processos feita pelos servidores lotados na Central de Processamento Eletrônico (CPE). Desse modo, o foco do trabalho concentrou-se em 5.000 processos pré-selecionados para o mutirão.

Desse universo analisado, 3.714 processos se encontravam com a pena em cumprimento regular, o que demonstra o compromisso de juízes e servidores do Poder Judiciário estadual em garantir o máximo de esforço para que o andamento processual esteja em dia, além, é claro, de ser uma consequência da realização constante de mutirões carcerários no Estado.



O mutirão carcerário é uma ação já institucionalizada pelo Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul que vem sendo realizada desde o ano de 2009. O diferencial na edição de 2016 se deu por conta da análise de processos de presos condenados com eventual direito à comutação de pena ou ao indulto, envolvendo todas as Varas Criminais e de Execução Penal do Estado.

Os dados demonstram que nesta edição foram indeferidos 724 pedidos de benefícios. Por outro lado, foram concedidos 858 indultos e 584 comutações de pena. Houve ainda a extinção de 31 processos e 158 indultos parciais.

O grupo de trabalho foi formado pelos juízes Eguiliell Ricardo da Silva, Wilson Leite Corrêa e Eucélia Moreira Cassal e teve como coordenador o juiz Albino Coimbra Neto.

MUTIRÃO 2015

Realizado de 22 de junho a 10 de julho de 2015, a mobilização teve esforço concentrado sobre a situação de todos os presos em Aquidauana e Dourados, além do reexame de todos os processos de presos provisórios no Estado.

O mutirão foi coordenado pelo juiz Albino Coimbra Neto. Também participaram dos trabalhos os juízes Thiago Nagasawa Tanaka, Fernando Chemin Cury e Eguiliell Ricardo da Silva.



Relatório Biênio 2015/2016



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO DE MATO GROSSO DO SUL



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO DE MATO GROSSO DO SUL

Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul **Escola Judicial do Estado de Mato Grosso do Sul**

Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul
Des. João Maria Lós

Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul
Des. Paschoal Carmello Leandro

Corregedor-Geral de Justiça do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul
Des. Julizar Barbosa Trindade

Diretor-Geral da Escola Judicial do Estado de Mato Grosso do Sul - Ejud-MS
Des. Júlio Roberto Siqueira Cardoso

Vice-Diretor da Escola Judicial do Estado de Mato Grosso do Sul - Ejud-MS
Des. Odemilson Roberto Castro Fassa

Conselho Consultivo e de Programas da Ejud-MS
Des. Eduardo Machado Rocha
Des. Ruy Celso Barbosa Florence
Des. Vilson Bertelli
Dr. André Luiz Monteiro
Dra. Janine Rodrigues de Oliveira Trindade
Dr. José Gomes da Silva

Conselho Editorial e de Pesquisa da Ejud-MS
Dr. Alexandre Corrêa Leite
Dr. Ricardo César Carvalheiro Galbiati
Dr. Roberto Ferreira Filho

Coordenadoria do Núcleo de Ensino a Distância da Ejud-MS
Coordenador - Dr. José de Andrade Neto

Coordenadoria de Projetos da Ejud-MS
Coordenador - Dr. Vinicius Pedrosa Santos

Diretora de Secretaria da Escola Judicial
Magna Trindade Nantes Fontoura

Consultoria Educativa
Deise Moura Mathias

Assessoria Técnica Especializada I
Mauro César Candido Pereira

Assessoria Técnica Especializada II
Mário Fernandes Barbosa

Diretora do Departamento de Apoio Administrativo e Logístico
Maria Auxiliadora Anderson

Diretora do Departamento de Ensino
Rosimar Maria da Silva Gomes

Diretora do Departamento de Processamento e Controle
Vilma Helena Marques Ferreira

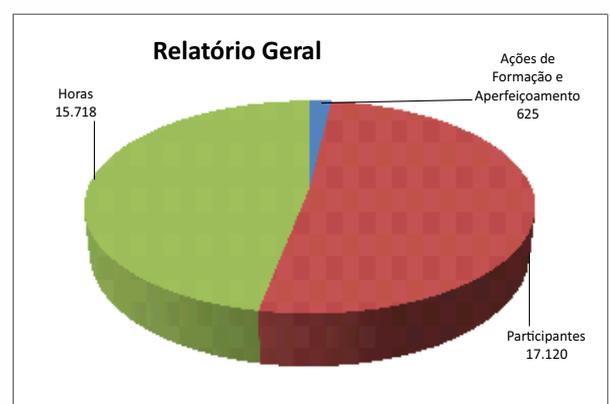
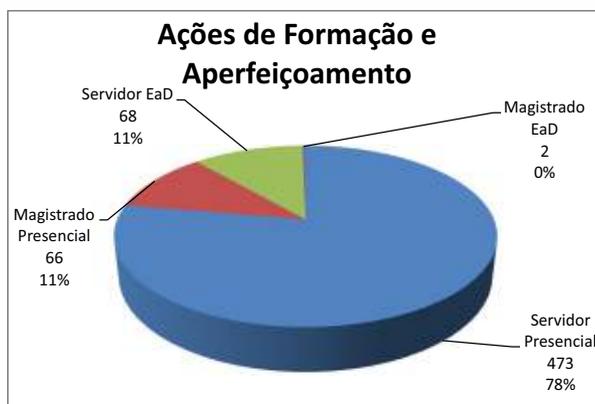
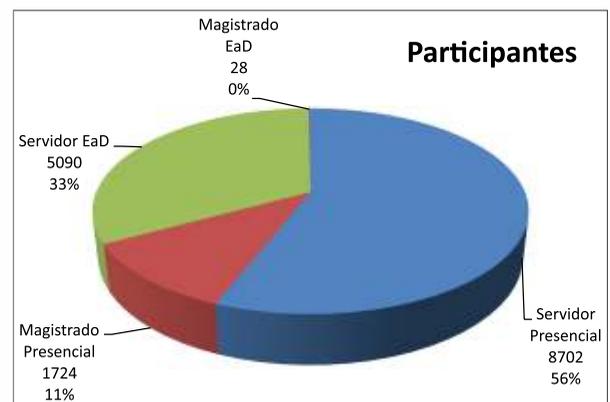
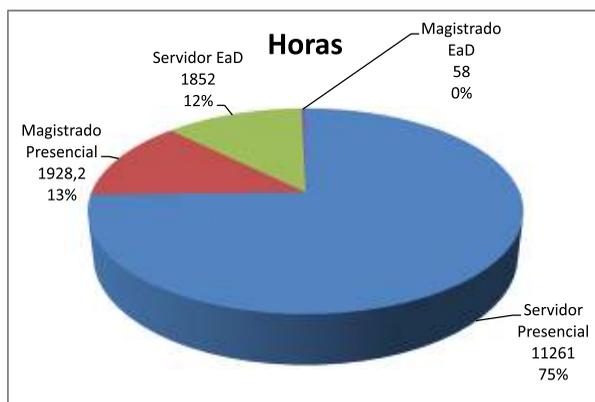
RELATÓRIO BIÊNIO 2015/2016 - EJUD/MS

Este relatório apresenta as atividades desenvolvidas pela Escola Judicial do Estado de Mato Grosso do Sul (Ejud-MS), com o detalhamento em planilhas, discriminando todas as ações de formação e aperfeiçoamento para magistrados e servidores realizadas no biênio 2015/2016. Ao todo foram 625 ações de ensino, dentre as quais 68 para magistrados, 541 para servidores e 16 para o público externo. Tais ações implicaram em formação e aperfeiçoamento de aproximadamente 17.120 participantes, perfazendo um total de 15.718 horas-aula. Esses dados destacam o Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul no cenário nacional.

Público Alvo	Presencial			EaD			Colaboradores da Justiça	Total
	Servidor	Magistrado	Total	Servidor	Magistrado	Total		Geral
Ações de Formação e Aperfeiçoamento	473	66	539	68	2	70	16	625
Participantes	8702	1724	10426	5090	28	5118	1576	17.120
Horas	11261	1928,2	13189,2	1852	58	1910	619	15.718

Fonte: Sistema da Escola Judicial do Estado de Mato Grosso do Sul - SEJUD

Gráficos



A Ejud-MS, criada por meio da Lei 3.932, de 13/07/2010, é um Órgão auxiliar do Poder Judiciário Estadual para implementação das políticas e estratégias institucionais. Mantém intensa agenda de atividades, proporcionando aperfeiçoamento profissional a magistrados, servidores e colaboradores da justiça com ênfase na formação humanista, integral e interdisciplinar voltada para a prática judiciária, a fim de fomentar o alcance de exímios resultados na prestação dos serviços jurisdicionais à sociedade sul-mato-grossense.

O processo de ensino aprendizagem da Ejud-MS:

O processo de ensino aprendizagem da Ejud-MS compreende o desenvolvimento individual e coletivo, pautando-se nos valores éticos, na solidariedade, na justiça e nos pilares da educação eleitos pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO): aprender a conhecer, a fazer, a conviver e a ser.

Os cursos são realizados na modalidade presencial, semipresencial e a distância. A classificação dos cursos abrange a formação inicial e a formação continuada, sendo a inicial aquela destinada ao desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias para o desempenho das atividades inerentes às atribuições do cargo e à continuada quando se referir ao desenvolvimento das competências e atualizações necessárias ao longo da vida profissional.

Alteração da Estrutura Administrativa da Ejud-MS:

O Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, Desembargador João Maria Lós, em 2 de março de 2015, por meio da Portaria n. 697 do TJ/MS, alterou a estrutura administrativa da Escola Judicial do Estado de Mato Grosso do Sul - Ejud-MS, unificando as Secretarias de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados e a Secretaria de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores em uma única Secretaria, denominada Secretaria da Escola Judicial. Essa mudança trouxe redução de 30% do contingente de servidores da estrutura anterior.

As ações desenvolvidas nestes dois anos seguiram o planejamento das ações de ensino realizado por esta Direção, observando o alinhamento com as diretrizes da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam), nos cursos para magistrados e, nos cursos para servidores, a observância das diretrizes do Ceajud-CNJ, dando assim, cumprimento ao Plano Político-Pedagógico. Convém ressaltar que as ações da Ejud-MS deram prioridade ao aprimoramento dos serviços relativos ao Primeiro Grau de Jurisdição, conforme disposto no art. 3º da Resolução n. 194, de 26 de maio de 2015, do Conselho Nacional de Justiça.

AÇÕES DE ENSINO

Ações de Ensino para Magistrados:

Neste biênio foram realizados 68 cursos para magistrados, sendo 16 credenciados pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam).



Importante ressaltar que 8 cursos tiveram foco exclusivo no novo Código de Processo Civil (CPC), com renomados palestrantes, dentre eles Cassio Scarpinella Bueno, Des. Antônio Carlos Marcato, Eduardo Arruda Alvim, Leonardo Carneiro da Cunha, Fredie Didier Jr., Teresa Arruda Alvim Wambier, Des. Nelton Agnaldo Moraes dos Santos, Dr. José Henrique Rodrigues Torres, Des. Ney José de Freitas e o Des. Roberto Portugal Bacellar.



Também foram realizados 2 Congressos sobre o tema, quais sejam, o II Congresso de Direito Processual Civil Brasileiro, para aproximadamente 1.600 operadores do Direito, com renomados juristas do cenário brasileiro e, já em 2016, quase um mês após a entrada em vigor do novo Código de Processo Civil (nos dias 15 e 16 de abril), operadores do Direito sul-mato-grossenses estiveram reunidos em Campo Grande para debater a novel norma, no III Congresso de Direito Processual Civil de MS.



O evento atraiu, aproximadamente, 700 pessoas, dentre juízes e desembargadores do Tribunal de Justiça. Nesse Congresso os participantes tiveram a oportunidade de interagir com renomados palestrantes e doutrinadores de notório saber jurídico, dentre eles a Ministra Nancy Andrighi e o Ministro Sérgio Luiz Kukina.



Dentre as diversas ações educacionais, também merecem destaque as seguintes:

- Elaboração do planejamento do Curso de Formação Inicial para os Juízes Substitutos aprovados no 31º Concurso para Ingresso na Carreira da Magistratura de Mato Grosso do Sul, com 480 horas/aula.

Em julho de 2015, a Ejud-MS em parceria com a Associação dos Magistrados de Mato Grosso do Sul-AMAMSUL ofereceu o curso: O Juiz e a Relação com a Imprensa, com os renomados Professores Domingos Meirelles (Judiciário e a Imprensa) e o Desembargador Ney José de Freitas (Comunicação e Poder Judiciário), com o objetivo de preparar o magistrado para relacionar-se com a imprensa, preparo este, indispensável ao exercício da função judicante e à construção da imagem da instituição, enfatizando o papel do magistrado enquanto agente público e político e a importância de sua relação com a mídia e a sociedade.



Em agosto de 2016 ocorreu o Ciclo de Palestras com os renomados Professores, Desembargador Jorge Eustácio da Silva Frias, que discorreu sobre o tema “Sentença: Estrutura e Interpretação”, com o objetivo de analisar a demanda e prolatar sentença de acordo com a efetiva natureza do problema posto à apreciação do Poder Judiciário e, o Desembargador Benedito Silvério Ribeiro, que abordou a aplicação do instituto o Usucapião em consonância com o Estatuto da Cidade e o Código Civil.

Já em setembro de 2016, a Ejud-MS trouxe para magistrados, servidores e advogados o tema Recuperação Judicial com os Professores Paulo Roberto Bastos Pedro (Administrador), João de Oliveira Rodrigues Filho (Magistrado), Ronaldo Vasconcelos (Advogado), promovendo, assim, a discussão sobre o instituto da Recuperação Judicial na ótica do Administrador, do Magistrado e do Advogado.



Em 2016, 33 magistrados entregaram o Trabalho de Conclusão do curso de Pós-Graduação em Direito Processual Civil, realizado por meio de um convênio entre a PUC-Rio e o Instituto de Direito e História (IDH), e 34 magistrados estão concluindo o curso Master/Especialização Mestrado em Garantismo, Direitos Fundamentais e Processo Judicial, o qual foi realizado mediante convênio com a Catédra de Cultura Jurídica da Universidade de Girona na Espanha e o IDH.

Ações de Ensino para Servidores:

Os servidores do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul foram contemplados com 541 cursos, sendo 68, na modalidade de Ensino a Distância, dentre os quais destaca-se a produção dos seguintes cursos: Atualização do SAJ, Alterações no Módulo de Mandados, Noções Básicas de Software e Hardware, Sistema de Automação da Justiça- Noções Básicas, Sistema de Gestão de Videoconferência, relativos aos sistemas jurisdicionais e à área de Tecnologia da Informação. Na



área Judiciária, foram produzidos dois novos cursos em 2016: Juizados Especiais e Legislação Aplicada - Conciliador e Juiz Leigo, objetivando desenvolver competências para o bom desempenho do Juiz Leigo e Conciliador e, também, o Ciclo de Palestras, abrangendo uma compilação de cursos e palestras sobre as alterações do novo Código de Processo Civil.

Dentre os cursos presenciais já existentes e disponibilizados continuamente aos servidores, foram implementados 18 novos cursos, quais sejam: Procedimentos da Vara da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Procedimentos Criminais da Vara da Infância e da Juventude - área infracional, Procedimentos Criminais dos Juizados Especiais e Adjuntos Criminais, Procedimentos do Tribunal do Júri, Direito de Família, Técnicas de Conciliação, Cálculo e Procedimentos de Atualização Monetária, Direito das Sucessões, Requisição Obrigatória de Pequeno Valor - ROPV, Atribuições da Gestão de Mandados, SICOP, Processo Civil - módulos I, II e III, Processo Civil para Oficiais de Justiça, Informática Básica, Excel e Excel intermediário.



Com relação ao impacto das alterações do Novo Código de Processo Civil foi oferecido no final de 2015, antes da entrada em vigor, o curso Novo Código de Processo Civil - Destaques das Principais Novidades - 1ª Turma, na modalidade a distância, com a participação de 1001 servidores e, ainda, houve um curso específico para atualização de Assessores de Desembargador, além dos cursos presenciais sobre o Novo CPC também implementados pela Ejud.

Com o objetivo de promover o alinhamento entre as diversas categorias de servidores, com as diretrizes institucionais e atualizações de conhecimento, a Ejud realizou o Encontro Anual de Chefes de Cartório, Assistente Social e Psicólogos, Secretários, e cursos para Distribuidores e Oficiais de Justiça.

A ênfase nos procedimentos de mediação foi dada, mediante a parceria com o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul - NUPEMEC, com a promoção de 22 cursos, o que resultou na formação de 404 participantes.



Por fim, aos servidores que ingressaram no quadro funcional durante este biênio, foram realizadas 4 ações de formação Inicial, ocasião em que a Administração promoveu as boas vindas a 371 novos servidores, apresentando a estrutura, cultura e diretrizes organizacionais, bem como a integração institucional.

Outras Ações:

Na seara social, com o intuito de aproximar o Poder Judiciário da comunidade estudantil de Campo Grande - MS, a Ejud-MS realizou a 1ª Semana de Ciência e Tecnologia, de 23 a 27/11/15, com a participação de cerca de 160 alunos de Escolas Públicas. Durante uma semana, 80 projetos tecnológicos e científicos ficaram expostos no saguão do Tribunal de Justiça.



Esta ação, além do reconhecimento e incentivo à busca pelo conhecimento tecnológico e científico nos alunos, oportunizou aos participantes conhecer um pouco mais sobre o Poder Judiciário e sua função social.

Nesse diapasão, a Ejud-MS também promoveu a exposição de artes em parceria com o Museu de Arte Contemporânea de Mato Grosso do Sul (MARCO), intitulada “Mulheres em Obras” cuja proposta foi a multiplicidade de imagens que a mulher pode assumir sob a perspectiva da arte, a tipificação de seus papéis sociais, questionando identidades, evocando estereótipos, buscando papéis alternativos ou simplesmente narrando acontecimentos.



A última ação de 2015 trouxe um ciclo de palestras com o tema “ O Perfil do Magistrado no Século XXI”, com os doutores filósofos Flavio Gikovate, Leandro Karnal e Luiz Felipe Pondé, propiciando aos magistrados sul-mato-grossenses uma reflexão sobre os paradigmas da sociedade do século XXI, com uma abordagem



humanista, interdisciplinar e ética.

Para encerrar o ano de 2016 foi escolhido o tema Sustentabilidade Emocional, com a presença já confirmada do Dr. Augusto Cury.



Termos de Cooperação Técnica:

Em 2016 o PJMS por meio da EJUD-MS firmou o Termo de Cooperação Técnica com a OAB-MS que teve como objeto a cooperação mútua entre as partes, visando à realização de ações voltadas à promoção do conhecimento, ao intercâmbio de informações e experiências em todas as áreas da formação e aperfeiçoamento profissional para a efetividade da justiça no Estado de Mato Grosso do Sul. Por meio deste instrumento foi criada uma Comissão Mista, formada por membros da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/MS) e Magistrados do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul, tendo por escopo estudar e debater questões relativas à aplicação da Lei n. 13.105/2015, Novo Código de Processo Civil.

Com o fim de promover a capacitação e qualificação profissional interdisciplinar para magistrados e servidores, tanto no ramo do Direito quanto em outras áreas ou em áreas de conhecimento afins ao campo de atuação do Poder Judiciário, sobretudo no campo da administração e gestão de órgãos judiciais, foi firmado o Termo de Cooperação Técnica com a UFMS, disponibilizando 60 vagas no curso de Especialização Lato Sensu em Gestão Judiciária, na modalidade presencial.



Também foi firmado o Termo de Cooperação Técnica com a ACADEPOL, com o objetivo de cooperação mútua entre os partícipes, visando à realização de ações acadêmicas voltadas à promoção e difusão e intercâmbio do conhecimento, e experiências em todas as áreas da formação e aperfeiçoamento profissional para a efetividade da Justiça e da Polícia Civil no Estado de Mato Grosso do Sul.



Por fim, no segundo semestre de 2016 iniciou-se o procedimento para firmar o Termo de Cooperação Técnica com Ministério do Meio Ambiente para a implementação de cursos a distância sobre Educação Ambiental, Cidadania e Responsabilidade Sócio Ambiental.

Inovações:

A novidade em 2016 foi a realização do ciclo de palestras proferidas por este Diretor-Geral em diversas Comarcas do interior do Estado, com a finalidade de oportunizar aos servidores e magistrados um momento de reflexão sobre o tema ética, pautado nos pensamentos dos filósofos clássicos até os mais contemporâneos, ressaltando o compromisso do papel do Poder Judiciário na construção de uma sociedade livre, justa, correta, solidária e comprometida com os valores éticos.

A Ejud-MS também iniciou em 2016 a conscientização e sensibilização de servidores e magistrados, por meio de palestras e vídeos educacionais, visando à adoção de práticas de ações de sustentabilidade nas atividades diárias do Poder Judiciário, atendendo aos ditames da Resolução 201, de 03/03/2015, do CNJ, que dispõe sobre a criação e competências das unidades ou núcleos socioambientais nos órgãos e conselhos do Poder Judiciário. Tais ações educativas fazem parte do Plano de Logística Sustentável, já implementado no PJMS. Acompanhando a evolução tecnológica, a Ejud desenvolveu o site responsivo, com o suporte da Secretaria de Tecnologia de Informação, facilitando o acesso aos usuários por meio dos diversos dispositivos móveis.

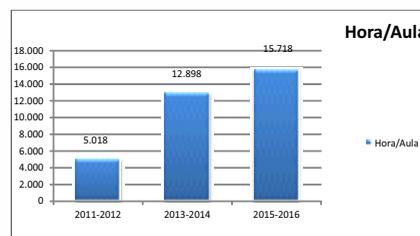
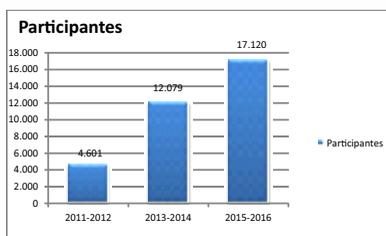
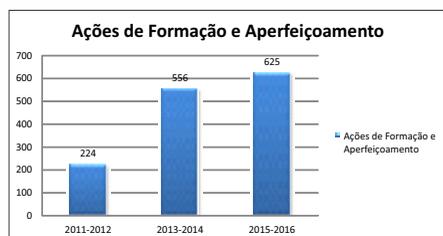


A Ejud compartilhou com o CNJ o curso produzido na modalidade a distância, Juizados Especiais e Legislação Aplicada - Conciliador e Juiz Leigo, contribuindo para a disseminação do conhecimento entre os Tribunais.

Com relação ao aprimoramento da gestão deu-se início, em 2015, ao preparo de 17 gestores da Secretaria do Tribunal de Justiça, com o curso *Leader Coach Training*. Já em 2016, em parceria com a Secretaria de Planejamento, está em andamento o curso Gestão de Processos, com a participação de 42 gestores e servidores de todas as Secretarias. O aprimoramento da gestão é de suma importância, uma vez que possibilita a otimização do trabalho em equipe, bem como o aumento do grau de eficiência e eficácia das rotinas de trabalho.

Gráfico comparativo:

Biênio	Ações de Formação e Aperfeiçoamento	Participantes	Hora/Aula
2011-2012	224	4.601	5.018
2013-2014	556	12.079	12.898
2015-2016	625	17.120	15.718



Após finalizar o biênio 2015/2016 a avaliação dos resultados das ações educacionais desenvolvidas pela Ejud-MS, é muito positiva, mesmo com uma redução de 30% no seu quadro de pessoal. Esta gestão não mediu esforços quanto aos investimentos em conhecimento, revelando o zelo e cuidado para com a busca contínua da excelência na prestação jurisdicional. Corroboro as palavras do presidente do TJMS, Desembargador João Maria Lós, de que neste biênio “A Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul sai fortalecida, pois a Ejud-MS capacitou magistrados e servidores do Poder Judiciário, o que proporciona aos jurisdicionados cada vez mais com menos e com mais eficiência.”

Des. Julio Roberto Siqueira Cardoso
Diretor-Geral da Ejud-MS



CONSELHO DE SUPERVISÃO FACILITA ACESSO À JUSTIÇA E PROPORCIONA MAIOR EFETIVIDADE AOS JUIZADOS

Na busca incessante de uma Justiça célere, o Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais, presidido pelo Des. Marco André Nogueira Hanson, promoveu, no biênio 2015/2016, ações nos Juizados Especiais de Mato Grosso do Sul não só para a facilitação de acesso à Justiça mas igualmente para proporcionar maior efetividade na entrega da prestação jurisdicional.

Relatórios apresentados pela Assessoria de Planejamento do TJ informam que os Juizados Especiais no Estado de MS, em quase sua totalidade, mantêm um acervo processual dentro dos prazos e das metas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça, resultado de uma prestação jurisdicional que cumpre os princípios norteadores da simplicidade e celeridade.

A Administração do TJMS, em parceria com o Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais de Mato Grosso do Sul, tem implantado melhorias e ampliações para todo o sistema, a fim de aproximar ainda mais a população do Judiciário e também proporcionar mecanismos de pacificação e de conciliação que tornem exequíveis seus direitos.

Dentre as medidas adotadas, é possível destacar as principais e recentes realizações, que vão ao encontro das recomendações do Conselho Nacional de Justiça:

CUMPRIMENTO DE PRAZOS E METAS

Os relatórios apresentados pela Assessoria de Planejamento mostram que os Juizados Especiais de Mato Grosso do Sul, em quase sua totalidade, mantêm um acervo processual dentro dos prazos e das metas definidas pelo Conselho Supervisor. Exemplo disso é o cumprimento, pelo terceiro ano consecutivo, das metas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça.

É possível destacar que no ano de 2015 os Juizados Especiais de Mato Grosso do Sul cumpriram 125,93% da Meta 1 e as Turmas Recursais 103,39%. E apenas no primeiro quadrimestre de 2016, a referida meta foi alcançada em 125,47% pelos Juizados Especiais e em 99,76% pelas Turmas Recursais



META 1 - JUIZADOS ESPECIAIS

125,93%
2015

125,47%
2016 (1º quadrimestre)

META 1 - TURMA RECURSAIS

103,39%
2015

99,76
2016 (1º quadrimestre)



Des. Marco André Nogueira Hanson

MUTIRÃO DIMINUI ACERVO

Em atenção às recomendações do Conselho Nacional de Justiça, todas as Comarcas do Estado realizaram trabalho de mutirão nos Juizados Especiais, que compreendeu o período de 21 a 25 de setembro de 2015, em continuidade ao programa “Redescobrimos os Juizados Especiais”, em alusão aos 20 anos de sua Lei de Regência.

Relatório extraído do sistema SAJ, disponibilizado pela Assessoria de Planejamento do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, aponta que na semana do mutirão foram agendadas e realizadas 3.257 audiências com 569 acordos.

Durante todo o segundo semestre de 2015, também foi realizado mutirão nas Comarcas de 1ª e 2ª Entrâncias do Estado de Mato Grosso do Sul, objetivando a conciliação nos processos relacionados à cobrança do seguro obrigatório DPVAT em trâmite nas Varas Comuns e dos Juizados Cíveis.

ELIMINAÇÃO DO ACERVO DE PROCESSOS

Sempre em observância às orientações do Conselho Nacional de Justiça e ante o empenho e comprometimento dos magistrados, servidores e demais auxiliares do sistema dos Juizados Especiais frente às metas estabelecidas pelo Conselho Supervisor, a eliminação de processos aguardando sentença há mais de 30 dias está sendo alcançada. O atraso pontual na prolação de sentença encontra justificativa na cumulação de Varas pelos magistrados, cujo trabalho tem sido monitorado pelo Conselho de Supervisão para que haja a breve e constante regularização.

TURMAS RECURSAIS

No ano de 2015, foi instalado mutirão judicial para julgamento das ações em trâmite nas Turmas Recursais dos Juizados Especiais de Mato



Grosso do Sul, no período de 30 de abril a 5 de setembro de 2015, eliminando o acervo de processos que aguardavam julgamento até janeiro de 2015. Segundo os dados estatísticos, foram distribuídos 1.840 processos para os magistrados integrantes do trabalho de mutirão das Turmas Recursais. Desse número, foram julgados 1.798 processos, sendo os demais devolvidos ao cartório por estarem inaptos ao julgamento.

Dentre outras medidas adotadas, é possível destacar que, além do mutirão, os juízes que compõem as Turmas Recursais Mistas aumentaram o número de sessões destes colegiados, elevando o volume de julgamentos, o que resultou, no ano de 2015, no julgamento de 10.439 recursos de uma distribuição de 8.783 e, em 2016, até setembro, 6.567 recursos julgados de 6.682 distribuídos no mesmo período.

Além disso, visando atender as metas do ano 2016, propostas pela Corregedoria do CNJ, é possível destacar que todo o acervo processual dos Juizados Especiais do Estado de MS tramita de forma eletrônica e que, embora as Turmas Recursais se concentrem e sejam compostas por juízes da Capital, já se realizou sessão de julgamento virtual, a fim de prestigiar o uso da tecnologia como ferramenta a propiciar celeridade.

Não se pode deixar de mencionar que, me-

diante iniciativa do Conselho de Supervisão, foi alterado o Regimento Interno das Turmas Recursais de Jurisdição Mista dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais (Res. nº 117, de 4 de março de 2015) para que o magistrado que encerrar seu mandato sem ter julgado todos os processos a ele distribuídos e não pautados naquele exercício permaneça responsável pelo julgamento dos feitos, sem ônus para o Tribunal de Justiça, o que estimulou o crescimento do número de julgamentos para que não remanesça acervo processual.

CPE (JUIZADOS ESPECIAIS)

Ainda com o objetivo de reduzir o acervo processual, sem se afastar dos princípios da celeridade, informalidade e economia processual, deve ser destacada a atuação da Central de Processamento Eletrônico nos Juizados Especiais.

A Secretaria Judiciária de Primeiro Grau, Departamento dos Juizados Especiais, criada pela Lei n. 4.526/2014 e regulamentada pelo Provimento n. 321, de 10 de junho de 2014, iniciou suas atividades em 9 de julho do mesmo ano, cumprindo o cronograma estabelecido pela Administração do TJMS.

Sob a orientação do Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais, como estabelece o



Central de Processamento Eletrônico

§2º, do art. 5º, do Provimento 321, a Central de Processamento Eletrônico passou a movimentar os processos de 34 comarcas e Capital, sendo elas: Mundo Novo, Sete Quedas, Porto Murinho, Bela Vista, Nioaque, Costa Rica, Nova Andradina, Batayporã, Anaurilândia, Miranda, Rio Verde de Mato Grosso, Bataguassu, Brasilândia, Camapuã, São Gabriel do Oeste, Bandeirantes, Rio Negro, Terenos, Jardim, Sidrolândia, Água Clara, Pedro Gomes, Itaquiraí, Eldorado, Ivinhema, Ponta Porã, Coxim, Naviraí, Aquidauana, Itaporã, Amambai, Angélica, Cassilândia, Dois Irmãos do Buriti e Juizado Central (1ª Vara, 10ª Vara e 3ª Vara).

Referidas comarcas passaram a integrar a Central de Processamento Eletrônico (CPE) como medida para concentrar a força de trabalho, padronizando os procedimentos cartorários e, com isso, aumentar, com qualidade, a produtividade na área fim, beneficiando os jurisdicionados.

JUIZADOS EM DESTAQUE

Por meio de ferramenta disponível na página eletrônica do Tribunal de Justiça, boletins periódicos de notícias informam à população acerca das ações promovidas pelos Juizados Especiais de MS.

E, na esteira da modernização tecnológica e do acesso à informação, tornou-se indispensável a criação de uma Revista que contivesse rico conteúdo doutrinário, jurisprudencial e informativo do Sistema dos Juizados Especiais de forma eletrônica. Com o intuito de fomentar o debate jurídico no Estado de Mato Grosso do Sul, o Conselho de Supervisão, com o Departamento de Pesquisa e Documentação da Secretaria Judiciária, nos termos da Resolução n. 359 de 15 de março de 2012 do Tribunal de Justiça, anualmente publica a Revista dos Juizados Especiais.

E para acurar as publicações da referida Revista Eletrônica fez-se necessário o registro no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, por meio do código único ISSN (International Standard Serial Number), sob o número 2448-0835, o qual tem por finalidade identificar o título de uma publicação seriada durante todo o período de publicações.

A edição de 2016, assim como as edições anteriores, estão disponíveis no formato eletrônico, pelo link <http://www.tjms.jus.br/juizados/revistasdosjuizadosespeciais>.

PADRONIZAÇÃO

Diante desse panorama, os Juizados Especiais de Mato Grosso do Sul empenham-se para ter uma prestação jurisdicional padronizada, facilitando o acesso à Justiça e, principalmente, proporcionando à população um sistema integrado que possibilite a solução rápida e eficiente dos conflitos que lhes compete, sem afastar o processo das normas Constitucionais, Leis Ordinárias e Complementares, Enunciados dos Encontros Estaduais dos Juizados Cíveis e Criminais do Mato Grosso do Sul e Enunciados do Fórum Nacional dos Juizados Especiais (FONAJE).





PROCESSO SELETIVO RECRUTA JUÍZES LEIGOS PARA JUIZADOS ESPECIAIS DE MS

Atendendo as recomendações da Resolução n. 174, do CNJ, foi realizado no dia 21 de fevereiro de 2016 o I Processo Seletivo para recrutamento de juízes leigos no sistema dos Juizados Especiais de Mato Grosso do Sul, somando 520 candidatos inscritos em todo o Estado, dos quais aproximadamente 300 destinavam-se às 10 Varas dos Juizados Especiais de Campo Grande, valendo destacar que o certame ocorreu sem nenhum incidente ou impugnação.

A atualização e aperfeiçoamento de leigos e conciliadores também é uma constante preocupação do Conselho de Supervisão dos Juizados, que promoveu, entre 25 e 26 de junho de 2016, um curso preparatório para esses auxiliares com enfoque em técnicas de conciliação, com o objetivo de elevar o número de acordos celebrados nos Juizados Especiais do Estado.

CAPACITAÇÃO

Em parceria com a Escola Judicial de MS (Ejud-MS), foi realizado curso preparatório para os juízes leigos aprovados no I Processo Seletivo, ministrado por meio de videoconferência e disponibilizado pelo endereço eletrônico do TJMS.

Produzido pelas Coordenadorias de EaD e de Capacitação Cível, o curso teve o intuito de desenvolver as competências para o bom desempenho da função de juiz leigo e conciliador, preparando-os para os desafios ante as diferentes demandas do juizado especial. Como estratégia de aprendizagem, foram desenvolvidos recursos didáticos para as aulas por meio de instrumentos variados:

recursos audiovisuais, representação de audiência (simulação produzida especialmente para este curso, que contou com a participação de vários servidores), entrevistas realizadas pelo diretor da Ejud-MS, Des. Júlio Roberto Siqueira Cardoso, com filósofos contemporâneos como Leandro Karnal e Luiz Felipe Pondé, tutoriais sobre o sistema SAJ e atividades interativas e práticas (fóruns e envio de relatório de audiência).

AVALIAÇÃO

Por iniciativa do Conselho de Supervisão, está disponibilizado no site do TJMS, na página dos Juizados Especiais, acesso destinado à avaliação de conciliadores e juízes leigos – ferramenta necessária para se aferir o desempenho desses auxiliares da justiça.

Para o uso, basta acessar o link <http://www.tjms.jus.br/juizados/avaliacao>.

FISCALIZAÇÃO

Em observância às disposições contidas no artigo 5º da Lei nº 1.071/90, o Conselho de Supervisão realiza a constante fiscalização das atividades dos magistrados dos Juizados Especiais de MS, apurando mensalmente o andamento processual dos autos conclusos aos leigos, assim como expedindo ofício ao Juízo em que há processos sem julgamento há mais de 30 dias para que promova o imediato julgamento.

PRODUTIVIDADE

Além disso, a Administração do TJMS, em parceria com o Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais de Mato Grosso do Sul, implementou o Sistema de Produtividade dos Juízes Leigos e Conciliadores, instalado pelo Tribunal de Justiça a fim de aferir a produtividade, conferir os movimentos lançados e, por fim, autorizar o pagamento das rubricas, colhendo os dados a partir do *login* de quem criou o documento e da movimentação lançada. O sistema de automação da folha de pagamento de juiz leigo e conciliador é regulada pelo Provimento n. 378/2016.



Reunião convênio TJMS e SEJUSP

PROCESSOS DOS JUIZADOS TÊM MAIOR CELERIDADE COM ENVIO ELETRÔNICO DE TCOS

Com a assinatura do convênio entre o TJMS e a Secretaria de Justiça e Segurança Pública de MS, no dia 28 de julho de 2016, foi disponibilizado um ambiente administrativo no portal web do TJMS para a Delegacia Geral da Polícia Civil de MS, o qual permite a comunicação entre o Poder Judiciário e a Sejus, a começar nos Juizados Especiais, o que possibilita o envio dos Termos Circunstanciados de Ocorrência (TCO) aos Juizados Criminais por via eletrônica.

O projeto, de iniciativa do Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais, acarretará economia de tempo, de dinheiro e os servidores que faziam esse trabalho poderão atuar em outras atividades, conferindo mais efetividade no serviço prestado nos Juizados Especiais de MS.

Até então os TCOs eram enviados aos Juizados em papel, demandando sua digitalização e cadastramento manual pelos servidores, o que acarreta dispêndio de material e, principalmente, de tempo, e contraria a celeridade esperada no trâmite de processos nos Juizados Especiais.

Para se ter uma ideia dos resultados que serão obtidos com tal convênio, é necessário ressaltar que somente no primeiro semestre de 2016 mais de 17 mil TCOs ingressaram nas 54 comarcas e, desse total, quase cinco mil somente na Capital.



RECOLHIMENTO DE CUSTAS NOS JUIZADOS ESPECIAIS PASSA A SER ON-LINE

Disponibilizado desde agosto de 2016, no portal do Tribunal de Justiça, por meio do e-SAJ, o projeto desenvolvido pelo Conselho de Supervisão dos Juizados, em parceria com a Corregedoria-Geral de Justiça, proporcionou o fácil acesso do jurisdicionado e de seu patrono na emissão de guias judiciais para recolhimento de custas nos processos de competência dos Juizados Especiais.

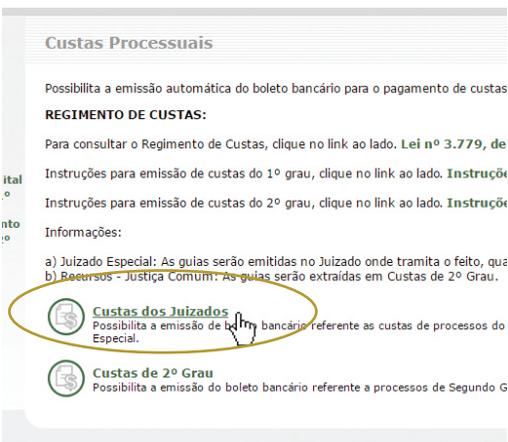
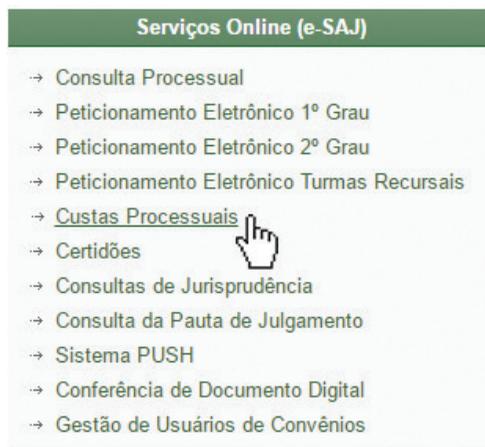
A nova sistemática proporciona, de forma prática e didática, instruções pertinentes ao tipo de guia a ser emitida, bem como disponibiliza para consulta as bases legais de sua exigência.

O acesso se dá pelo link **“Custas dos Juizados”**, na função **“Custas Processuais”**, que exige inicialmente a inserção do número do processo para o qual se pretende efetivar a emissão da respectiva guia.

O usuário, ao interagir com o sistema, indica quais taxas pretende recolher e o próprio sistema apresenta automaticamente as instruções pertinentes ao tipo de recolhimento e a base legal de sua exigência, condicionando o usuário a declarar que leu as instruções para, depois, dar sequência à elaboração da guia.

A partir da implementação do sistema, as guias passaram a ser emitidas pelo próprio interessado e, somente em casos excepcionais, pela serventia onde o feito tramita.

A implementação dessa importante ferramenta representa mais um dos avanços na acessibilidade do jurisdicionado e seu patrono no sistema dos Juizados Especiais.





PESSOAS FÍSICAS PODEM PETICIONAR NOS JUIZADOS ESPECIAIS PELA INTERNET

Por iniciativa do Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais, com a participação da Secretaria de Tecnologia da Informação, responsável por desenvolver a nova ferramenta de acesso no Portal e-SAJ, foi implementado o acesso do petição eletrônico de pessoa física no sistema dos Juizados Especiais Cíveis de Mato Grosso do Sul.

O Provimento n. 140, de 8 de agosto de 2016, que autorizou o petição eletrônico de pessoa física, permite o petição sem o patrocínio de um advogado em demandas que não ultrapassem o valor de 20 salários-mínimos.

A novidade facilita e amplia o direito de acesso à Justiça, já que o jurisdicionado não precisará se deslocar fisicamente até o Juizado para propor uma demanda. A medida ainda contribuirá para o meio ambiente equilibrado e sustentável.



JUIZADOS DA CAPITAL REPRESENTAM 40% DA DEMANDA DE MS

Os Juizados Especiais da Comarca de Campo Grande possuem significativa importância em todo o sistema por representarem aproximadamente 40% da demanda processual de Mato Grosso do Sul. Dentre eles o Juizado Central concentra 80% de toda a movimentação da Capital.

As estatísticas revelam que a movimentação processual no ano de 2015 aumentou 11% em comparação com o mesmo período do ano anterior e, em 2016, os dados apontam movimentações recordes de sentenças proferidas, processos arquivados e distribuição.

Diante do expressivo aumento de demandas, para melhor gerir o acervo processual, foram adotadas as seguintes medidas:

- Integração das varas à Central de Processamento Eletrônico;
- Readequação das pautas, a fim de que o agendamento das audiências de instrução e julgamento não ultrapassem os prazos estabelecidos pelo CNJ, respeitando-se os casos em que, por questões processuais, devam aguardar data futura.
- Implantação de serviço para prestar atendimento por telefone, a fim de facilitar o acesso da população à informação e, com isso, diminuir o número de atendimentos presenciais na sede do Juizado;

- Nos processos em que uma das partes é idosa, implantou-se a preferência na movimentação cartorária e nos gabinetes, bem como o agendamento das audiências para o período matutino, buscando, assim, a redução no tempo de tramitação processual dessa parcela da população. Importante ressaltar que foram selecionados servidores, conciliadores e juízes leigos com perfil para prestar esse atendimento.

Outra importante medida é a mudança do local onde estava sediado o Juizado Especial Central para o novo prédio denominado Centro Integrado de Justiça (Cijus). A instalação no novo endereço, além de ampliar o espaço físico em melhoria aos serviços prestados, possibilita a continuidade das ações para incentivar a autocomposição dos litígios, com a instalação de uma unidade do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejus), em parceria com o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec) do TJMS.



JUSTIÇA ITINERANTE

No ano de 2015, a Justiça Itinerante da comarca de Campo de Grande realizou 42.987 atendimentos e orientações jurídicas que resultaram em 11.236 ações interpostas. Desse total, foram alcançados 10.645 acordos realizados.

E por prestar relevante serviço social, a Justiça Itinerante, com a autorização da Administração do TJMS, em conjunto com a “Caravana da Saúde”, projeto de iniciativa do Poder Executivo, percorreu cidades do interior do Estado de Mato Grosso do Sul levando atendimento jurídico à população de comarcas ainda não contempladas com o serviço Judiciário itinerante. Cumprindo o cronograma estabelecido, as comarcas de Coxim, Ponta Porã, Três Lagoas, Paranaíba, Nova Andradina, Corumbá, Naviraí, Jardim e cidades próximas foram atendidas com o programa.

A Justiça Itinerante também está instalada na comarca de Dourados desde fevereiro de 2014, atendendo bairros, distritos e o município de Laguna Carapã, que, ante a distância da sede comarca, carecia de atuação do Poder Judiciário (800 atendimentos e orientações jurídicas no ano de 2015).

JUIZADO DE TRÂNSITO

Atendendo à solicitação do Presidente do Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais, o Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul adquiriu seis veículos, modelo Van, todos adaptados para a realização de audiência de conciliação, a fim de ampliar e melhorar o atendimento do Juizado Especial de Trânsito da Capital, bem como implantou o serviço nas comarcas de Dourados, Três Lagoas e Corumbá. Ressalta-se, ainda, que houve a substituição de todo equipamento eletrônico das vans que compõem a 9ª Vara do Juizado Especial em Campo Grande.

Na Capital, o balanço semestral de 2015 do Juizado de Trânsito aponta que foram realizados 4.099 atendimentos com 3.899 acordos celebrados, o que representa 95% de índice de conciliação.

Além de Campo Grande, as vans de trânsito disponibilizadas pelo Tribunal de Justiça para as comarcas de Dourados, Três Lagoas e Corumbá, obtiveram excelentes resultados.

Em Dourados, no ano de 2015, foram realizados 326 atendimentos, com êxito de acordos realizados em 309 procedimentos. Em Três Lagoas, foram registrados 335 atendimentos, dos quais 313 resultaram acordos, o que representa um índice de 93,43% de resolução das demandas. Em Corumbá, foram registradas 120 ocorrências, com 105 acordos, correspondendo a aproximadamente 87,5% de conciliações realizadas.



15 anos de história - Criada pela Resolução nº 353, de 3 de outubro de 2001, a Justiça Itinerante



em 2016 completou uma história de mais 150 mil processos e 87% de acordos. São 15 anos levando a justiça para perto da população. Em comemoração à data a administração do Tribunal de Justiça visitou pontos de atendimento do ônibus e criou um selo comemorativo divulgado na mídia local.



EXPRESSO

Visando fomentar a conciliação como método alternativo de composição de litígios, o serviço denominado Expressinho, instalado no Juizado Central da Capital, promove a autocomposição como solução autônoma, não judicial, do conflito de consumo com os fornecedores, com a formalização de acordo gerador de título executivo extrajudicial.

Com a instalação do Juizado Central em nova sede, é possível a ampliação do número de empresas fornecedoras participantes do Expressinho, bem como permitirá a implantação de uma unidade do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejuscs).

A implantação de Cejuscs no Juizado Central, por viabilizar a celebração de acordos pré-processuais, evitará o ajuizamento de ações que podem ser solucionados extrajudicialmente, trazendo uma significativa economia de tempo para as partes e de recursos para o Tribunal de Justiça.





Juizado Itinerante Fluvial

JUIZADO ITINERANTE FLUVIAL

O Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul instalou, no mês de junho de 2016, o Juizado Itinerante Fluvial em Corumbá, comarca que tem a maior extensão territorial de Mato Grosso do Sul, sendo grande parte em área vulnerável de fronteira e ambiente de difícil acesso.

Para atender a população que habita nessas áreas, o Tribunal de Justiça firmou convênio com a Marinha do Brasil no ano de 2014 e, desde 2015, o juiz que atua nos Juizados Especiais tem prestado atendimento à população ribeirinha e pantaneira com resultados práticos positivos, na medida em que são solucionados os conflitos por meio da conciliação.

Objetivando uma atuação mais eficaz e contínua, o presidente do Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais, Des. Marco André Nogueira Hanson, solicitou a ampliação da competência para atuação do Juizado Fluvial nessas comunidades, a fim de possibilitar também a composição de conflitos de interesse nas causas de família, estado, capacidade das pessoas e sucessões.

Na prática, a ampliação da competência resulta em maior acesso à justiça da população do Alto Paraguai, Baixo Paraguai e Taquari, de modo a atender o município de Corumbá e distritos de Albuquerque, Amolar, Coimbra, Nhecolândia, Paiaguás e Porto Esperança.

O Juizado Itinerante Fluvial é mais uma das ações da Administração do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul com o objetivo de aproximar o Poder Judiciário da população, especialmente nas comunidades mais simples e distantes, atendendo e resolvendo seu problemas.

Expedições - Em 17 de outubro de 2015, o Juizado Itinerante Fluvial iniciou sua segunda expedição, registrando 25 atendimentos.

Em mais uma ação que levou benefício social aos ribeirinhos do Pantanal sul-mato-grossense, o Juizado Itinerante Fluvial percorreu, entre os dias 23 e 25 de agosto de 2016, as águas do Rio Paraguai com a prestação do serviço jurisdicional aos moradores do distrito de Albuquerque e das localidades de Porto da Manga e Porto Morrinho.



COORDENADORIA DESENVOLVE PROJETOS EM BENEFÍCIO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

Sob a coordenação do Des. Eduardo Machado Rocha, a Coordenadoria da Infância e da Juventude deu andamento, no biênio 2015/2016, a diversos projetos em benefício de crianças e adolescentes no Estado de Mato Grosso do Sul. Confira algumas das ações de destaque da CIJ nos últimos dois anos.

PROJETO FAMÍLIA ACOLHEDORA

A Família Acolhedora é uma modalidade de acolhimento de crianças e adolescentes, afastadas da convivência dos pais ou responsáveis por decisão judicial, em casas de família em vez de uma instituição de acolhimento.

A Comarca de Camapuã instituiu o Programa Família Acolhedora por meio da Lei Municipal nº 1.262/2002, e este passou a ser referência para as demais comarcas do Estado. Em Camapuã, cada família inscrita no programa recebe auxílio mensal no valor de um salário mínimo, pago pelo município, independente do acolhimento da criança ou do adolescente. Enquanto a criança ou adolescente estiver acolhido, a família recebe um valor adicional também de um salário-mínimo.

A Coordenadoria da Infância e Juventude, com o objetivo de levar a Família Acolhedora a todos os municípios, realizou o I Encontro Internacional sobre a Família Acolhedora, ocorrido em novembro de 2015, em Camapuã, com os palestrantes internacionais Dr. Michael Pease (Fundador e Diretor da *Substitute Families For Abandoned Children – SFAC*, Inglaterra), Dr. Delton Hochstedler (Coordenador Técnico da Associação Brasileira Beneficente Aslan – ABBA) e demais convidados.

Um ano depois, em setembro de 2016, a Coordenadoria da Infância e Juventude realizou o 2º Encontro Internacional da Família Acolhedora, em parceria com a Escola Judicial e com o apoio da Prefeitura de Camapuã, de Coxim, do Governo do Estado e do Sicredi (Sistema de Crédito Cooperativo). O Encontro reuniu mais de 400 personagens da rede de proteção do Estado, de vários municípios e também de outros Estados e trouxe palestrantes de Londres, de Curitiba e do Rio Grande do Sul para compartilhar seus conhecimentos.

Atualmente, as comarcas de Campo Grande, Camapuã, Ponta Porã (Laguna Carapã), Mundo Novo, Sete Quedas, Coxim e Ribas do Rio Pardo já têm o projeto implantado ou em fase de implantação.

DEPOIMENTO ESPECIAL

O Depoimento Especial é uma técnica saudável de promover a escuta de crianças ou de adolescentes vítimas ou testemunhas de violência, sem revitimizá-los ou sem expô-los à situação constrangedora de participar de uma audiência e



Des. Eduardo Machado Rocha

encontrar o réu.

Por meio desse sistema, um facilitador capacitado na técnica de depoimento especial ouve a criança ou o adolescente, em um espaço próprio, protegido e especialmente projetado para o depoimento infantojuvenil, ao mesmo tempo em que o magistrado, o Ministério Público, a defesa e a parte assistem ao depoimento da sala de audiência, por sistema de vídeo, podendo, ao final, fazer perguntas à criança ou ao adolescente, por intermédio do facilitador, por meio de um fone de ouvidos. O depoimento fica gravado no Sistema de Automação da Justiça – SAJ e acompanha o processo até o final.

Em Campo Grande, foi criada a Central de Depoimento Especial, ligada à Direção do Foro, com a finalidade de atender todas as varas que

necessitarem do depoimento de criança ou de adolescente.

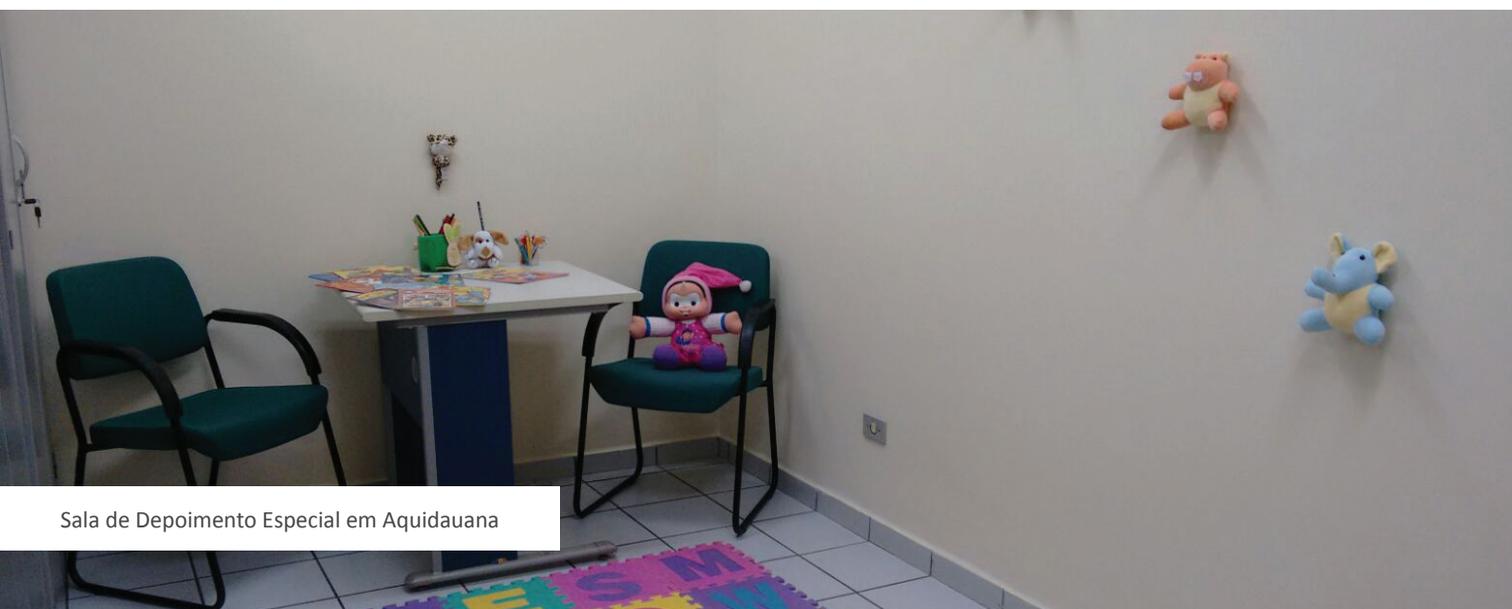
Nesse caso, o magistrado interessado agenda na Central de Depoimento Especial um horário para a audiência e expede os respectivos mandados. A criança ou o adolescente é chamado a comparecer diretamente na Sala do Depoimento Especial meia hora antes do horário da audiência. O Ministério Público, a defesa e as partes comparecem na sala de audiência.

Durante o depoimento, um facilitador conversa com a criança ou com o adolescente que esclarece com suas próprias palavras os fatos que lhe dizem respeito.

Nas comarcas de Dourados, Coxim, Bonito, Corumbá, Miranda e Três Lagoas há sala apropriada exclusiva para depoimento. Nas comarcas de Aquidauana, Ponta Porã, Aparecida do Tabuado, Itaquiraí, Nova Alvorada do Sul, Maracaju e Iguaçu, o magistrado pode fazer uso da sala do núcleo psicossocial, utilizando os equipamentos de videoconferência.

Nas comarcas do interior do Estado onde não há sala para depoimento especial, nos casos de grande repercussão social e a pedido do juiz, a Coordenadoria da Infância e Juventude encaminha um técnico especializado em depoimento especial para colher o depoimento da criança ou do adolescente. O técnico realiza a audiência utilizando equipamento de videoconferência da própria comarca.

A Corregedoria-Geral de Justiça do TJMS,



Sala de Depoimento Especial em Aquidauana



atendendo ao pedido da Coordenadoria da Infância e Juventude, expediu aos magistrados do Estado recomendação no sentido de que os “depoimentos de criança e adolescente vítimas ou testemunhas de violência deverão ser colhidos, nos processos judiciais, em ambiente separado da sala de audiência, assegurando à criança e ao adolescente a segurança, a privacidade, o conforto e as condições de acolhimento”.

Todos os esforços estão sendo feitos para que as crianças e os adolescentes vítimas ou testemunhas de violência sejam ouvidos por meio do depoimento especial, porém, ainda há casos, até mesmo na Capital, de magistrado que faz esse tipo de audiência aplicando o mesmo procedimento utilizado em geral.

A maior dificuldade é a falta de uma norma nacional ou uma determinação nacional para que os magistrados deixem de proceder ao depoimento de criança na sala de audiência e sejam obrigados a fazer uso do depoimento especial em todas as oitivas de criança e do adolescente.

Supervisão

A Coordenadoria da Infância e Juventude, preocupada também com a qualidade na aplicação da técnica do depoimento especial, participa do “Programa de Avaliação Continuada da Prática do Depoimento Especial e do Desempenho dos Entrevistadores”, na comarca de Campo Grande. Esse programa consiste na reunião mensal com os facilitadores, a



Treinamento da CIJ para novos servidores



246

Audiências realizadas
em Campo Grande

fim de proceder à avaliação e à orientação da equipe técnica, em relação à prática da oitiva da criança e do adolescente, bem como à padronização dos procedimentos da técnica do depoimento especial.

Propôs-se para o próximo ano a criação da supervisão estadual, com a finalidade de estender aos facilitadores das comarcas do interior do Estado a assistência necessária para manter a qualidade nos depoimentos.

Proteção

O Depoimento Especial visa à proteção da criança e do adolescente sob o aspecto da não revitimização e da produção de provas qualificadas para a formação da convicção do magistrado.

Contudo, foi identificado que essas crianças e adolescentes, bem como as respectivas famílias, careciam de algo mais. Algo que as ajudasse a superar seus ressentimentos e traumas decorrentes da situação de violência.

Nesse sentido, a Coordenadoria da Infância e Juventude buscou parceria com profissionais especializados em direito sistêmico e constelação familiar para, após o depoimento especial, encaminhar as crianças e os adolescentes, e também suas famílias, e até mesmo o próprio réu, para psicoterapia, dinâmicas de grupo e constelação familiar.

A constelação familiar e a psicoterapia contribuirão para o fortalecimento do sistema familiar, para a superação dos traumas e marcas implantadas no íntimo de cada um dos integrantes da família pelos maus-tratos sofridos e pelas experiências desagradáveis vivenciadas pelo grupo familiar.

Relatório de Atendimento

Na Comarca de Campo Grande, a Central de Depoimento Especial realizou 246 audiências de crianças e de adolescentes e estão agendadas mais 103 audiências até outubro/2017.

CONSTELAÇÃO FAMILIAR

O Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul, por meio da Coordenadoria da Infância e da Juventude (CIJ), firmou, no dia 12 de maio de 2016, convênio com o Instituto de Atendimento Psicológico (IAP), e com o Dr. Amilton Plácido da Rosa, especialistas na técnica da Constelação Familiar, para realizar atendimentos para crianças e adolescentes vítimas de abusos e violência. A metodologia está sendo usada de forma inovadora pelo Judiciário de MS nos casos de abuso infantojuvenil, além de propor tratamento para os supostos agressores.

A técnica da Constelação Familiar busca uma abordagem sistêmica ao reconstruir a árvore genealógica de cada indivíduo, para que se possa analisar se os problemas atuais são frutos ou reprodução de problemas ou situações transgeracionais, ou seja, estigmas transmitidos pelos membros das famílias durante o tempo.

A técnica da Constelação Familiar, criada pelo psicoterapeuta alemão Bert Hellinger, busca ajudar famílias que passaram por conflitos ou que tenham vivenciado situações de exclusão, a resgatar a ordem de pertencimento dos membros excluídos e marginalizados no sistema familiar, algo repetido de gerações em gerações. Dessa forma, o agressor também faz parte deste processo.

O trabalho com Constelação Familiar é amplo e pode ser utilizado em MS em diversos ramos do Judiciário, tais como: crimes contra a criança e o adolescente (7ª Vara Criminal), tribunal do júri, varas de família, vara de violência contra a mulher, vara da infância e juventude (medidas de proteção), adolescentes em conflito com a lei (medidas socioeducativas). O convênio ainda prevê a capacitação de multiplicadores para que o projeto possa se estender para as demais comarcas do Estado.





1º ENCONTRO ESTADUAL DE ADOÇÃO

O Tribunal de Justiça, por meio da Coordenadoria da Infância e Juventude, em parceria com a Vara da Infância e Juventude de Sidrolândia e por meio da Escola Judicial de MS (Ejud-MS), realizou em Sidrolândia, nos dias 29 e 30 de abril, o 1º Encontro Estadual de Adoção de Mato Grosso do Sul. O evento teve como parceiros diversos grupos de apoio à adoção de MS e instituições públicas e privadas que acreditam e apoiam a causa da Adoção.

Nomes importantes na área de adoção como o Des. Antônio Carlos Malheiros, a juíza Katy Braun do Prado, a psicóloga Eliana Bayer Knopman, a procuradora Ariadne Cantú, a psicóloga clínica Suzana Sofia M. Schettini, a psicóloga Jackeline Martini Piell, o juiz Fernando Moreira Freitas da Silva e a ex-procuradora federal Giselda Maria F.N. Hironaka garantiram o nível dos debates durante todo o evento.

Reconhecimento

Durante o encontro, personalidades e pessoas que se destacam na área de adoção receberam o Troféu Danilo Burin, criado para homenagear o juiz que dá nome ao troféu.





JUSTIÇA RESTAURATIVA

A Coordenadoria da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul desenvolve na comarca de Campo Grande a Justiça Restaurativa Juvenil e a Justiça Restaurativa Escolar.

A primeira aplica a técnica restaurativa aos menores infratores nos processos da Vara da Infância e Juventude. A segunda, ou seja, a Justiça Restaurativa Escolar, consiste num trabalho preventivo, realizado nas escolas estaduais e municipais de Campo Grande, com os professores, alunos e familiares, divulgando e estimulando a técnica da justiça restaurativa e aplicando-a em algumas situações de conflito para restaurar a paz social no meio estudantil.

A Justiça Restaurativa Escolar em Campo Grande conta com um grupo de servidores cedidos pela Secretaria Estadual de Educação (SED), para atuar nas escolas estaduais e um grupo cedido pela Secretaria Municipal de Educação (SEMED) o qual atua nas escolas municipais.

Expansão

A Coordenadoria da Infância e Juventude inscreveu no Escritório de Projetos da Assessoria de Planejamento do TJMS o projeto para implantar a Justiça Restaurativa Escolar e a Juvenil nas comarcas de Dourados, Três Lagoas, Corumbá e Ponta Porã em 2017 e 2018.

JUSTIÇA RESTAURATIVA EM NÚMEROS

Justiça Restaurativa Juvenil

Descrição da Atividade	2015	*2016
Número de processos recebidos da Vara da Infância e Juventude de Campo Grande	333	273
Pré-círculos realizados pelos facilitadores	593	424
Círculos realizados pelos facilitadores	178	134
Pré-círculos realizados pelos facilitadores	182	130
Pessoas atendidas	2.314	1.648
Relatórios		126
Informes		156
Visita domiciliar/institucional	48	35
Encaminhamentos assistencial ou terapêutico	29	23

*Dados computados até setembro de 2016

**Justiça Restaurativa Escolar**

Qtd.	Escolas Estaduais em Campo Grande	Escolas Municipais em Campo Grande
1	E.E. Arlindo de Andrade Gomes	E.M. Irene Szukalla
2	E.E. Hércules Maymone	E.M. Dr. Plínio Barbosa Martins
3	E.E. José Ferreira Barbosa	E.M. Profª. Oneida Ramos
4	E.E. José Maria H. Rodrigues	EM Profª Arlene Marques de Al-meida
5	E.E. Marçal de Souza Tupã - Y	EM Profº Hércules Maymone.
6	E.E. Padre José Scampini	
7	E.E. Lino Villachá	
8	E.E. Padre Mario Blandino	
9	E.E. Teotonio Vilela	
10	E.E. Profª Célia Maria Nágli	
11	E.E. Maestro Frederico Libermann	
12	E.E. Prof. Sílvio Oliveira Santos	
13	E.E. Profº Orcírio Thiago de Oliveira	
14	E.E. 11 de Outubro	
15	E.E. General Malan	
16	E.E. João Carlos Flores	
17	E.E. Riachuelo	
18	E.E. José Mamede de Aquino	
19	E.E. Arthur de Vasconcelos	
20	E.E. Fernando de Noronha	
21	E.E. Sebastião Santana	
TOTAL	*26 Escolas Estaduais e Municipais	

*Dados computados até setembro de 2016

Atividade	Escolas Estaduais (2015/2016)		Escolas Municipais (2015/2016)	
	Qtd.	Participantes	Qtd.	Participantes
Sensibilização realizada com a comunidade escolar	9	194	11	356
Sensibilização com os pais	8	340	5	604
Diálogos restaurativos realizados	147	3.595	57	1.628
Procedimentos restaurativos	177	604	20	67
Círculos de construção de paz	6	154		
Reunião com a Rede de Atendimento	1	5	18	164
Visita Institucional	3	12	5	10
Palestras	6	728	1	74
Capacitação de multiplicadores	5	26	2	65

*Dados computados até setembro de 2016

ENCONTROS REALIZADOS

1ª Semana Restaurativa: realizada de 16 a 21/11/2015



2ª Semana Restaurativa: realizada de 07 a 11/11/2016





OUVIDORIA CONSOLIDA-SE COMO CANAL DE ATENDIMENTO DO JUDICIÁRIO

O cidadão tem demonstrado receptividade e aprovação pelo serviço prestado pela Ouvidoria, o que se constata pelo sensível aumento da procura por parte dos jurisdicionados, consolidando-se a Ouvidoria Judiciária como um instrumento para o efetivo exercício da cidadania e prestação de serviço público de qualidade à sociedade em geral.

Em 15 de outubro de 2015, foi designado o Des. Marcos José de Brito Rodrigues para exercer a função de Ouvidor Judiciário. Antes desse período, entre 2 de março de 2015 e 14 de outubro de 2015, a função foi desempenhada pelo Des. Luiz Cláudio Bonassini.

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Em 2015, a Ouvidoria Judiciária autuou 1.184 reclamações, sendo que a maior parte estava relacionada à morosidade constatada no andamento dos processos.

Foram respondidos mais de 1.200 e-mails acerca de todo e qualquer serviço prestado pelo Poder Judiciário como o funcionamento dos cartórios, atuação de servidores, etc. Também por e-mail, prestou-se orientação aos usuários do sistema, sanando dúvidas, e realizou-se direcionamento a outros órgãos como o Conselho de Supervisão dos Juizados e Secretarias competentes do Tribunal de Justiça, como Secretaria de Tecnologia da Informação e Secretaria de Gestão de Pessoal.



Des. Marcos José de Brito Rodrigues



+2.700

Reclamações Atendidas



+2.900

E-mails recebidos

Além disso, encaminharam-se ofícios a autoridades do TJMS e de outros órgãos, requerendo informações ou solicitando providências quanto a denúncias e sugestões formalizadas. Sem contar o atendimento prestado pessoalmente ao jurisdicionado pela Ouvidoria do Fórum e do Tribunal, os quais não resultaram em formalização de reclamação, apenas orientação e, eventualmente, audiência com o Ouvidor Judiciário, sempre que solicitada.

Nesse período, recepcionaram-se expedientes do Presidente da OAB/MS, em que foi solicitada a adoção de medidas administrativas no sentido de impulsionar o andamento de processos da Capital, comarcas do interior, Juizados e Tribunal de Justiça (recursos), os quais foram devidamente respondidos. Foram formalizadas reclamações, quando necessárias, e quando o atraso se referia a expediente de cartório, na grande maioria das vezes foram resolvidos de imediato, por meio de contato com os diretores/chefes de cartório das Varas/Juizados.

Aviaram-se ainda ofícios a diversos setores e magistrados, nos quais se anexaram cópias de sugestões, de fichas de avaliação de serviços retirados da urna da Ouvidoria, cópia de e-mails com pedidos de providência, entre outros assuntos, sempre com o objetivo de obter melhorias no atendimento daqueles que buscam a tutela do Poder Judiciário.

Somente no ano de 2016, até o mês de setembro, foram formalizadas 1.569 reclamações, sendo aproximadamente 85% resolvidas, demanda muito acima de 2015. Solucionaram-se 119 pedidos oriundos da Ouvidoria do CNJ (Conselho Nacional de Justiça), mais de 120 processos (2º grau) tramitando em grau de recurso julgados por meio de pedido de prioridade do Ouvidor Judiciário aos Desembargadores Relatores e 1.723 e-mails respondidos, prestando orientação ao jurisdicionado quanto o seu processo, serviços prestados pelo Poder Judiciário, etc.

Acrescenta-se ainda o grande número de atendimentos por meio das ligações diárias pelos telefones 0800-647-6161 (gratuito) e 3314-1314 (ramal).

PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS

A Ouvidoria Judiciária do TJMS participou do I Encontro Nacional dos Ouvidores dos Tribunais de Justiça do Brasil, organizado pelo Tribunal de Justiça do Ceará, realizado no período de 5 a 6 de março de 2015, em Fortaleza/CE.

Na oportunidade, discutiram-se temas como a importância das Ouvidorias do Judiciário, representando um avanço na relação com a sociedade, a conscientização do público interno da relevância das Ouvidorias e a questão da Lei de Acesso à Informação. Ao final do encontro, elegeu-se a mesa diretora do Colégio Permanente de Ouvidores da Justiça.

Importante ressaltar o convite do Conselheiro Luiz Cláudio Allemand a esta Ouvidoria Judiciária para a primeira reunião de trabalho do projeto ainda em andamento “Ouvidorias de Justiça como agente de fomento da resolução de conflitos” realizada na data de 23/06/16, em Brasília/DF, organizado pela Ouvidoria do Conselho Nacional de Justiça. Serão realizadas reuniões de trabalho por videoconferência com as equipes das Ouvidorias para execução do projeto.

O Ouvidor Judiciário, Des. Marcos José de Brito Rodrigues, compareceu ainda no II Encontro do Colégio Nacional de Ouvidores Judiciais, realizado em João Pessoa/PB, no período de 31 de agosto a 2 de setembro de 2016, onde houve palestras com o tema “O futuro das Ouvidorias, “A importância das Ouvidorias Judiciais para a implementação da priorização do 1 grau” e também apresentação de projetos.



II Encontro do Colégio Nacional de Ouvidores Judiciais



COORDENADORIA

ATUA NO COMBATE E PREVENÇÃO À

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Criada em 18 de outubro de 2011, a Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar é o órgão do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul responsável pelo planejamento e execução das ações de combate e prevenção à violência doméstica e familiar contra a mulher. Durante o biênio 2015/2016, a Coordenadoria da Mulher contou com dois coordenadores: Des. Ruy Celso Barbosa Florence, que ocupou o cargo a partir de 10 de abril de 2012, e o Des. Paschoal Carmello Leandro, designado para dirigir a Coordenadoria a partir de 26 de janeiro de 2016.

BALANÇO DE 2015

A primeira grande conquista da Coordenadoria da Mulher, em março de 2015, foi o estabelecimento de uma estrutura própria, com o aparelhamento de uma sala e lotação de dois servidores para a composição da equipe de Apoio Operacional prevista no Provimento n. 244/2011.

Também no mês de março, ocorreu a 1ª Semana da Justiça Pela Paz em Casa, Campanha Nacional do Poder Judiciário, idealizada pela Ministra do Supremo Tribunal Federal Cármen Lúcia, pelo fim de toda forma de violência contra as mulheres.

Diversas comarcas realizaram atividades, além das audiências e julgamento de casos envolvendo mulheres vítimas de violência. Durante a semana de mobilização nacional, de 9 a 13 de março, o Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul realizou 415 audiências e julgamentos de processos envolvendo violência doméstica.

No dia 9 de março de 2015, foi inaugurada a 3ª Vara de Violência Doméstica e Familiar da Comarca de Campo Grande, conhecida como a 1ª Vara de Medidas Protetivas do Brasil. Sua instalação, na Casa da Mulher Brasileira, contou com o apoio da Coordenadoria da Mulher para proporcionar agilidade no atendimento e na prestação jurisdicional às mulheres vítimas de violência. O Poder Judiciário de MS foi pioneiro na criação de uma vara com competência exclusiva em Medidas Protetivas de Urgência, razão pela qual recebeu visitas de comitivas de outros tribunais, como o TJSC e o TJMG, para conhecer a ideia inovadora.

Com o intuito de criar um espaço de acesso simples, rápido e rico em informações sobre a Lei Maria da Penha e o combate e prevenção da violência contra as mulheres, aos operadores do Direito e a toda população, a Coordenadoria reformulou seu espaço virtual no site do TJMS, a fim de difundir a Lei e demais instrumentos de prote-



ção aos direitos humanos das mulheres, e ainda dar suporte a magistrados, servidores e equipes multiprofissionais que atuam na área. (<http://www.tjms.jus.br/violenciadomestica/index.php>).

A Coordenadoria da Mulher produziu, em 2015, a Cartilha da Mulher com informações sobre a Lei Maria da Penha e as formas de violência contra a mulher. Produziu também um cartão com os telefones para orientação e denúncia (Ligue 180) e chamada para emergência (Disque 190).

O projeto Maria faz a Diferença na Escola, criado em 2012, e que tem como objetivo promover um espaço de discussão e reflexão sobre gênero, raça/etnia e violência contra a mulher, na rede pública de ensino, prevenindo e contribuindo para a diminuição de casos de violência, teve sua abrangência ampliada no ano de 2015: o atendimento passou a ser feito também em escolas particulares e cursos profissionalizantes.

Durante a 3ª Semana da Justiça Pela Paz em Casa, a Coordenadoria da Mulher utilizou o teatro para conscientizar a população sobre a violência doméstica e familiar contra a mulher. Foi apresentada uma esquete cênica, com duração de 20 minutos, em quatro pontos na cidade de grande concentração de pessoas, como a Praça Ary Coelho e o calçadão da Rua Barão do Rio Branco. O

objetivo da apresentação de teatro na rua foi despertar na população a cultura da paz em casa, por meio da linguagem da arte. Durante a apresentação da esquete, foram distribuídos cartões com telefones para denúncia e informações e também a Cartilha da Mulher, adaptada para a campanha, com informações sobre a Lei Maria da Penha, o que é e quais são os tipos de violência doméstica e familiar praticados contra a mulher e os tipos de medidas protetivas existentes.

A Coordenadoria da Mulher representou o Poder Judiciário na 4ª Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres de Mato Grosso do Sul, nos dias 23 a 25 de novembro, cujo tema foi “Mais direitos, participação e poder para as mulheres”. O objetivo da Conferência Estadual, dentre outros, foi discutir as estratégias de fortalecimento das políticas para as mulheres e a democratização da participação delas nas diversas esferas institucionais e federativas, além de eleger delegadas para representar o MS na IV Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, ocorrida em Brasília de 10 a 13 de maio de 2016.



fonte: www.sedhast.ms.gov.br/



Caminhada pela Paz em Casa

BALANÇO DE 2016

Em 2016, a Coordenadoria da Mulher continuou com a implantação de novos projetos para dar cumprimento ao seu papel de executora de ações de combate e prevenção da violência doméstica e familiar contra a mulher. Durante a 4ª Semana da Justiça pela Paz em Casa, foi realizada uma grande Caminhada pela Paz em Casa, com a parceria de diversos órgãos públicos e da sociedade civil. Cerca de 1.000 pessoas estiveram presentes.

O TJMS contou com a parceria do TRT 24ª Região, TRF 3ª Região, TRE/MS, Ministério Público Estadual e seu Núcleo de Enfrentamento da Violência Doméstica Contra a Mulher, Defensoria Pública da União, Defensoria Pública Estadual, OAB Seccional MS, Governo do Estado de MS, Subsecretaria de Políticas para as Mulheres de MS, Prefeitura de Campo Grande, Polícia Civil, Polícia Militar, Jornal O Estado de MS, Plaenge, TVE Regional, Rádio Educativa 104, FM Capital 95 e Página Brasil.

Neste ano, o Projeto Maria da Penha na Roda do Tereré foi lançado. Trata-se de um projeto de conscientização e prevenção da violência a públicos profissionais. Servidores da Coordenadoria da Mulher dirigiram-se a ambientes de trabalho e outras agremiações e proporcionaram uma pausa nas atividades das pessoas para explicar e discutir

a Lei 11.340/2006, gerando espaço para reflexão sobre as questões de gênero e os papéis sociais. O nome do projeto faz alusão à cultura do Estado de Mato Grosso do Sul de consumir o tereré, bebida preparada com erva mate e água gelada, durante os momentos de descanso no decorrer no dia.

Durante a 4ª Semana da Justiça pela paz em Casa, a Coordenadoria da Mulher, por meio do projeto Maria da Penha na Roda do Tereré, visitou sete canteiros de obras das construtoras Plaenge e Vanguard Home e, em parceria com a Vara de Medidas Protetivas, dois frigoríficos da JBS e uma Unidade Básica de Saúde.

A Coordenadoria da Mulher realizou um levantamento nas Usinas de Açúcar e Alcool existentes no Estado de Mato Grosso do Sul e encaminhou para as respectivas comarcas material gráfico para que pudessem ser realizadas ações com os trabalhadores. Em quatro comarcas, Aparecida do Taboado, Chapadão do Sul, Costa Rica e Fátima do Sul, foram realizadas palestras, distribuição de cartilhas e divulgação de frases de conscientização nos holerites, respectivamente nas Usinas de Açúcar e Alcool, Alcoolvale, Iaco Agrícola, Odebrecht Agroindustrial e Agro Energética, obtendo o alcance direto de aproximadamente 1.500 pessoas.

O objetivo dessa ação foi levar informações sobre a Lei Maria da Penha e violência contra a mulher a trabalhadores mais afastados da zona urbana e colocar o Poder Público à disposição daquelas que, por ventura, se encontrassem vivendo a situação de violência.

No aniversário de 10 anos da Lei Maria da Penha, o Poder Judiciário sul-mato-grossense uniu esforços com o Governo do Estado, Ministério Público Estadual, Defensoria Pública Estadual e OAB para a realização da campanha Agosto Lilás, que teve como objetivo realizar ações educativas e promover o conhecimento de mulheres e meninas sobre seus direitos, além de realizar a sensibilização masculina com relação ao tema violência doméstica.

Durante a campanha Agosto Lilás, os prédios do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul e o Fórum da Comarca de Campo Grande iluminaram suas fachadas com a cor lilás em referência à campanha, além de ostentarem faixas com dizeres alusivos ao combate e à prevenção à violência doméstica e familiar contra a mulher. Além disso foram colocados dois outdoors na cidade, durante a campanha, com o mesmo objetivo.

A mídia digital também foi utilizada durante o mês de agosto para conscientização da cultura da não violência. O site do Tribunal de Justiça e o

Diário da Justiça publicaram diariamente frases de incentivo ao tratamento igualitário entre homens e mulheres e de repúdio à violência contra a mulher. Além disso, o Coordenador e Vice-Presidente TJMS, Des. Paschoal Carmello Leandro, concedeu entrevistas a rádios, abordando esse tema.

Durante o mês de agosto, a Coordenadoria da Mulher também atuou ministrando palestras aos alunos do ensino médio, em escolas da rede estadual. No total, o TJ atingiu diretamente 1.600 alunos. As palestras tiveram o objetivo de conscientizar os jovens da importância da Lei Maria da Penha e trazer para a sociedade a visibilidade desse tipo de crime, que antes ficava somente na esfera privada, e de que hoje há a possibilidade da intervenção do público no privado.

Com o intuito de promover a inclusão social, a Coordenadoria realizou ainda uma edição do Projeto Maria da Penha na Roda do Tereré no ISMAC – Instituto Sul-mato-grossense para Cegos Florisvaldo Vargas, no dia 17 de agosto. Tratou-se de uma palestra para mulheres e homens deficientes visuais, com o objetivo de promover um espaço de discussão e reflexão sobre gênero e violência contra a mulher, a fim de prevenir e contribuir para uma mudança de cultura e diminuição desses casos. Nessa atividade, foram distribuídos cartões em braille, produzidos pela Coordenadoria da Mulher, com algumas informações e os números de telefone para denúncias (180) e casos de emergências (190).



Palestra Lei Maria da Penha



Curso Lei do Femicídio

Durante a 5ª Semana da Justiça pela Paz em Casa, a Coordenadoria da Mulher realizou o Projeto Valorizar - Protagonismo e Empoderamento da Mulher, que teve como foco as mulheres em situação de violência doméstica e familiar atendidas pela 3ª Vara da Violência Doméstica (Vara de Medidas Protetivas).

Durante o evento de valorização, as mulheres participaram de atividades de cunho psicossocial, tais como: palestras, rodas de conversas e discussões com o intuito de resgatar sua autoestima, amor próprio e potencializar a conscientização de seus direitos e suas capacidades, além de esclarecimentos de dúvidas. Atividades que visaram à autonomia econômica foram realizadas em parceria com a Fundação Social do Trabalho – FUNSAT – da Casa da Mulher Brasileira. As mulheres receberam, ainda, orientação para o mercado de trabalho, com o oferecimento de vagas de emprego.

Paralelamente a essas atividades, em parceria com o “Projeto de Gente pra Gente”, as mulheres receberam corte, hidratação e escovação dos cabelos, além de maquiagem feita por profissional para perceberem ainda mais o valor que possuem.

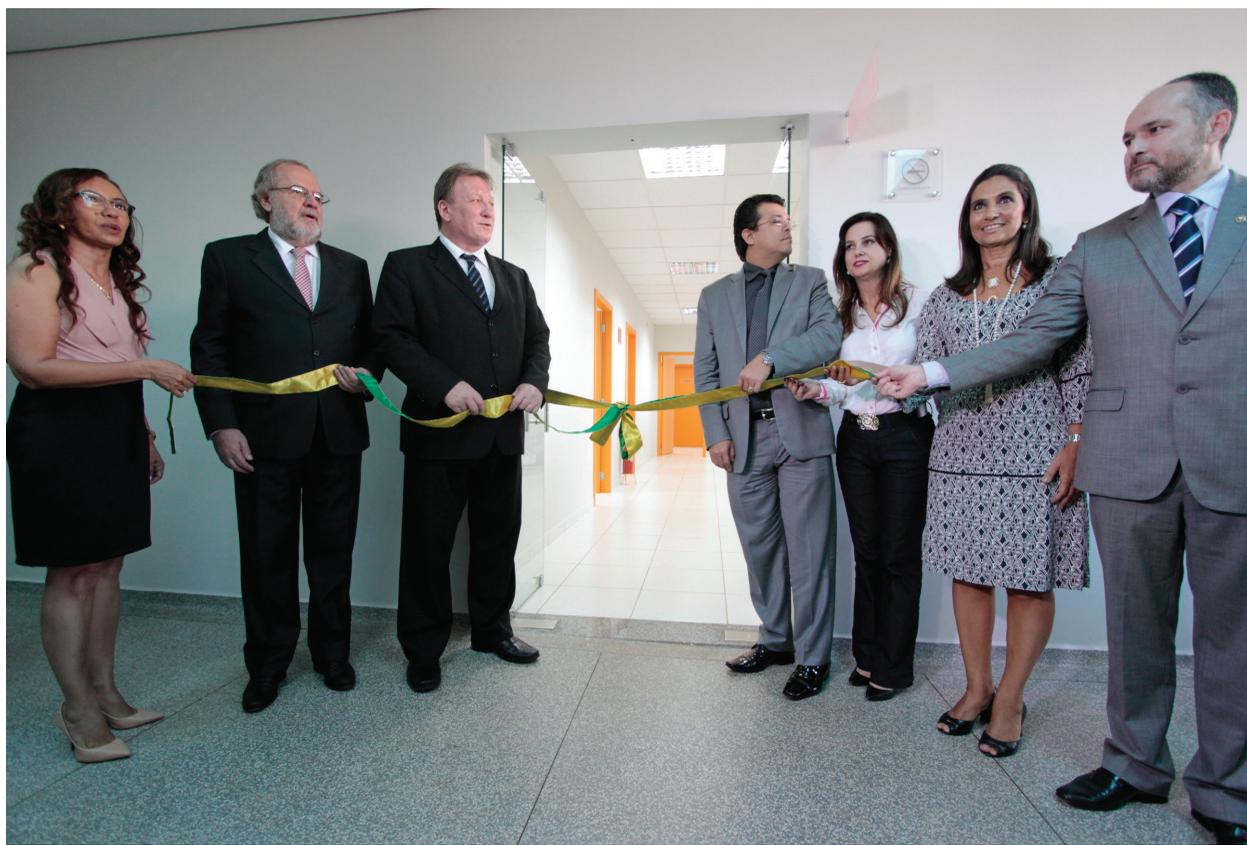
Em uma parceria com a Defensoria Pública Estadual de MS, surgida na Câmara Técnica de implementação do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher, o Tribunal de Justiça viabilizou a impressão de 12 mil cartilhas em idiomas indígenas sobre a Lei Maria da Penha.

As cartilhas foram traduzidas pela Defenso-

ria Pública Estadual nos idiomas guarani e terena, tendo em vista a grande população dessas etnias no Estado. A distribuição dessas cartilhas iniciou-se em outubro, no município de Dourados, por ser a comarca que concentra a maior parte da população indígena no Estado.

Ainda em 2016, a Coordenadoria da Mulher provocou a realização do Curso Lei do Femicídio e Questões de Gênero. Promovido pela Ejud-MS, este curso nasceu ante a participação da Coordenadoria da Mulher em Grupo de Trabalho Interinstitucional sobre Femicídio, criado pelo Decreto Estadual nº 14.391, de 18 de fevereiro de 2016, que visa adaptar à realidade de Mato Grosso do Sul as diretrizes nacionais para investigar, processar e julgar, com perspectiva de gênero, as mortes violentas de mulheres (femicídios), ocorridas no Estado. A partir do curso foram aprovadas recomendações técnicas de atuação no Tribunal de Júri em casos de feminicídios, publicadas por meio de Portaria nº 01/2016 da Coordenadoria da Mulher.

A Coordenadoria da Mulher também lançou em 2016 o Questionário para Levantamento do Perfil da Vítima de Violência Doméstica e Familiar. É mais uma ferramenta que subsidiará a construção de políticas e ações de combate e prevenção à violência contra a mulher em todo o Estado, a partir dos relatórios gerados com as informações de todas as comarcas. Por meio do questionário serão levantados dados demográficos, socioeconômicos e informações sobre a violência. O questionário procura ainda construir informações sobre mulheres indígenas e deficientes.



MS INSTALA 1ª VARA DO PAÍS DEDICADA A MEDIDAS PROTETIVAS À MULHER

O Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul instalou, no dia 9 de março de 2015, a 3ª Vara da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher de Campo Grande, a primeira Vara de Medidas Protetivas do país.

A Vara funciona na Casa da Mulher Brasileira, situada na Rua Brasília s/nº, no Jardim Imá, próximo ao Aeroporto Internacional de Campo Grande, e permite ao magistrado adotar medidas efetivas para a proteção da mulher vítima de qualquer tipo de violência.

A Capital de Mato Grosso do Sul, além de ser a primeira a criar uma Vara com competência exclusiva de medidas protetivas no país, foi a primeira a ter instalada a Casa da Mulher Brasileira, um programa do Governo Federal que visa garantir à mulher, vítima de violência doméstica,

um rol de serviços jurídicos, além de alojamento, brinquedoteca, serviço de promoção da autonomia econômica da mulher etc.

O atendimento na Vara de Medidas Protetivas é rápido e produz efeitos imediatos, pois, registrado o boletim de ocorrência, a delegada ou o Ministério Público podem pedir uma ou mais medidas protetivas.

O juiz adota imediatamente a medida ou medidas adequadas ao caso, podendo ser prisão preventiva do agressor, sua saída do lar ou afastamento da vítima, entre outras. Em seguida o processo é distribuído para uma das duas varas de Violência contra a Mulher já existentes na Capital e segue os trâmites legais.



AMPLIAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DO JUDICIÁRIO MELHORA ATENDIMENTO AO JURISDICONADO

No biênio 2015/2016, o Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul investiu em infraestrutura para melhorar as condições de trabalho de servidores e as instalações para o atendimento ao jurisdicionado. As reformas e construções são uma forma de adequação à crescente demanda da justiça sul-matogrossense. A estrutura física de diversos prédios da justiça estadual foi reformada para comportar as exigências da sociedade de Mato Grosso do Sul e novos prédios foram construídos.

Nos últimos dois anos as comarcas de Coxim, Terenos e Inocência receberam novos prédios. Inaugurado em 26 de junho de 2015, o novo prédio em Coxim tem 1.544,14 m² de área construída em uma edificação de segunda entrância e comporta quatro varas. Das edificações de primeira entrância, o Fórum de Terenos, com 931,92 m² e projeto-piloto em logística sustentável, foi inaugurado no dia 5 de agosto de 2016.

Todas as edificações obedecem aos critérios de acessibilidade com rampas, sinalização tátil de pisos e calçadas, além de banheiros adaptados para atender pessoas com necessidades especiais.

Outro ponto significativo é a sustentabilidade e eficiência energética da construção da comarca de Terenos, projeto-piloto em logística sustentável. Para tanto, o prédio foi dotado de um sistema de captação, armazenagem e reaproveitamento de águas pluviais para limpeza externa e molhagem do jardim, condicionadores de ar tipo split, telhas

termoacústicas, pintura de paredes externas em cores predominantemente claras, luminárias e lâmpadas de alta eficiência e válvulas de descarga hidra duo, que economizam até 30% de água.

Neste biênio foram reformados, além do prédio que teve instalado o Centro Integrado de Justiça, e do 8º e 9º Juizados, em Campo Grande, os prédios das comarcas de Glória de Dourados, Deodápolis, Pedro Gomes, Camapuã, Costa Rica, Bandeirantes, Jardim e Paranaíba. Também foram atendidas com reformas parciais as comarcas de Três Lagoas, Angélica, Dois Irmãos do Buriti, Nioaque, e o prédio do Tribunal de Justiça, que contou com reforma parcial e ampliação para estacionamento, a instalação do sistema de segurança (CFTV) e o revestimento de paredes e troca de mobiliários dos plenários cível e criminal.

Teve início, ainda no ano de 2016, a elaboração do projeto arquitetônico para construção do novo Fórum da Comarca de Ponta Porã, com previsão para até 10 varas, em um terreno de 5.284 m² doado pela Prefeitura.



Fórum da comarca de Coxim



Fórum da comarca de Terenos

OBRAS BIÊNIO 2015/2016

1. Construção		Área Construção/M ²	Status
1.1	COXIM <i>Construção do novo prédio do Fórum da Comarca.</i>	1.544,14	INICIADA EM 2014 CONCLUÍDA 2015
1.2	TERENOS <i>Construção do novo prédio do Fórum da Comarca.</i>	931,92	CONCLUÍDA
1.3	INOCÊNCIA <i>Construção do novo prédio do Fórum da Comarca.</i>	931,92	CONCLUÍDA
2.	REFORMA /AMPLIAÇÃO	Área de reforma Ampliação M ²	
2.1	PEDRO GOMES <i>Reforma e ampliação da edificação.</i>	656,55	CONCLUÍDA
2.2	GLÓRIA DE DOURADOS <i>Reformada edificação.</i>	500,84	CONCLUÍDA
2.3	CAMPO GRANDE <i>Reforma parcial 8º e 9º Juizados.</i>	563,22	CONCLUÍDA
2.4	DEODÁPOLIS <i>Reforma e ampliação da edificação.</i>	675,90	CONCLUÍDA
2.5	COSTA RICA <i>Reforma da edificação.</i>	1.090,61	CONCLUÍDA
2.6	TRÊS LAGOAS <i>Reforma parcial da edificação.</i>	4.537,48	CONCLUÍDA
2.7	ANGÉLICA <i>Adaptação da parte elétrica de edificação para instalação do Fórum.</i>	323,40	CONCLUÍDA
2.8	DOIS IRMÃOS DO BURITI <i>Pintura e forro em edificação para instalação do Fórum.</i>	307,00	CONCLUÍDA
2.9	NIOAQUE <i>Reforma estacionamento e outros serviços</i>	602,78	CONCLUÍDA
2.10	TRIBUNAL DE JUSTIÇA <i>Revestimento de paredes e troca de mobiliários dos plenários cível e criminal</i>	230,00	CONCLUÍDA
2.11	TRIBUNAL DE JUSTIÇA <i>Instalação de sistema de segurança - CFTV</i>	20.899,62	CONCLUÍDA
2.12	TRIBUNAL DE JUSTIÇA <i>Reforma parcial e ampliação para estacionamento Secretaria do Tribunal de Justiça e Gabinetes.</i>	6.269,00	CONCLUÍDA
2.13	BANDEIRANTES <i>Reforma da edificação.</i>	882,96	CONCLUÍDA
2.14	CAMAPUÃ <i>Reforma da edificação.</i>	1.090,61	CONCLUÍDA
2.15	CIJUS <i>Reforma na edificação para implantação do CIJUS.</i>	13.272,00	CONCLUÍDA
2.16	CIJUS <i>Ar-condicionado para instalação no CIJUS.</i>	13.272,00	CONCLUÍDA
2.17	PARANAÍBA <i>Reforma parcial e instalação de elevador.</i>	1.402,89	CONCLUÍDA
2.18	JARDIM <i>Reforma da edificação.</i>	970,69	CONCLUÍDA
3	PROJETOS	SERVIÇO REALIZADO	STATUS
3.1	CONSTRUÇÃO DO NOVO PRÉDIO DA COMARCA DE PONTA PORÃ	Elaboração do Projeto Arquitetônico para construção de novo Fórum da Comarca de Ponta Porã com previsão para até 10 varas. O projeto foi integralmente desenvolvido pela equipe de Arquitetos da Secretaria de Obras, considerando princípios de sustentabilidade e eficiência energética, além de estar totalmente alinhado com as alterações recentes do Poder Judiciário do Estado de MS.	CONCLUÍDO
	Elaboração de Projeto Arquitetônico		Encaminhado para licitar projetos complementares.



MODERNIDADE: POPULAÇÃO DA CAPITAL RECEBE CENTRO INTEGRADO DE JUSTIÇA

O Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul entregou à população de Campo Grande, em dezembro de 2016, o Centro Integrado de Justiça Des. Nildo de Carvalho. Com mais de 13.200 m², o prédio passou pela reforma e pelas adaptações necessárias para abrigar diversos serviços do Judiciário.

O local, onde antes funcionava um shopping popular foi remodelado para abrigar gabinetes de juízes, salas de audiência, plenários e diversos espaços. Situado na área central de Campo Grande, estratégica por estar próximo a pontos de ônibus, táxis e mototáxis, o prédio é um espaço moderno, centralizado e de fácil acesso, que atende a crescente demanda pela justiça, com mais comodidade e eficiência.

No Centro Integrado de Justiça, os Juizados Especiais contam com 19 salas de audiências, duas salas de palestras, 21 salas de conciliação, três para a Defensoria, três para o Núcleo de Solução de Conflitos, além de 220 lugares de espera com o necessário conforto ao usuário.

No pavimento térreo, ficam a atermação, a triagem, o serviço expresso, o gabinete médico e odontológico. Para o Departamento dos Juizados Especiais há duas salas amplas, 16 gabinetes para juízes, sala de reunião, central de segurança, sala de contabilidade, de apoio para a Procuradoria-Geral do Estado, da Defensoria, Promotoria e para a OAB.

No local está instalada também a Secretaria Judiciária de 1º Grau, com previsão para até 300 postos de trabalho, e salas de apoio. A Justiça Restaurativa tem sala de ludoterapia e brinquedoteca e o Núcleo de Projetos, como o de adoção e do Projeto Padrinho, também está no local.

Para as Turmas Recursais foram disponibilizados plenário, com mais de 70 lugares, e sala ampla no pavimento superior.

Ressalte-se que o local é composto por dois pisos, ampla área de subsolo e estrutura para receber mais dois pavimentos, se necessário, o que mostra a visão de futuro da administração do Poder Judiciário em deixar estruturadas as instalações judiciárias para as próximas gerações.

Além disso, possui amplo estacionamento no subsolo e no terraço, com cerca de 277 vagas para carros e 82 para motocicletas, inclusive vagas para idosos e pessoas com deficiência.

Como a obra de adaptação e reforma privilegiou a acessibilidade e a ecoeficiência, o local tem elevadores, escadas rolantes, rampas e banheiros adaptados.

O sistema de climatização é moderno e eficiente e os sistemas hidráulicos e energéticos estão de acordo com as modernas técnicas de engenharia, o que permite mais economia com respeito ao meio ambiente.





Cerimônia de Inauguração do CIJUS - Centro Integrado de Justiça





TJ INSTALA CENTROS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS NO INTERIOR DE MS

Com o objetivo de estender os métodos consensuais de solução de conflitos para o interior do Estado, o Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul instalou, no ano de 2015, Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejuscs) nas comarcas de Corumbá, Naviraí, Dourados, Três Lagoas e Ponta Porã.

Em abril de 2016, o TJMS instalou ainda um Cejusc na Associação Comercial de Campo Grande. Em Campo Grande, para mediação ou conciliação, a população conta ainda com Cejuscs localizados no TJMS, na Universidade Uniderp (Núcleo de Práticas Jurídicas) e na Defensoria Pública do Estado, Unidade Horto Florestal.

A proposta é substituir a cultura da sentença e questões de família e vizinhança, por exemplo, não serão resolvidas com uma sentença. Apenas uma mediação ou conciliação feita por profissional capacitado pode tirar o sentimento negativo

de mágoa, rancor e frustração que as pessoas carregam e que dificultam a autocomposição – este é o principal foco do Cejusc.

Os Centros Judiciários de Solução de conflitos estão vinculados ao Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (NUPE-MEC), que tem como coordenadores o Des. Romero Osme Dias Lopes, na área de mediação, e o Des. Vladimir Abreu da Silva, na área de conciliação.

O Judiciário estadual pretende expandir o serviço para todas as comarcas do Estado, contemplando o que estabelece a Resolução nº 125/2010 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que dispõe sobre a Política Judiciária Nacional de tratamento adequado dos conflitos de interesses no âmbito do Poder Judiciário.

CONCILIAÇÃO: AÇÕES INÉDITAS DO TJMS RESULTARAM EM ACORDOS E FIM DE GREVES

Duas audiências de conciliação realizadas por desembargadores do Tribunal de Justiça resultaram em acordos e professores estaduais e enfermeiros da Capital voltaram ao trabalho nos meses de junho e julho de 2015.

O primeiro acordo foi firmado entre o Governo do Estado de MS e a Federação dos Trabalhadores em Educação de MS (FETEMS), no dia 3 de junho, e garantiu a volta às aulas, no dia 8 de junho, de pelo menos 223 mil alunos da rede estadual de ensino. Com a possibilidade de prejuízo aos pais e alunos, o Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul se antecipou e chamou o executivo estadual e os grevistas para uma conciliação rápida, pondo fim à paralisação dos profissionais da rede estadual de ensino em todo o Estado.

Com a proposta de acordo apresentada pelo Des. Vladimir Abreu da Silva, coordenador de Conciliação do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec), que presidiu, no dia 2 de junho, a sessão de conciliação, pelo menos 25 mil professores e técnicos administrativos de todo o Estado voltaram ao trabalho, tranquilizando os pais dos alunos das escolas estaduais, os quais corriam o risco de ter o ano letivo comprometido com a greve. A partir do acordo a categoria e o executivo estadual fizeram calendário de reposição das aulas perdidas.

A segunda greve solucionada pelo TJMS foi a dos enfermeiros de Campo Grande, que voltaram ao trabalho no dia 8 de julho. Este foi o resultado da audiência de conciliação realizada no Salão Pantanal do Tribunal de Justiça, no dia 7, sob o comando do Des. Fernando Mauro Moreira Marinho.



MEDIAÇÃO

Em sessão de mediação realizada no dia 23 de setembro de 2016, os mediadores do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec) do Tribunal de Justiça formalizaram acordo na Ação Declaratória de Ilegalidade e Abusividade de Greve entre o Município de Campo Grande e o Sindicato dos Servidores Públicos Municipais (SISEM).

Segundo o processo, os servidores públicos municipais fizeram greve em razão da não negociação por aumento salarial com o Executivo Municipal. As faltas no período de greve das categorias agente comunitário de saúde e servidores administrativos da educação foram descontadas e foi necessária a intervenção do Poder Judiciário para resolução do conflito.

Assim, pelo acordo assinado na sessão de Mediação, as partes concordaram com o reembolso do salários e demais vantagens descontadas no período de greve, com a reposição dos dias faltosos em uma hora por dia até 20 de dezembro de 2016. No caso dos agentes comunitários, a reposição pode ser feita pela participação obrigatória em ações como mutirão, campanhas, entre outras.

No acordo, as partes desistiram de ações que tramitavam na 1ª e na 2ª Vara de Direitos Difusos, Coletivos e Individuais Homogêneos.



MUTIRÃO INÉDITO CONCILIA PROCESSOS DO SEGURO DPVAT EM TODO O ESTADO



Uma iniciativa inédita em todo o país teve início no ano de 2015 com sucesso em Mato Grosso do Sul: o Mutirão de Conciliação dos processos do seguro DPVAT. Nos dois anos do biênio 2015/2016 foram realizados 13 trajetos em todas as comarcas do Estado, inclusive a Capital.

Essa é uma iniciativa do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul, por meio de seu Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos do TJMS – Conciliação, sob a coordenação do Des. Vladimir Abreu da Silva, que vê as formas de autocomposição de conflitos como o melhor caminho a ser seguido.

Somente no ano de 2015, o Mutirão do DPVAT obteve 1.888 acordos homologados e 67% de efetividade, números que superaram as expectativas iniciais.

As audiências conciliatórias obedeceram às sequências dos trajetos, sendo realizadas no fórum de cada comarca, nos horários matutinos ou vespertinos. Antes de cada audiência, a parte, vítima de acidente, que não tinha prova pericial, passou por uma perícia médica com profissional nomeado judicialmente. O exame médico foi realizado nas dependências do Fórum e o laudo emitido imediatamente. Com base nesse documento, foi possível graduar as lesões e quantificar a indenização que a vítima do acidente automobilístico teria direito a receber.

Os processos integrantes do mutirão tiveram suspensos os trâmites processuais até a realização dos trabalhos. As conciliações foram realizadas pelos servidores do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Soluções de Conflitos, devidamente capacitados para a ação, e o evento nas comarcas foi coordenado pelo juiz de cada processo.



1.888

Acordos em 2015

67%

De efetividade



NÚCLEO DE APOIO TÉCNICO RESULTA EM MAIS EFICIÊNCIA ÀS DEMANDAS DO SUS

O Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul celebrou, em fevereiro de 2016, convênio com o Estado de Mato Grosso do Sul, por meio da Secretaria de Estado de Saúde, e também com o Município de Campo Grande, por meio da Secretaria Municipal de Saúde, para a criação e implantação do Núcleo de Apoio Técnico (NAT).

O núcleo tem como objetivo subsidiar o Poder Judiciário Estadual com informações técnicas nas demandas relativas ao fornecimento de medicamentos, exames, internações e demais tratamentos em face do Sistema Único de Saúde (SUS) e é composto por cinco profissionais: dois médicos, dois farmacêuticos, um enfermeiro e um servidor que auxiliará os trabalhos da área administrativa.

Os médicos e farmacêuticos são cedidos pelo Estado de Mato Grosso do Sul e o enfermeiro pelo Município de Campo Grande, com ônus para a origem, sendo que todos os profissionais devem atuar exclusivamente perante o Núcleo de Apoio Técnico.

Na verdade esse convênio já existia desde 2011, sob o nome de Câmara Técnica em Saúde (CA-TES), porém, como a vigência expirou, foi celebrado novo convênio com outra denominação, visto que nos demais Tribunais de Justiça do país a denominação utilizada é Núcleo de Apoio Técnico (NAT).

O convênio também prevê medidas para redução de ações judiciais, já que poderá sugerir às instituições competentes, sempre que entender viável ao Sistema Único de Saúde (SUS), as medidas administrativas necessárias para a redução das demandas judiciais em saúde.



CARAVANA DA SAÚDE: PARCERIA COM O EXECUTIVO LEVA A JUSTIÇA A TODO O ESTADO

O presidente do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, Des. João Maria Lós, assinou em março de 2015 convênio com o Governo do Estado de MS para ser parceiro no programa Caravana da Saúde, que abrangeu todos os 79 municípios do Estado, realizando atendimento de saúde em 11 microrregiões.

A participação do Judiciário no projeto se deu por meio dos serviços da Justiça Itinerante, que já são oferecidos em Campo Grande e na Comarca de Dourados. No ônibus da Itinerante são realizados atendimentos de competência dos Juizados Especiais, como conversões de união estável em casamento, execuções de alimentos, reconhecimento de paternidade, guarda, dissolução de união estável, exoneração de alimentos, investigação de paternidade, divórcio direto, pedidos de alimentos, cobrança, conversão de separação em divórcio, entre outros.

No total, foram 10 edições da Caravana da Saúde, de março de 2015 até maio de 2016, com a participação da Justiça Itinerante em todas elas. Somente na Capital houve atendimentos em três finais de semana.

As ações da Itinerante foram acompanhadas pelo vice-presidente do TJMS, Des. Paschoal Carmello Leandro, e pelo juiz titular da Vara, Cezar Luiz Miozzo.

Balanço mostra que nas 10 edições realizaram-se 2.236 reconhecimentos de união estável e conversão em casamento, 72 divórcios, 17 reconhecimentos de união estável, 10 conversões de separação em divórcio, uma exoneração de alimentos, quatro reconhecimentos de paternidade, seis dissoluções de união estável, cinco restabelecimento de sociedade conjugal, quatro alimentos, três guardas, uma adoção, uma inicial de alimentos e um acordo de reparação de danos.



+2.000

Reconhecimentos de União Estável
e Conversão em Casamento



72

Divórcios





AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA É REALIDADE EM TODAS AS COMARCAS DE MS

O Tribunal de Justiça firmou, no dia 5 de outubro de 2015, o termo de cooperação que viabiliza as audiências de custódia em MS. O documento foi assinado pelo então presidente do STF e do CNJ, Ministro Ricardo Lewandowski, pelo presidente do Tribunal de Justiça de MS, Des. João Maria Lós, e pelo governador Reinaldo Azambuja.

A instalação da audiência de custódia no âmbito das comarcas de MS visa proceder à oitiva informal do preso em flagrante delito, ao exame da legalidade da prisão e de sua manutenção, devendo o juiz verificar especialmente a ocorrência de indícios de abuso físico e/ou psicológico ao preso, determinando, se for o caso, medidas judiciais que a situação exigir; e a necessidade da conversão da prisão em flagrante em preventiva ou da aplicação de outras medidas cautelares diversas da prisão.

A audiência de custódia deve ser realizada na sala de audiências do juiz competente no prazo de 24 horas após o recebimento da comunicação da prisão, podendo, em situações excepcionais, ser realizada por meio do sistema de videoconferência, devendo, nesses casos, a oitiva do preso ser colhida no fórum judicial da comarca de sua custódia.

Em MS, as audiências de custódia são realizadas em todas as comarcas instaladas do Estado

e, até julho de 2016, foram feitas mais de 4,7 mil audiências, com 2,9 mil decisões pela liberdade (47,7% dos casos). Em Campo Grande, as audiências ocorrem pela manhã e são realizadas pelo juiz do plantão criminal – reforços podem ser designados pelo diretor do foro, conforme necessidade. No interior, cada comarca segue seu próprio esquema de organização.

INFÂNCIA E JUVENTUDE

Desde março de 2016, está em vigor a realização de audiências de custódia para adolescentes. A medida foi normatizada pelo Provimento nº 360 do TJMS, que disciplina a realização destas audiências no Estado. Até então, as audiências de custódia eram realizadas exclusivamente para adultos.

Por meio da iniciativa pioneira do juiz da Infância e Juventude de Campo Grande, Mauro Nering Karloh, buscou-se tão somente estender a prática para os adolescentes, visto que, tanto a legislação nacional quanto a internacional que tratam da delinquência juvenil estabelecem que o adolescente infrator não deve receber um tratamento mais severo do que aquele dispensado ao adulto criminoso.

ENTIDADES DA CAPITAL RECEBEM RECURSOS ARRECADADOS COM PENAS PECUNIÁRIAS

No ano de 2016, 15 instituições beneficentes de Campo Grande foram agraciadas com recursos oriundos das penas pecuniárias, aquelas em que o réu é condenado ao pagamento de determinadas quantias em dinheiro. Este é o sétimo ano em que a arrecadação dessas penas alternativas é revertida para o custeio de projetos sociais. Ao todo, foram destinados quase R\$ 1,4 milhão a diversos projetos.

Receberam recursos da Cepa em 2016 as seguintes entidades: Associação Franciscanas Angelinas (Afrangel), Centro de Apoio e Orientação à Criança – Vovó Miloca, Cotelengo Sul-mato-grossense, Fazenda Esperança, Grupo da Fraternidade Espírita “Hilário Silva”, Grupo Espírita Amor e Paz, Hospital de Câncer Alfredo Abrão, Hospital São Julião, Lar Nossa Senhora Aparecida, Instituto Luther King, Hospital Nosso Lar, Obra Kolping do Brasil, Escola Clínica Santa Terezinha, Associação Pestalozzi e Centro Multiuso “O Picolé”.

OBRAS

Durante o biênio 2015/2016, foram concluídas diversas obras custeadas pelo Poder Judiciário, por meio dos recursos das penas pecuniárias arrecadadas pela Central de Execução de Penas Alternativas (Cepa), vinculada à 2ª Vara de Execução Penal de Campo Grande.

Nos últimos dois anos, foram inauguradas as seguintes obras: cozinha pedagógica da Associação Pestalozzi; Hospital Dia; berçário da Associação Anandamóyi; lojinha da Associação Pestalozzi; anexo do prédio da educação infantil do Educandário Getúlio Vargas; Centro Clínico Multidisciplinar do Cotelengo Sul-mato-grossense; padaria da Fazenda da Esperança; e modernização do centro cirúrgico do Hospital de Câncer Alfredo Abrão.

Desde 2009, a Cepa remodelou a forma de destinação dos recursos arrecadados com as penas pecuniárias. De lá para cá, todas as entidades cadastradas à Central apresentam anualmente projetos de cunho social para serem custeados com o dinheiro arrecadado nesta modalidade de pena alternativa, transformando-o em grandes obras em benefício da comunidade.





Entrega da reforma da Escola José Ferreira Barbosa

“PINTANDO E REVITALIZANDO A EDUCAÇÃO COM LIBERDADE” É REFERÊNCIA NO PAÍS

Nos últimos dois anos, mais quatro escolas estaduais de Campo Grande foram reformadas por meio do programa “Pintando e Revitalizando a Educação com Liberdade”, totalizando seis escolas já atendidas. Idealizado pelo juiz Albino Coimbra Neto, o programa tornou-se referência de ressocialização no país com a utilização da mão de obra de detentos do regime semiaberto da Capital e o dinheiro dos presos, com a economia de cerca de R\$ 2 milhões para os cofres públicos.

No programa, os materiais de construção e tudo o que é necessário para a reforma são comprados com um fundo arrecadado pelo desconto de 10% do salário de cada preso da Capital, o qual trabalha em convênios firmados com o poder público ou iniciativa privada.

Os presos do regime semiaberto destacados para trabalhar na reforma fazem jus a um salário pago pelo Estado. As obras contemplam pintura geral, acessibilidade aos alunos cadeirantes, refeitório, readequação de salas como a dos professores, hidráulica, elétrica, enfim, tudo é revitalizado.

Durante o biênio 2015/2016 foram entregues as reformas das seguintes escolas estaduais: E.E. Padre Mário Blandino, E.E. Flavina Maria da Silva, E.E. Padre José Scampini e E.E. José Ferreira Barbosa.

PRESOS REFORMAM DELEGACIA COM 75% DE ECONOMIA PARA O ESTADO

Por meio do trabalho de 10 presos do regime semiaberto do sistema prisional da Capital, a 4ª Delegacia de Polícia da Moreninha II foi totalmente revitalizada. Este foi o primeiro prédio contemplado pelo projeto “Mãos que Constroem”, lançado no mês de setembro de 2016, em uma parceria do Tribunal de Justiça, Conselho da Comunidade e da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (Sejusp), que tem por finalidade a reforma de imóveis da Sejusp por meio da utilização de mão de obra carcerária.

A iniciativa tomou como base o programa de ressocialização do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul “Pintando e Revitalizando a Educação com Liberdade”, idealizado pelo juiz Albino Coimbra Neto, que, de forma pioneira, promove a re-

forma de escolas estaduais com a mão de obra e o dinheiro de presos e a economia já representa mais de R\$ 2 milhões para os cofres públicos.

No projeto “Mãos que Constroem”, o Estado arca não apenas com a mão de obra mas também com a compra de materiais. Mesmo assim o uso da mão de obra carcerária desonera o Estado sobremaneira quanto aos custos, visto que não está sujeita ao regime da CLT e também não há gastos com o pagamento de empresa vencedora de licitação. Além da economia, o projeto permite ainda a ressocialização do detento.

O valor orçado para a reforma da primeira delegacia foi de R\$ 123 mil, dos quais R\$ 35 mil se referem ao pagamento da mão de obra carcerária e o restante a despesas administrativas, material de construção, ferramentas e equipamentos de segurança. Esta obra, no formato tradicional, não sairia por menos do que R\$ 500 mil.

Pelo projeto, ganha o detento, com a possibilidade de reintegração à sociedade proporcionando o aprendizado de um ofício, a fim de garantir o sustento da sua família e reduzir a sua pena; ganha o Estado, que tem reduzido os custos das obras realizadas; e também ganha a sociedade, que tem a oportunidade de ter prédios públicos em bom estado, por meio da reforma das escolas ou das delegacias de polícia.



Reforma da 4ª Delegacia de Polícia da Moreninha II



Reeducandos realizando a manutenção dos jardins do TJMS

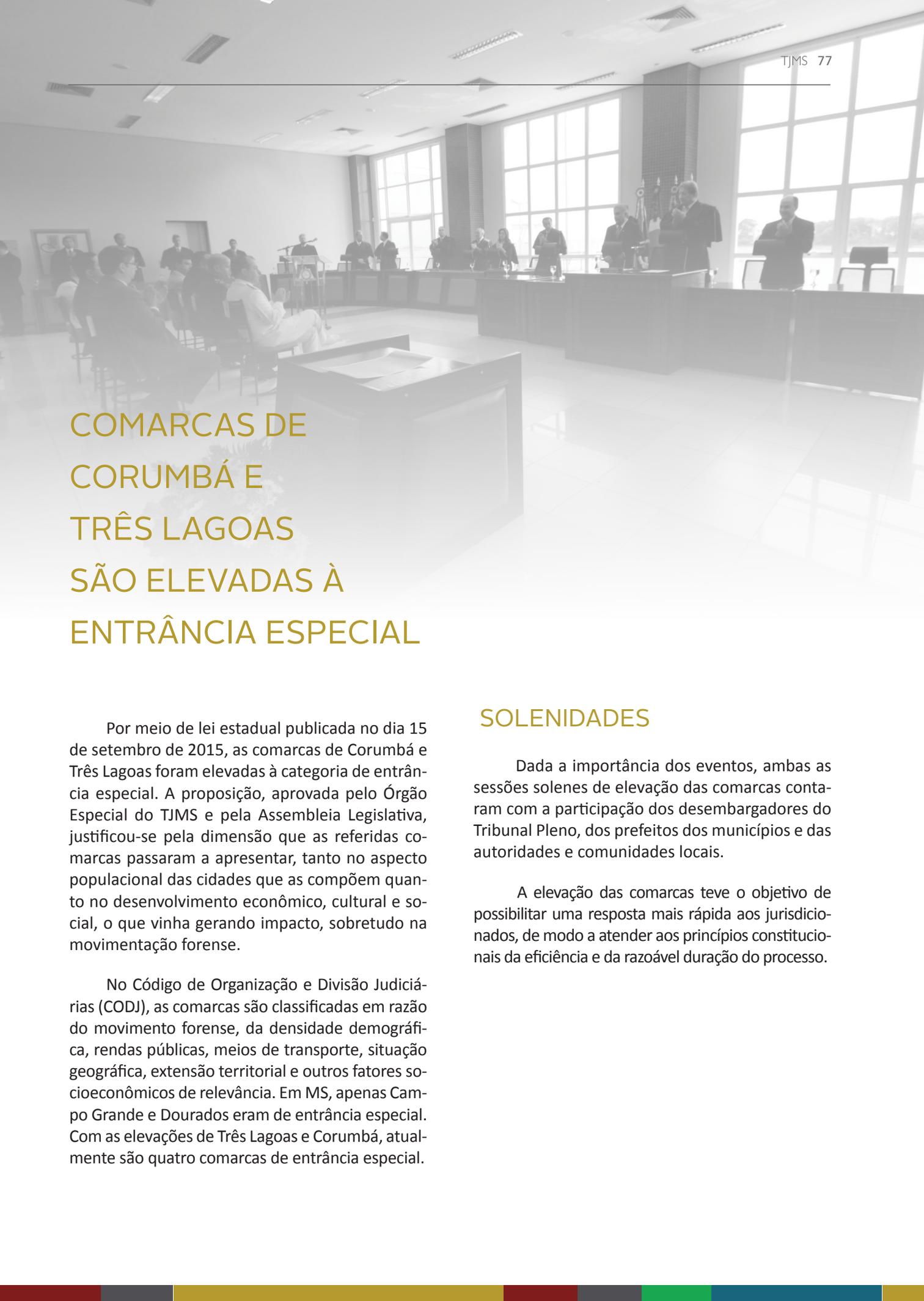
TRIBUNAL DE JUSTIÇA CONTRIBUI PARA RESSOCIALIZAÇÃO DE INTERNOS DA CAPITAL

Com o intuito de ressocializar os internos do regime semiaberto da capital, o Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul celebrou, no segundo semestre de 2015, contrato de prestação de serviços com o Conselho da Comunidade de Campo Grande, responsável pela intermediação entre a Agência de Administração do Sistema Penitenciário (Agepen) e empresários e órgãos públicos, a fim de viabilizar emprego para as pessoas que estão saindo do sistema carcerário.

O objetivo do contrato consiste em ressocializar os reeducandos, oferecendo-lhes a oportunidade de emprego e profissionalização para que, após o cumprimento de suas penas, sejam capazes de reintegrarem-se à sociedade de forma

definitiva, diminuindo assim os casos de reincidência. Antes, os reeducandos passaram por uma triagem realizada pela Agência de Administração do Sistema Penitenciário (Agepen), por meio do Patronato Penitenciário, na qual foi realizada análise jurídica, psicológica e social.

Com duração de um ano, o contrato contou inicialmente com a participação de seis reeducandos que auxiliaram a empresa terceirizada responsável pela manutenção dos jardins das dependências do Tribunal. Os reeducandos receberam um salário-mínimo para ajudarem no sustento de suas famílias, descontados 10% que vão para conta judicial, e a cada três dias trabalhados abateu-se um dia na pena a ser cumprida.



COMARCAS DE CORUMBÁ E TRÊS LAGOAS SÃO ELEVADAS À ENTRÂNCIA ESPECIAL

Por meio de lei estadual publicada no dia 15 de setembro de 2015, as comarcas de Corumbá e Três Lagoas foram elevadas à categoria de entrância especial. A proposição, aprovada pelo Órgão Especial do TJMS e pela Assembleia Legislativa, justificou-se pela dimensão que as referidas comarcas passaram a apresentar, tanto no aspecto populacional das cidades que as compõem quanto no desenvolvimento econômico, cultural e social, o que vinha gerando impacto, sobretudo na movimentação forense.

No Código de Organização e Divisão Judiciárias (CODJ), as comarcas são classificadas em razão do movimento forense, da densidade demográfica, rendas públicas, meios de transporte, situação geográfica, extensão territorial e outros fatores socioeconômicos de relevância. Em MS, apenas Campo Grande e Dourados eram de entrância especial. Com as elevações de Três Lagoas e Corumbá, atualmente são quatro comarcas de entrância especial.

SOLENIIDADES

Dada a importância dos eventos, ambas as sessões solenes de elevação das comarcas contaram com a participação dos desembargadores do Tribunal Pleno, dos prefeitos dos municípios e das autoridades e comunidades locais.

A elevação das comarcas teve o objetivo de possibilitar uma resposta mais rápida aos jurisdicionados, de modo a atender aos princípios constitucionais da eficiência e da razoável duração do processo.



Elevação da comarca de Três Lagoas



Elevação da comarca de Corumbá



DOIS IRMÃOS DO BURITI E ANGÉLICA VOLTAM A SER COMARCAS E APROXIMAM JUDICIÁRIO DO CIDADÃO

Desinstaladas provisoriamente em julho de 2013, o Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul reinstalou, no biênio 2015/2016, as comarcas de Angélica e Dois Irmãos do Buriti. A medida observou a conveniência e oportunidade aferida pela Administração do TJ, além de estudo pormenorizado acerca da movimentação processual, do aspecto populacional, do desenvolvimento econômico, cultural e social das cidades, e, principalmente, das dificuldades de deslocamentos dos jurisdicionados às respectivas comarcas sede.

As reinstalações proporcionam o aperfeiçoamento da organização judiciária de modo a ampliar o acesso à justiça, bem como atender com maior efetividade os anseios dos jurisdicionados.

Dados estatísticos comprovaram que as comarcas de Angélica e Dois Irmãos do Buriti mantêm os requisitos do Código de Organização e Divisão Judiciárias para a criação de uma nova comarca, quais sejam: movimento anual de processos bastante superior a duzentos feitos, população de 9.462 e 10.519 habitantes, respectivamente, número superior a cinco mil eleitores e contam com cadeia e destacamento policial próprios.

A comarca de Angélica foi reinstalada no dia 4 de dezembro de 2015 e a comarca de Dois Irmãos do Buriti no dia 13 de abril de 2016.



POSTO AVANÇADO LEVA JUSTIÇA A JAPORÃ

Desde o dia 20 de março de 2015, a população da cidade de Japorã, localizada no extremo sul do Estado, pode contar com os serviços judiciais com a instalação do Posto Avançado da Justiça (Pajus), inaugurado pelo presidente do Tribunal de Justiça, Des. João Maria Lós.

A instalação do Posto Avançado da Justiça, em parceria com o executivo municipal, tem o objetivo de levar a justiça ao cidadão, disponibilizando a prestação jurisdicional onde não haja comarca instalada.

O diferencial da iniciativa, inédita no Brasil, é ser uma forma eficiente de levar a justiça até cidades sem fórum, com custos reduzidos. Isso oportuniza à população resolver problemas, encaminhar ações e até participar de audiências sem a necessidade de deslocamento para comarcas próximas, encurtando distâncias e aproximando o cidadão da justiça.

CONHEÇA

No Pajus os cidadãos podem registrar ações de até 20 salários-mínimos no Juizado Especial da comarca a qual o município estiver vinculado. E mais: será possível participar de audiências cíveis e criminais a distância por meio de videoconferência, as quais são possíveis devido à integração do sistema de videoconferência do TJMS com o Sistema de Automação da Justiça (SAJ), permitindo a gravação das audiências.

DOAÇÃO

Na solenidade de instalação do Pajus, o cacique local explanou sobre a situação de sua aldeia e convidou as autoridades para conhecerem sua realidade. De acordo com ele, 33 crianças apresentam quadro de desnutrição, alguns graves, e não têm como fazer o tratamento no Centro de Combate à Desnutrição, pois o veículo cedido pela Prefeitura à Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), que cuida da aldeia, estava quebrado há mais de um mês.

Com o relato do indígena, o desembargador João Maria Lós prontificou-se em disponibilizar um veículo do Tribunal de Justiça, que iria a leilão, destinando-o à prefeitura para que as crianças desnutridas sejam levadas para fazer tratamento com médicos e nutricionistas do Centro. O veículo Kombi foi entregue no dia 25 de março de 2015 ao prefeito da cidade.



DESMEMBRAMENTO POSSIBILITA MAIS CELERIDADE À EXECUÇÃO FISCAL EM CAMPO GRANDE



209.673

Processos em Trâmite

5.865

da Fazenda Estadual

203.808

da Fazenda Municipal

88%

Processos Eletrônicos

Com o objetivo de amenizar a sobrecarga de trabalho da Vara de Execução Fiscal em Campo Grande, em março de 2015, o Tribunal de Justiça desmembrou a vara em duas: uma de Execução Fiscal da Fazenda Pública Estadual e outra de Execução Fiscal da Fazenda Pública Municipal.

Estudo pormenorizado da Presidência do Tribunal de Justiça mostrou a imprescindibilidade do desmembramento, visto que não mais subsistiam os motivos que resultaram na unificação das Varas de Execução Fiscal da Fazenda Pública Estadual e Municipal, em maio de 2011.

A existência de duas varas possibilita uma resposta mais célere à população, e atende aos princípios constitucionais da eficiência e da razoável duração do processo. Na Fazenda Pública Estadual, onde tramitavam aproximadamente seis mil processos, as cobranças abrangem quantias de R\$ 15 mil ou mais, enquanto na Fazenda Pública Municipal os valores são menores, começando em R\$ 50, o que justificava os cerca de 200 mil processos existentes à época.

Para que se entenda melhor a necessidade de desmembramento e instalação de duas varas é necessário apontar que, em março de 2015, dos 209.673 processos em trâmite, 5.865 eram da Fazenda Estadual, dos quais 64% tramitavam eletronicamente, e 203.808 eram da Fazenda Municipal, sendo 88% eletrônicos.

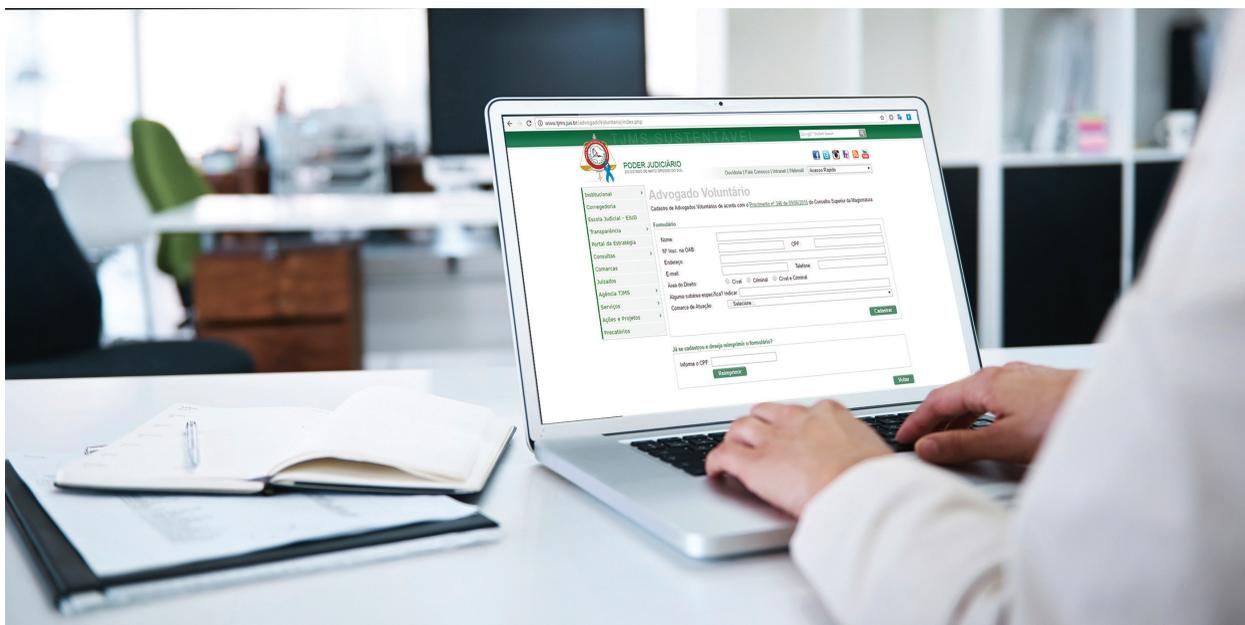




PODER JUDICIÁRIO IMPLANTA GALERIA DOS JUÍZES TITULARES NAS COMARCAS

A partir da inauguração da reforma do prédio da Comarca de Deodápolis, realizada no dia 15 de julho de 2016, todas as comarcas do Estado terão em sua sede a “Galeria dos Juízes Titulares”, um projeto da administração do Tribunal de Justiça de MS que visa valorizar o magistrado que distribuiu justiça na comarca onde atuou, construindo a memória do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul.

O trabalho é executado pelas Secretarias de Comunicação e Obras do TJ. A galeria é constituída por um painel amadeirado, onde são fixadas as molduras em alumínio e vidro, com as letras confeccionadas em aço. A Galeria dos Juízes Titulares será instalada gradativamente nas comarcas de MS.



TJMS DISPONIBILIZA CADASTRO ON-LINE PARA ADVOGADOS VOLUNTÁRIOS

Desde o mês de agosto de 2015, os advogados interessados em compor o cadastro de profissionais voluntários já podem fazer sua inscrição pelo Portal do TJMS na internet. O objetivo da medida é ampliar a assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovem insuficiência de recursos.

Para fazer o cadastro, o advogado deve clicar no link “Advogado Voluntário” no menu “Serviços” do Portal do TJMS. Depois, deve preencher com suas informações pessoais e profissionais conforme é solicitado. Também deve ser informada qual área do Direito (Cível, Criminal ou ambas) e, ainda, alguma subárea específica de interesse do profissional. Outra informação importante é em qual comarca o advogado deseja atuar como voluntário.

Com o cadastro realizado, um juiz poderá designar o advogado para a assistência jurídica necessária, quando impossível a atuação do órgão da Defensoria Pública. O cadastro e a atuação

do profissional voluntário não criam vínculo de qualquer natureza com o Estado ou com o Poder Judiciário. O profissional terá três dias para recusar a designação, justificando o motivo pelo qual não aceita o encargo. O advogado poderá pedir a sua exclusão ou suspensão do cadastro, respeitados os termos do provimento.

É vedado ao advogado voluntário apresentar-se, em qualquer circunstância, sob o título de Defensor Público ou utilizar expressões assemelhadas, inclusive em petições, que possam induzir à conclusão de se tratar de ocupante de cargo público ou ainda de integrante de entidade pública oficial.



MALOTE DIGITAL GARANTE AGILIDADE NO CUMPRIMENTO DE ALVARÁS DE SOLTURA

Está em funcionamento, desde julho de 2015, a funcionalidade Malote Digital no sistema e-SAJ. O recurso permite que seja dado cumprimento aos alvarás de soltura no mesmo dia em que o magistrado conceder o benefício. A ferramenta digital foi disponibilizada pelo Tribunal de Justiça para a Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário (Agepen) por meio de convênio firmado pelas instituições.

Pelo acordo, a Central Estadual de Alvará de Soltura da Agepen passou a acessar os alvarás de soltura por meio eletrônico, dando cumprimento imediato à decisão do magistrado. Os servidores do órgão atuam 24 horas por dia e verificam, antes de cumprir a medida, se o preso tem outra decisão para mantê-lo encarcerado. Segundo informações da Central, os alvarás são cumpridos em até 24 horas, garantindo a celeridade e eficiência do processo.

O sistema é totalmente sigiloso e seguro, sendo acessado apenas por pessoas autorizadas. Antes da nova ferramenta, o cumprimento era feito apenas nos dias de semana, em horário de expediente, e demandava que um oficial de justiça levasse os alvarás em cada estabelecimento penal para o cumprimento. A antiga forma de trabalho poderia levar alguns dias até ser finalizada, o que prejudicava o preso com direito à liberdade.

Sem a necessidade de um oficial de justiça levar o alvará ao presídio, foram reduzidos custos com deslocamentos e despesas com recursos humanos. A garantia do direito do preso à liberdade e a segurança jurídica também são pontos positivos.

O malote digital é utilizado também para comunicação de esclarecimentos, informações, requerimentos, comunicação com outras unidades da federação, informativo de prisão, cumprimento de mandado de prisão, requerimento de envio de guia de recolhimento, recâmbio de preso, nas progressões de regime e outros benefícios.

Somente no primeiro semestre de atividades desse convênio, foram enviados 4.514 documentos pela ferramenta Malote Digital, permitindo, com esta nova rotina, mais agilidade no cumprimento de benefícios, solturas e livramentos condicionais, além de ter gerado a economia de mais de R\$ 63 mil nos seis primeiros meses, apenas com diligências oficiais.

Já os custos com material e envio de correspondências chega a R\$ 623.860 de economia para os cofres do Governo do Estado. Com o uso do malote digital, foram economizados com impressões de documentos R\$ 2.164,20 e com os serviços do Correio R\$ 621.696,00.



4.514

Documentos Enviados

+ R\$ 600.000

Economizados



TRIBUNAL DE JUSTIÇA MODERNIZA GESTÃO DE MANDADOS JUDICIAIS

O Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, por meio do Departamento de Apoio Judicial do TJ, implementou, no ano de 2016, um novo modelo de gestão para melhorias nos procedimentos de Mandados Judiciais, bem como das atividades dos Analistas Judiciários – Área Fim – Serviço externo (Oficiais de Justiça), com desenvolvimento de soluções estratégicas que permitam mensurar e melhorar o desempenho, a produtividade e a qualidade no cumprimento de mandados judiciais.

A primeira medida foi introduzir novos métodos de gestão para o trabalho dos oficiais de justiça, com bonificações baseadas na qualidade do trabalho, fiscalização e controle. Foi implementada uma nova modalidade de avaliação, aferida objetivamente por sistema informatizado, a qual mede a eficiência e a celeridade do oficial de justiça na execução de cada ato judicial.

Junto a isso, há relatórios gerenciais que apresentam desempenhos, resultados e informações do cumprimento dos mandados, individu-

alizando o desempenho de cada servidor. Essas informações, junto à avaliação do trabalho, são a base para a gratificação de desempenho concedida ao oficial de justiça, e é estímulo constante a fazer mais e melhor, buscando todas as diligências possíveis e necessárias para um resultado positivo do mandado e no menor prazo.

O novo modelo de gestão de mandados judiciais ainda prevê a padronização de documentos e procedimentos, cursos e treinamentos dos servidores, além do uso de tecnologias para ajudar o trabalho dos oficiais de justiça.

A implementação dessa nova metodologia tornou mais simples e efetiva a gestão dos mandados judiciais e o trabalho dos oficiais de justiça, resultando em melhoria do atendimento aos jurisdicionados, aumento da produtividade e qualidade dos mandados, que passaram a ser executados de forma eficiente e célere. Dessa forma, o Tribunal de Justiça atende à demanda social e evolui na prestação jurisdicional.



JUDICIÁRIO

EFETUA TROCA DE

MICROCOMPUTADORES

OBSOLETOS

O Poder Judiciário de MS conta atualmente com um parque de mais de 5 mil microcomputadores destinados aos mais variados fins. Manter esse parque atualizado e apto para uso é sempre um desafio, uma vez que a vida útil dessas máquinas é de apenas 5 anos.

O ano de 2016 iniciou-se com aproximadamente 3 mil microcomputadores acima da vida útil e que deveriam ser substituídos. Desde o ano de 2015, a Secretaria de TI vem se preparando para a especificação, aquisição e distribuição de 2.180 microcomputadores, totalizando um investimento de aproximadamente R\$ 7.500.000,00 em pregão ocorrido em novembro de 2015.

No primeiro semestre de 2016, foi realizado um intenso trabalho de patrimonialização e preparação dessas máquinas para distribuição. Em paralelo, foi realizado um levantamento detalhado das áreas com microcomputadores obsoletos que deveriam ser trocados, da quantidade de servidores lotados ou da perspectiva de redução de servidores nessas áreas, dentre outros. O objetivo desse levantamento foi combater desperdício, evitando troca de microcomputadores subutilizados. De posse desse levantamento, foi definida uma estratégia de distribuição e instalação dos novos equipamentos nas comarcas e secretaria do PJMS, ocorridas no segundo semestre de 2016.

AQUISIÇÃO DE NOTEBOOKS

No início de 2016, foram adquiridos 25 *notebooks* com o objetivo de atender demandas de diversas unidades judiciais e administrativas do Judiciário de MS. Ainda no ano de 2016, a STI providenciou a aquisição de novas unidades para atender aos novos magistrados.

MODERNIZAÇÃO DO JÚRI

Por vezes, há necessidade de imprimir peças dos processos para as sessões do Tribunal do Júri ou disponibilização de *notebooks* para que os jurados possam visualizá-los. Com o objetivo de melhorar essa experiência, tornando-a mais próxima do manuseio do processo físico, foram adquiridas 31 unidades de equipamentos do tipo *tablet*, distribuídos para as comarcas de Campo Grande, Chapadão do Sul e Três Lagoas e destinados aos jurados. As informações servirão de subsídio para aprimoramento e expansão do projeto para todo o Judiciário de MS.

VIDEOCONFERÊNCIA

Com o sucesso da realização de audiências por videoconferência em algumas comarcas, no ano de 2016 o Judiciário de MS teve como meta ampliar esse serviço, a fim de que a videoconferência pudesse ser utilizada para audiências entre todas as comarcas, entre as comarcas e presídios, entre comarcas e partes que estejam atuando remotamente, dentre outros. Para tanto, foi realizado um investimento de aproximadamente R\$ 2 milhões para renovação e ampliação da infraestrutura de videoconferência, de maneira que todas as salas de audiência contem atualmente com esta ferramenta.

SERVIÇO DE IMPRESSÃO É 100% TERCEIRIZADO

Com um parque de aproximadamente 1.036 impressoras, o Poder Judiciário de MS possuía 47,05% máquinas próprias e 52,95% terceirizadas. Essa característica dificultava a gestão das impressões, uma vez que havia diferentes tipos de impressoras e *softwares* de gerenciamento. A maioria das impressoras próprias já estavam atingindo a obsolescência e apresentando diversas falhas na impressão. O contrato do serviço terceirizado de impressão, além de possuir um valor elevado, já possuía 4 anos de vigência e estava prestes a atingir o limite de 5 anos.

Esses fatores justificaram a elaboração de um projeto de terceirização de 100% do parque de impressão. O projeto teve por premissa a redução do custo com impressão, uma vez que aproximadamente 90% dos processos em andamento no Judiciário sul-mato-grossense já tramitavam no formato eletrônico. Para tanto, foi realizado um novo mapeamento dos locais de instalação das impressoras, possibilitando assim a redução de 30% de equipamentos em relação à configuração anterior. Os equipamentos foram simplificados, com capacidade menor de impressão e, conseqüentemente, redução do custo por unidade.

O pregão do novo contrato de impressão ocorreu em novembro de 2015 e, em janeiro de 2016, foi dado início às substituições das impressoras antigas pelas novas. No mês de março de 2016, o processo de troca foi finalizado.

Com esse novo contrato, o TJMS obteve ganho não apenas na gestão das impressões como também na redução de seus custos. Com o contrato anterior, o valor anual pago a cerca de 548 impressoras terceirizadas era de aproximadamente R\$ 3.600.000,00 anuais. No contrato novo, o valor anual pago a aproximadamente 698 impressoras (abrangendo agora 100% do parque) está em torno de R\$ 2.850.000,00 anuais.



+690
Impressoras

R\$ 750 MIL
de economia



IMPLANTADO SISTEMA DE GESTÃO EM SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

Conforme definido pelo Conselho Nacional de Justiça no documento “Diretrizes para a Gestão da Segurança da Informação no âmbito do Poder Judiciário”, toda informação gerada, armazenada, processada, transmitida e descartada por qualquer agente do judiciário brasileiro é patrimônio valioso e deve ser adequadamente protegida em sua confidencialidade, integridade e disponibilidade.

Assim, por meio de um esforço conjunto entre a Secretaria de Tecnologia da Informação e a Comissão Permanente de Segurança Institucional, foram implementadas diversas ações em boas práticas de gestão a fim de tratar a Segurança da Informação no TJMS de maneira holística e não somente direcionada à TI. Com isso, nasce o Sistema de Gestão em Segurança da Informação (SGSI/TJMS) para tratar a proteção das informações do Judiciário de MS levando em consideração os pilares Processos, Pessoas e Tecnologia.

Dentre as ações implementadas pelo SGSI para o período 2015-2016 estão: revisão da Política de Segurança da Informação no âmbito do Judiciário de MS; Política de Uso dos Recursos de TI no âmbito do Judiciário do MS; Política de Uso do e-mail no âmbito do Judiciário do MS; Política de Controle de Acesso Lógico aos Sistemas do Judiciário de MS; Política de Termos de Compromisso e Confidencialidade da Informação, que definirão regras para formalizar o compromisso de magistrados, servidores, terceirizados e fornecedores quanto à confidencialidade das informações no TJMS. Foram definidas ainda diretrizes para concessão de certificados digitais dentro do PJMS, bem como fo-



ram estabelecidas as regras para sua conservação e adequado bom uso.

Desde 2014, várias ações de educação continuada e conscientização em segurança da informação vêm sendo propostas em todo Judiciário.

Em 2016, foi realizada a 3ª edição do Dia da Segurança da Informação com palestras gerais sobre o tema para magistrado e servidores, tanto na Capital (presencial) quanto no interior (transmissão ao vivo pela Intranet), somando cerca de 1.000 participantes.

Com apoio da Ejud, foram executadas outras ações como a participação do assunto Segurança da Informação para os novos servidores no FINS (Formação de Novos Servidores) e a inclusão da segurança como disciplina em todos os cursos e eventos promovidos para servidores e magistrados.

Por meio da Secretaria de Comunicação foram desenvolvidas e distribuídas centenas de cartilhas educacionais por todo PJMS, além do envio de e-mail marketing com dicas de segurança da informação.

OUTRAS AÇÕES

Dentre outros projetos desenvolvidos pela Secretaria de Tecnologia da Informação na área de segurança, destacam-se também a ampliação do ambiente de *backup* de dados, a atualização do ambiente de proteção de e-mails (*antispam*).

TJMS INSTALA

CIRCUITO DE

VIDEOMONITORAMENTO

O Tribunal de Justiça de MS instalou, no ano de 2016, o sistema de videomonitoramento que permite o monitoramento em tempo real das edificações. O circuito fechado de TV de tecnologia IP será instalado em outras edificações do Poder Judiciário em Campo Grande e nas comarcas do interior do Estado.

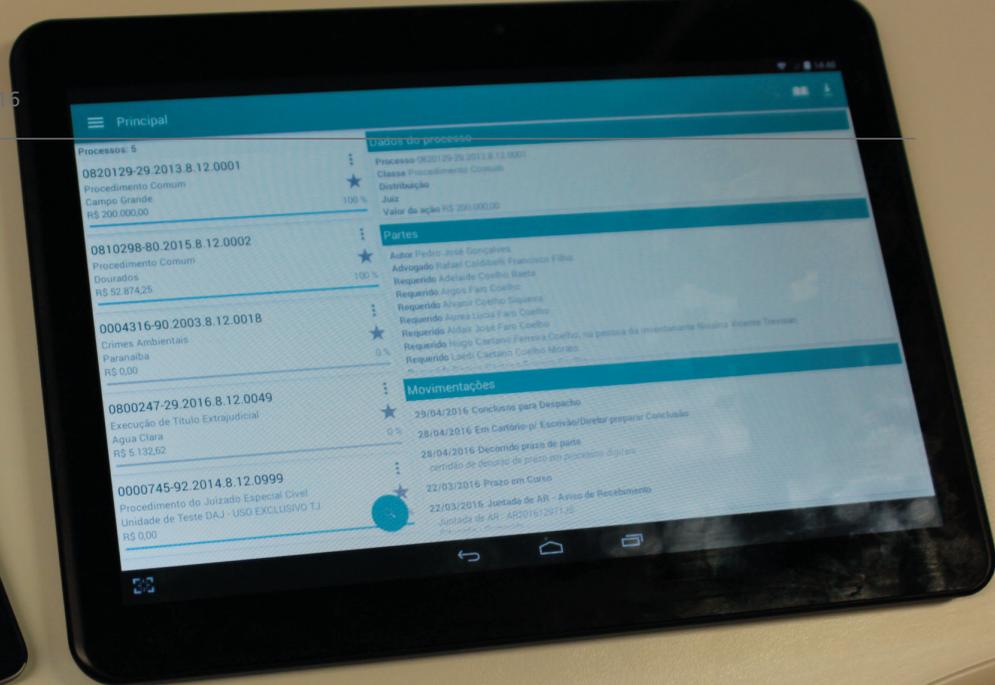
O sistema digital tem câmeras de resolução de 2 megapixels, com alta definição durante o dia e a noite. O *software* de gerenciamento de vídeo permite, entre outros, a facilidade na armazenagem e acesso aos eventos gravados. As câmeras têm recursos internos, como detecção de movimento, alarme de detecção de áudio, alarme ativo contra adulteração, conexões de E/S (entrada/saída) e funções de gerenciamento de alarmes e eventos.

Esses recursos permitem que as câmeras de rede e os codificadores de vídeo analisem constantemente as entradas para detectar um evento e reagir automaticamente a um evento com ações, como gravação de vídeo e envio de notificações de alarme.

No circuito do Tribunal de Justiça estão instaladas 102 câmeras na área interna, 60 câmeras na área externa e mais uma câmera do tipo *speed dome* com recursos de visualizações em 360º para monitoramento da entrada da Av. Mato Grosso. As câmeras estão localizadas nas áreas de circulação de pessoas, estacionamentos, guaritas, e locais de acesso de pessoas e veículos.

A fase de elaboração do projeto contou com a participação de representantes da Secretaria de Obras, Secretaria de Tecnologia da Informação, Assessoria de Inteligência e a Assessoria Militar, que ainda manterão seus representantes na fase de fiscalização na implantação do sistema.





TRIBUNAL DE JUSTIÇA CRIA APLICATIVO

PARA TABLETS E SMARTPHONES

O Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul inovou mais uma vez ao lançar, em agosto de 2016, um aplicativo para *tablets* e *smartphones*, que traz mais praticidade ao trabalho dos magistrados do Poder Judiciário e aos advogados, permitindo manuseio de processos mesmo estando sem conexão de internet.

O projeto preenche uma necessidade originalmente identificada pelos próprios magistrados, os quais perceberam que, quando o sistema de processos tornou-se inteiramente digital, o acesso aos processos ficava mais restrito, dificultando o trabalho e prendendo-os ao Sistema de Automação da Justiça (SAJ), que só podia ser acessado pelo *desktop* ou *notebook*.

Há alguns anos surgiu a iniciativa de se criar um aplicativo que permitisse a magistrados e advogados acessarem os processos pelo *smartphone* ou *tablet*. Assim, a equipe da Secretaria de Tecnologia da Informação criou o aplicativo Pasta Digital – TJ/MS, que possibilita aos usuários lerem os processos quando estiverem desconectados da internet.

O aplicativo possibilita o *download* de páginas de processos eletrônicos que tramitam no PJMS, as quais ficam armazenadas na memória do dispositivo. Desde que baixado previamente, essa característica possibilita aos usuários a leitura de processos eletrônicos de seu interesse mesmo o dispositivo não estando conectado à internet.



IMPLANTADA FERRAMENTA DE INTELIGÊNCIA DE NEGÓCIO - *BUSINESS INTELLIGENCE*

A Secretaria de TI adquiriu uma solução de Inteligência de Negócio, do inglês *Business Intelligence* - BI, com o objetivo de facilitar aos usuários das secretarias do TJMS acesso a informações de dados contidos nas diversas bases de sistemas mantidos pela Secretaria de TI. Com essa ferramenta, usuários das secretarias têm autonomia para gerar relatórios em diferentes formatos e filtros, facilitando consideravelmente o acesso a informações antes desconhecidas.

No ano de 2015, foi finalizado um projeto no qual uma consultoria mapeou e disponibilizou na ferramenta de BI mais de 180 indicadores decorrentes da Resolução nº 76 do CNJ. Mesmo antes da conclusão do projeto, a equipe de especialistas em BI da Secretaria de TI deu início a projetos paralelos para o atendimento de outras necessidades.

Além da preparação dos dados para acesso pelo BI, a Secretaria de TI, em parceria com a Ejud-MS, oferece cursos regulares a servidores para utilização da ferramenta, difundindo cada vez mais a tecnologia e agregando valor ao PJMS.

MIGRAÇÃO DO AMBIENTE DE BANCO DE DADOS

O ambiente de banco de dados do sistema SAJ sempre foi fonte de preocupação da Secretaria de TI por apresentar constantes falhas decorrentes de configuração de *hardware* e *software* incompatível com a criticidade a qual o sistema SAJ representa para o PJMS.

No intuito de se implantar um ambiente de alto desempenho, segurança e disponibilidade, a Secretaria de TI iniciou um projeto para aquisição e implantação de um novo ambiente de banco de dados, denominado *IBM Pure Data*.

Após diversos desafios técnicos envolvendo a migração do banco de dados do ambiente antigo para o Pure Data, em julho de 2016, o projeto foi concluído e, desde então, o sistema SAJ vem colhendo benefícios pretendidos com a implantação do novo ambiente.



TRIBUNAL DISPONIBILIZA ACESSO ÀS GRAVAÇÕES DE AUDIÊNCIAS NO E-SAJ

Desde o mês de setembro de 2015, os advogados podem ter acesso, no portal e-SAJ, às gravações realizadas durante as audiências. A iniciativa do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, por meio da Secretaria de Tecnologia da Informação, dá mais agilidade ao trabalho dos advogados, beneficiando seus clientes. A nova funcionalidade está disponível para processos de todas as comarcas do Estado.

Anteriormente, os advogados só tinham acesso aos depoimentos gravados por meio de mídias como *pendrive* e DVD, que deviam ser solicitadas logo após a realização da audiência ou em outro momento direto nos cartórios.

Como medida de segurança, o acesso aos áudios e vídeos é permitido apenas a advogados, membros do Ministério Público e Defensoria Pública, vinculados aos processos em que atuam.

IMPLANTADA REMESSA ELETRÔNICA DE PROCESSOS ENTRE TJMS E TRF3

Entrou em funcionamento, em outubro de 2015, a integração de sistemas que permite o compartilhamento de processos eletrônicos entre os sistemas SAJ, utilizado pelo TJMS, e o sistema PJE, utilizado pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3), o que economiza tempo e material de consumo, além de garantir maior celeridade processual.

Com o sistema desenvolvido pela Secretaria de Tecnologia da Informação do TJMS, o servidor do Tribunal de Justiça precisa apenas digitar o número do processo, conferir os dados e clicar em enviar. Com isso, o sistema já busca todas as peças do processo, inclusive audiências e as envia eletronicamente ao TRF.

Além de facilitar o trabalho do servidor do TJ, que não precisa mais materializar o processo em um único arquivo PDF, o sistema facilita o trabalho do TRF, uma vez que as peças são individualizadas e respeitam o limite máximo de tamanho do sistema PJe. Além disso, o TJMS pode ter um histórico mais preciso dos processos transmitidos por meio dessa ferramenta, algo que antes era difícil, uma vez que cada e-mail era enviado de uma vara diferente.



INTEGRAÇÃO COM A POLÍCIA FEDERAL

O Sistema de Integração de Dados com o Instituto de Identificação - SIDII, foi desenvolvido com o objetivo de facilitar o envio e recebimento de dados do Sistema de Antecedentes Criminais do Instituto de Identificação de MS. A implantação do SIDII trouxe grandes benefícios a servidores, uma vez que possui interface muito mais amigável, diminui possibilidade de erros e elimina retrabalho para o envio de dados.

Ante os benefícios conquistados com o SIDII, servidores do PJMS demandaram o desenvolvimento de uma integração similar com outro sistema de antecedentes da Polícia Federal. A Secretaria de TI deu início ao projeto de desenvolvimento da integração com o sistema da Polícia Federal em fevereiro de 2016, sendo entregue para homologação em setembro de 2016. Esse mesmo modelo desenvolvido em parceria com o TJMS será usado pela Polícia Federal para integração com demais órgãos que precisarem das mesmas informações.

INTEGRAÇÃO COM TRE

Ainda com base nos frutos obtidos com o Sistema SIDII, foi desenvolvida uma integração com o TRE para possibilitar o envio de informações de condenações e extinção de pena, para que assim o TRE tenha controle sobre a inelegibilidade das referidas partes.



JUDICIÁRIO EXPEDE CERTIDÕES CÍVEIS E CRIMINAIS COM ABRANGÊNCIA ESTADUAL

Desde o dia 21 de setembro de 2015, o Poder Judiciário aperfeiçoou a forma de busca no que tange à expedição de certidões.

A pesquisa está sendo realizada em banco de dados unificado que contém os registros dos processos cíveis e criminais de todas as comarcas do Estado de Mato Grosso do Sul, inclusive dos feitos dos Juizados Especiais. As certidões cíveis e criminais tiveram seus modelos modificados e unificados com a denominação “CERTIDÃO ESTADUAL”.

A medida adotada pela Corregedoria-Geral de Justiça tem o objetivo de melhorar o serviço de expedição de certidões, ampliando a abrangência das pesquisas e, principalmente, dando maior segurança a quem precisa de informações sobre pessoas físicas e jurídicas, com a finalidade, por exemplo, de contratar funcionários ou realizar negócios.

As certidões negativas, ou seja, aquelas que constataam a inexistência de processo contra a pessoa pesquisada, continuam sendo expedidas pelo portal de serviços e-SAJ, no site do Tribunal

de Justiça, por meio do link “Certidões”. Em contrapartida, quando não disponibilizada pela internet, a certidão pode ser requerida no Cartório Distribuidor de qualquer comarca do Estado pela própria pessoa ou por terceiros interessados.

As certidões cíveis e criminais, expedidas pelo portal de serviços e-SAJ, e a criminal, requerida ao distribuidor, são gratuitas. Já a expedição de certidão cível, pelo distribuidor, pressupõe o recolhimento de taxa, conforme a Portaria nº 214, de 12 de fevereiro de 2010.

O serviço de distribuição das comarcas tem acesso aos dados cadastrais dos processos de todas as comarcas para fins de verificação de eventual inclusão no resultado da busca de ações que não correspondam à pessoa pesquisada (homônima) e promover a correção, se for o caso.



PODER JUDICIÁRIO DO
Estado de Mato Grosso do Sul

Diário da Justiça Eletrônico

Caderno 1
ADMINISTRATIVO

Presidente:
Desembargador
João Maria Lós



Ano XVI • Edição 3693 • Campo Grande, sexta-feira, 11 de novembro de 2016

<http://www.tjms.jus.br/dj>



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul



Diretoria Biênio 2015-2016
Presidente - Des. João Maria Lós
Vice-Presidente - Des. Paschoal Carmello Leandro
Corregedor-Geral - Des. Julizar Barbosa Trindade

NOVO DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

TRAZ MAIS CELERIDADE PROCESSUAL

Uma nova funcionalidade para agilizar a tramitação dos processos entrou em funcionamento em março de 2016. É o novo Diário da Justiça Eletrônico (DJE) do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul, com integração nativa com o sistema SAJ. Com as novas ferramentas de pesquisa, automação de rotinas de envio e certificação das publicações, o novo DJE proporciona mais agilidade e celeridade processual, beneficiando operadores do direito e, principalmente, os jurisdicionados.

O Diário da Justiça, publicado pela Secretaria de Comunicação, passou a ser acessado pelo portal e-SAJ e tem, além do Caderno Unificado, quatro cadernos: Caderno 1 (Administrativo); Caderno 2 (Judicial de 2ª Instância); Caderno 3 (Judicial de 1ª Instância) e Caderno 4 destinado aos Editais. A interface mais moderna tem novos filtros de pesquisa avançada, facilitando a busca dentro dos cadernos.

Além das possibilidades de pesquisa avançada, que facilita o trabalho dos advogados, o novo DJE passou a ter publicações e certificações automatizadas pelo sistema SAJ. Agora, toda mo-

vimentação publicável, lançada pelo cartório no processo eletrônico, é encaminhada automaticamente ao DJE, ou seja, não é mais necessário que um funcionário do cartório gere a relação de publicação. O sistema está configurado para executar uma rotina do SAJ/AT de tempos em tempos, criando a relação automaticamente.

A certificação também passou a ser automática. Não é mais necessário que uma pessoa faça conferência da publicação no Diário e a lance no processo. Quando a relação for publicada no DJE, é lançada automaticamente a movimentação e liberada a certidão de publicação de relação nos autos eletrônicos. A movimentação contém no seu complemento o número da relação, data de publicação e número do DJ. Isso acelera a tramitação e faz com que o processo seja decidido com mais rapidez.



NOVAS FUNCIONALIDADES DO E-SAJ ATENDEM NORMAS DO NOVO CPC



O novo Código de Processo Civil apresentou uma série de mudanças que refletiram diretamente na forma de trabalho do Judiciário e, conseqüentemente, nos sistemas de informação em que tramitam os processos judiciais.

Após diversas reuniões entre a Softplan e os tribunais clientes, foram priorizadas algumas alterações consideradas fundamentais para a entrada em vigor do novo código. As alterações desenvolvidas e implantadas no ano de 2016 foram: contagem de prazo em dias úteis; intimação de sociedade de advogados; e ordenação cronológica para cumprimento de atos.

Essas alterações foram desenvolvidas e implantadas ao longo de 2016. Há várias outras ações necessárias a serem gradativamente realizadas, visando atender o novo Código de Processo Civil. Algumas delas estão sendo desenvolvidas em novos sistemas pela equipe do Departamento de Sistemas Administrativos, outras estão sendo especificadas e desenvolvidas pela Softplan para alteração do SAJ.

CUSTAS 2º GRAU

Há alguns anos o SAJ Primeiro Grau possui um módulo de custas mais sofisticado, se comparado ao SAJ Segundo Grau. A principal diferença entre ambos é que, no SAJ Primeiro Grau, as guias de custas geradas estão automaticamente

vinculadas ao respectivo processo. Dessa maneira, o sistema realiza um controle preciso das guias pagas por meio do processamento de arquivos de retorno proveniente da instituição bancária. Este controle impacta no andamento processual, gerando pendências no processo em casos de não pagamento.

As funcionalidades de custas citadas não estavam disponíveis para o SAJ Segundo Grau. Em outubro de 2016, após um extensivo trabalho de definição e parametrização das custas para o segundo grau, a funcionalidade foi disponibilizada no e-SAJ para os jurisdicionados.

CONTROLADORIA DE MANDADOS

Para a melhoria do andamento processual, é também necessário investir fortemente nas atividades externas, ou seja, cumprimento de atos por oficiais de justiça. Para tanto, foi realizado um investimento considerável em alterações no sistema SAJ, em geração de relatórios, em aplicações auxiliares, que possibilitem o PJMS gerenciar a produtividade e eficácia do cumprimento de atos externos.

Esta gestão deve acelerar o andamento processual, assim como gerar economia ao PJMS de maneira que recursos possam ser alocados em outras áreas.

PLANTÃO

ELETRÔNICO AGILIZA

ATENDIMENTO NO

JUDICIÁRIO DE MS

Um novo serviço para facilitar a vida dos advogados, defensores públicos e promotores começou funcionar no dia 21 de janeiro de 2016. Trata-se do plantão eletrônico dos processos de 1º grau. Com a implantação do serviço, as novas ações que ingressam durante o horário de plantão são distribuídas eletronicamente, pondo fim ao peticionamento físico para esta circunstância.

O serviço funciona da seguinte forma: o interessado peticiona a petição inicial via portal e-SAJ e a endereça ao juiz competente. O processo é distribuído automaticamente pelo sistema, que notifica o servidor plantonista por meio de um aplicativo instalado no celular funcional. Após isso, o plantonista dá o impulso necessário, comunicando ao magistrado e ao membro do Ministério Público (se for o caso) para que acessem os autos eletrônicos pelo sistema SAJ.

O procedimento gera economia com impressão e deslocamento, visto que o advogado não precisa entregar em mãos ao plantonista a petição, garantindo agilidade no cumprimento dos atos. O serviço está disponível para todas as comarcas do Estado.





TJ PROMOVE INTEGRAÇÃO COM SISTEMA DA PGE, MP E CORREIOS

Garantindo celeridade, eficiência e economia, o Tribunal de Justiça promoveu a integração do seu sistema de tramitação dos processos, o SAJ, com o sistema gerencial de prazos judiciais utilizado pela Procuradoria Geral do Estado, o PGE.NET. Essa integração promoveu drástica redução no tempo de peticionamento, facilitou a tramitação processual, além de automatizar o recebimento de intimações, e promoveu uma expressiva melhoria no desenvolvimento diário das atividades tanto para integrantes do Judiciário como para os Procuradores do Estado.

Com a integração, o servidor tem apenas que mover o processo para a fila respectiva (vista/intimação ou citação da Fazenda Pública), indicar o prazo, e o sistema gera automaticamente o respectivo termo, disparando o ato eletrônico disponibilizado para o sistema da PGE.

O procedimento agiliza a comunicação processual entre o Tribunal e a PGE-MS e contribui para a celeridade e economia, visto que os atos antes praticados via oficial de justiça ou Correios são enviados de forma totalmente eletrônica.

Em fevereiro de 2015, a integração foi iniciada em processos da Vara de Execução Fiscal Estadual da Comarca de Campo Grande. Apesar do sucesso na integração, foi necessária a redefinição da integração para torná-la mais simples. Após as devidas adequações, as integrações foram retomadas em agosto de 2016 e concluídas em todas comarcas no segundo semestre do mesmo ano.

INTEGRAÇÃO COM MINISTÉRIO PÚBLICO

No ano de 2014, o Ministério Público do MS firmou contrato com a empresa Softplan para compra e manutenção de um sistema similar ao SAJ, mas desenvolvido especificamente para Ministérios Públicos. Um dos requisitos obrigatórios da contratação era a integração total entre o SAJ MP e o SAJ TJ. Desde então as equipes técnicas do MPMS, TJMS e Softplan trabalharam para testar e homologar os sistemas com a integração.

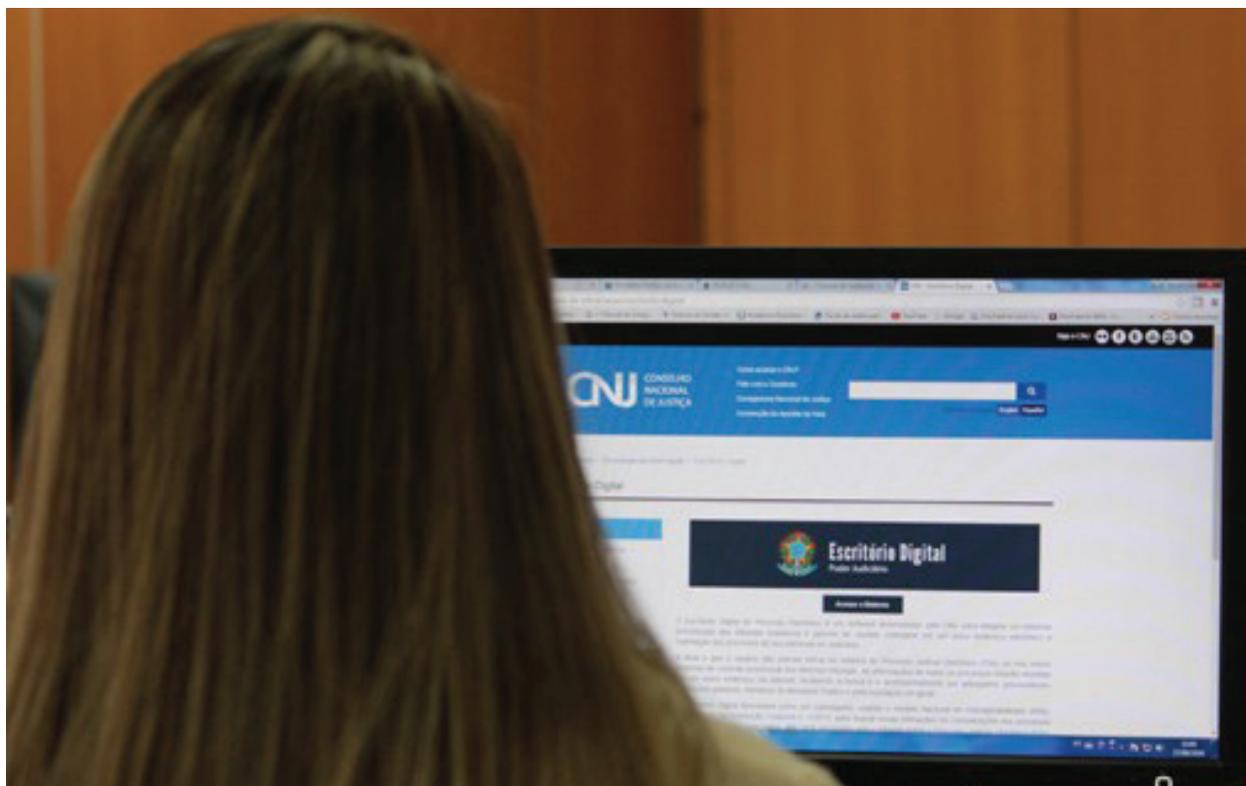
Desde abril de 2015, o MPMS vem implantando o seu sistema nas promotorias. A integração entre os sistemas depende de uma série de configurações e testes conjuntos entre as equipes de TI do TJMS e MPMS. À medida em que há a progressão na implantação do SAJ MP, os promotores passam a trabalhar com o novo sistema, já integrado com o SAJ do PJMS.

INTEGRAÇÃO COM CORREIOS

Até o ano de 2016, as correspondências externas (ofícios para órgãos externos, citações de processos de juizados, dentre outros) eram impressas, envelopadas e direcionadas aos Correios manualmente.

A implantação do AR Digital possibilitou a integração entre o sistema SAJ e o sistema dos Correios, de maneira que essas correspondências pudessem ser encaminhadas eletronicamente. Assim, os Correios se responsabilizam em imprimi-las, envelopá-las e entregá-las. Uma vez confirmada a entrega, o sistema dos Correios encaminha automaticamente a informação ao sistema SAJ para instruir o processo.

A implantação dessa integração em todo o PJMS foi concluída em dezembro de 2016 e, desde então, vem agilizando consideravelmente o cumprimento de atos cartorários e, consequentemente, o andamento processual.



TJMS INTEGRA ESCRITÓRIO DIGITAL DO CNJ

Desde o dia 20 de junho de 2016, o Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul se integrou ao Escritório Digital, um *software* desenvolvido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o qual reúne os sistemas processuais dos Tribunais brasileiros e permite aos usuários advogados centralizar, em um único endereço eletrônico, a tramitação dos processos de seu interesse no Judiciário. O objetivo é trazer facilidade, agilidade, economia de tempo e de recursos para os operadores do Direito.

O novo sistema integra o e-SAJ, o PJE e os demais sistemas de todos os Tribunais brasileiros em um só lugar – o Escritório Digital. Com as informações integradas, será facilitada a consulta processual, peticionamento de intermediárias e consulta de avisos pendentes (publicações no DJE), tudo isso em uma interface única.

O Escritório Digital é de iniciativa do CNJ e funciona como um mensageiro, usando o Modelo Nacional de Interoperabilidade (MNI), estabelecido na Resolução Conjunta n. 3/2013 do CNJ e CNMP.

O Poder Judiciário de MS, um dos pioneiros e mais informatizados do país, apoia essa iniciativa que passa a ser uma nova possibilidade de acesso aos operadores do Direito, que podem fazer uso dessa ferramenta.

Em junho de 2016, foram finalizados os trabalhos de integração entre o Portal e-SAJ e o Escritório Digital do CNJ, utilizando o MNI como meio. Os serviços liberados para integração foram: consulta de processo; visualização dos autos digitais; recebimento de avisos; e peticionamento de intermediárias. Naquela oportunidade o peticionamento de iniciais não foi habilitado para integração devido à limitação do Escritório Digital em ainda não gerar guia de custas vinculada à petição, funcionalidade vital para o TJMS realizar o controle de custas judiciais.



TJ LANÇA PROJETO PETIÇÃO 10, SENTENÇA 10 EM MATO GROSSO DO SUL



Mudança de cultura, redução do tamanho das peças processuais e minimizar o impacto ambiental. Estes são alguns objetivos do projeto Petição 10, Sentença 10, lançado pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul no dia 16 de junho de 2016. Ao todo mais de 300 pessoas ocuparam os lugares nos plenários do TJMS para a solenidade de assinatura do termo de adesão e detalhamento da proposta idealizada pelo Des. Carlos Eduardo Richinitti, da 9ª Câmara Cível do TJRS.

Voltado para os operadores do Direito, o projeto preza a qualidade e não a quantidade, ao propor mudar a cultura de manifestações extensas no processo, reduzindo o tamanho das peças, além de minimizar o impacto ambiental.

A proposta é que advogados, promotores, defensores públicos e procuradores apresentem petições iniciais sucintas, com no máximo 10 páginas, o que garantirá uma prestação jurisdicional mais célere, uma vez que peças mais objetivas e claras farão com que o trabalho do magistrado e assessores seja feito, do mesmo modo, com mais celeridade, dispensando análise de pontos que pouco acrescentam na discussão do caso.

Atualmente, os processos que tramitam no Poder Judiciário de MS são eletrônicos, permitindo facilidades e melhorias às rotinas judiciais decorrentes da era digital. Contudo, essas facilidades da informática geraram preocupante dis-

torção, em especial, no uso em larga escala de longas petições e sentenças, com ementas de julgados, citações de doutrinas e legislações. O resultado são peças com argumentos repetitivos e tautológicos, que não significam qualidade no debate e no convencimento.

CONHEÇA

A página do “Petição 10, Sentença 10” está no Portal do TJMS e é muito fácil fazer o *download* dos modelos de petição e do selo do projeto, além da possibilidade de instalar as chamadas ecofontes, letras ecológicas que usam menos tinta e ocupam menos dados nos arquivos de textos das peças processuais, como a petição e a sentença.

O modelo, por exemplo, pode ser baixado para um programa de edição de textos, com um padrão que auxilia o profissional a escrever o que precisa ser dito em apenas 10 páginas. O modelo contém o selo da campanha, já inserido como cabeçalho, mas também é possível fazer o *download* facilmente da marca do projeto para ser inserida no documento.



- Institucional
- Corregedoria
- Escola Judicial - EJUD
- Transparência
- Portal da Estratégia
- Consultas
- Comarcas
- Juizados
- Agência TJMS
- Serviços
- Ações e Projetos
- Precatórios

- ➔ Petição 10, Sentença 10
- ➔ Para aderir ao projeto
- ➔ Impacto ambiental
- ➔ Curiosidades
- ➔ Baixe o modelo de petição
- ➔ Instale a Ecofont
- ➔ Baixe o selo do projeto para incluir em suas petições

SENDO CLARO E CONCISO, VOCÊ DIZ TUDO EM MENOS ESPAÇO. Petição 10, Sentença 10.

O Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul apoia essa ideia.



Matérias

16/06/2016

[TJ lança projeto Petição 10, Sentença 10 em Mato Grosso do Sul](#)

[mais matérias >>](#)

Página Petição 10, Sentença 10



Lançamento do projeto Petição 10, Sentença 10



CPE: O “CARTÓRIO DO FUTURO” EXPANDE SUA ATUAÇÃO NO JUDICIÁRIO DE MS



No biênio 2015/2016, a Central de Processamento Eletrônico ampliou sua atuação em diversas varas da Capital e do interior do Estado. O resultado dessa ação tem sido um volume muito grande de processos sendo arquivados. O “Cartório do Futuro”, como é conhecido, permite uma automatização de muitas etapas, além disso, a efetividade da CPE se deve a fatores estruturais e tecnológicos. A Secretaria Judiciária de Primeiro Grau (SJPG) é a responsável pela execução e funcionamento da CPE.

Dentre os diferenciais da CPE, estão o uso de equipamentos de alta tecnologia, treinamento de pessoal, além de uma estrutura física onde o mobiliário e o local foram planejados para propiciar o máximo de produtividade e concentração.

A CPE iniciou sua atuação em 2013 nas varas de execução penal do Estado. Depois passou a atuar em varas dos juizados de comarcas do interior e desde o dia 7 de julho de 2016 teve início a atuação nos juizados da Capital.

Confira a expansão da atuação da CPE no Judiciário de MS no biênio 2015/2016.



1. ATIVIDADES EM 2015

Composição em 2015: a estrutura da SJPG foi criada pela Lei Estadual nº 4.526/2014 e ao final de 2015, a SJPG/CPE contava com 4 Departamentos (Departamento de Apoio foi acrescentado em 2015 pela Portaria nº 702) e 12 Coordenadorias em produção, com uma equipe total de trabalho de 140 servidores.

CPE - Atividades 2015

Mês	Atividades
FEVEREIRO	<ul style="list-style-type: none"> acrescentado à estrutura da SJPG o Departamento de Apoio, composto pela Coordenadoria de Mandados, Coordenadoria de Custas e Coordenadoria de Distribuição (Portaria nº 691/15).
MARÇO	<ul style="list-style-type: none"> iniciado cronograma da assunção das atividades de distribuição das Comarcas pela Coordenadoria de Distribuição da SJPG. Ao final de 2015, foram assumidas 36 Comarcas do Juizado e 18 da Justiça Comum, num total de 54. assunção dos processos criminais da 2ª Vara Criminal de Campo Grande pela SJPG. assunção dos processos cíveis e criminais do Juizado da Comarca de Itaquiraí.
ABRIL	<ul style="list-style-type: none"> iniciada preparação/regularização dos autos e atualização do cálculo de pena pela Coordenadoria das Varas de Execução Penal da SJPG, para a realização do mutirão carcerário de 22/06 a 10/07 2015. 15/04/2015: assunção dos processos cíveis e criminais do Juizado da Comarca de Eldorado.
MAIO	<ul style="list-style-type: none"> 22/05/2015: assunção dos processos cíveis e criminais do Juizado da Comarca de Ivinhema.
SETEMBRO	<ul style="list-style-type: none"> assunção de todos os processos de execução penal do Estado pela Coordenadoria das Varas de Execução Penal da SJPG. assunção dos processos cíveis e criminais do Juizado da Comarca de Ponta Porã.
OUTUBRO	<ul style="list-style-type: none"> assunção dos processos cíveis e criminais do Juizado da Comarca de Coxim. migração dos Processos da Vara de Execução Fiscal Municipal de Campo Grande para o SAJ/Atos, que já estavam no fluxo da SJPG/CPE desde 29/09/2014 e assunção da distribuição do Juizado da Comarca de Coxim. assunção dos processos criminais residuais e da violência doméstica da Comarca de Bela Vista. assunção dos processos cíveis e criminais do Juizado da Comarca de Naviraí.
NOVEMBRO	<ul style="list-style-type: none"> assunção dos processos cíveis e criminais do Juizado da Comarca de Aquidauana. assunção dos processos criminais residuais e da violência doméstica da 2ª Vara de Corumbá. assunção dos processos da área cível de várias matérias da Comarca de Bela Vista. assunção dos processos cíveis e criminais do Juizado da Comarca de Itaporã.
DEZEMBRO	<ul style="list-style-type: none"> assunção dos processos cíveis e criminais do Juizado da Comarca de Amambai. assunção dos processos do Júri e infância área infracional da 1ª Vara Criminal da Comarca de Ponta Porã. assunção dos processos da área cível de várias matérias da Comarca de Angélica. assunção dos processos da área cível referentes aos procedimentos comuns da Comarca de Iguatemi. atividades extraordinárias, Mutirão da CPE – Execução Fiscal.



2. ATIVIDADES EM 2016

Composição em 2016: até setembro de 2016, a SJPG conta com 4 Departamentos, 15 co-ordenadorias e com o total de 210 servidores.

CPE - Atividades 2016	
Mês	Atividades
JANEIRO	<ul style="list-style-type: none">• assunção dos processos da família, infância e juventude da 1ª Vara Cível da Comarca de Ponta Porã.
FEVEREIRO	<ul style="list-style-type: none">• criação das Coordenadorias de Cumprimento de Sentença e Execução e Fazenda Pública e assunção dos processos da Comarca de Angélica.• continuidade ao cronograma da assunção das atividades de distribuição pela Coordenadoria de Distribuição da SJPG. Ao final de 2016 foram assumidas 11 Comarcas do Juizado e 25 da Justiça Comum, num total de 36.• assunção dos processos da família, infância e juventude da Comarca de Bela Vista e Iguatemi.
MARÇO	<ul style="list-style-type: none">• assunção dos processos de cumprimento e execução de sentença e da Fazenda Pública da Comarca de Bela Vista e da Fazenda Pública da Comarca de Iguatemi.• assunção de 1.618 processos do Juizado da Comarca de Cassilândia.
ABRIL	<ul style="list-style-type: none">• assunção dos processos cíveis e criminais de várias matérias da Comarca de Dois Irmãos do Buriti.
MAIO	<ul style="list-style-type: none">• criação da Coordenadoria ds Varas de Procedimento Especial.• iniciado o cronograma de implantação do Sistema de Gerenciamento de Cobrança de Custas Finais – GECOF pela Coordenadoria de Custas da SJPG. Implantado na comarca de Camapuã.• implantado GECOF nas comarcas de Aparecida do Taboado e Chapadão do Sul.• preparação/regularização dos autos e atualização do cálculo de pena pela Coordenadoria das Varas de Execução Penal da SJPG, para a realização do mutirão carcerário de 14/06 a 01/07/2016.
JUNHO	<ul style="list-style-type: none">• assunção dos processos criminais residuais da 2ª Vara Criminal da Comarca de Ponta Porã e assunção dos processos cíveis da 8ª e 11ª Varas Cíveis de Campo Grande.• implantado GECOF nas comarcas de Brasilândia, Eldorado, Nioaque, Angélica, Deodópolis, Glória de Dourados, Inocência, Batayporã, Porto Murtinho, Sonora e Terenos.

CPE - Atividades 2016

Mês	Atividades
JULHO	<ul style="list-style-type: none"> • implantado GECOF nas comarcas de Anastácio, Dois Irmãos do Buriti, Pedro Gomes e Rio Negro e implantado o BI Mandados para avaliação periódica de desempenho individual dos analistas judiciários - área fim - serviço externo. • mutirão de preparação/regularização dos processos para recepção da 1ª Vara do Juizado Central da Comarca de Campo Grande. • início do mutirão de arquivamento dos processos físicos da 2ª Vara Criminal de Ponta Porã realizado pela Coordenadoria Criminal Residual. • implantado GECOF nas comarcas de Itaporã, Itaquiraí, Rio Verde de Mato Grosso, Bela Vista, Fátima do Sul, Naviraí e Sete Quedas. • instituído o Comitê Gestor da Central de Processamento Eletrônico, formado por magistrados e servidores, com o objetivo de receber sugestões e reclamações, encaminhar propostas de padronização e alterações à Corregedoria-Geral de Justiça e ao Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais, etc. • assunção de 3.124 processos da 1ª Vara do Juizado Central da Comarca de Campo Grande e implantação do GECOF nas comarcas de Amambai, Bonito, Iguatemi e São Gabriel do Oeste. • assunção dos processos de procedimento especial da Comarca de Iguatemi.
AGOSTO	<ul style="list-style-type: none"> • atividades extraordinárias, Mutirão da CPE – Execução Fiscal. • mutirão de preparação/regularização dos processos para recepção da 10ª Vara do Juizado Central da Comarca de Campo Grande. • assunção de 4.351 processos da 10ª Vara do Juizado Central da Comarca de Campo Grande. • instalada a 3ª Vara de Execução Penal em Campo Grande. Conforme cronograma de migração dos processos, a medida que forem sendo redistribuídos para a VEPIN serão assumidos pela CPE, iniciando-se com a Comarca de Coxim.
SETEMBRO	<ul style="list-style-type: none"> • assunção dos processos da execução penal redistribuídos da Comarca de Coxim para a 3ª Vara de Execução Penal em Campo Grande (VEPIN). • implantado GECOF nas comarcas de Cassilândia, Costa Rica, Miranda, Paranaíba, Caarapó, Ivinhema, Mundo Novo, Sidrolândia, Aquidauana, Bataguassu, Coxim e Nova Andradina. • assunção dos processos cíveis de procedimento especial das Comarcas de Angélica e Dois Irmãos do Buriti. • assunção de 4.883 processos da 3ª Vara do Juizado Central de Campo Grande.
OUTUBRO	<ul style="list-style-type: none"> • implantação do GECOF nas comarcas de Jardim, Maracaju, Ponta Porã e Rio Brilhante. • assunção dos processos da 11ª Vara do Juizado Central de Campo Grande.
NOVEMBRO	<ul style="list-style-type: none"> • assunção dos processos da 2ª e 7ª Vara do Juizado Central de Campo Grande.
DEZEMBRO	<ul style="list-style-type: none"> • assunção da Vara da Fazenda Pública do Juizado de Campo Grande.



JUDICIÁRIO DE MS

INICIA IMPLANTAÇÃO

DE GESTÃO DE

PROCESSOS

Em consonância ao estabelecido pela Resolução 198, do Conselho Nacional de Justiça, que trata do planejamento e gestão estratégica, no âmbito do Poder Judiciário, bem como da otimização dos processos de trabalho, foi aprovado pela Administração do Tribunal de Justiça de MS o projeto “Redesenho das rotinas de trabalho do PJMS” que consta no Plano Estratégico 2015-2020.

A ação teve início em junho de 2016 e objetiva o aperfeiçoamento dos processos de trabalho por meio do registro e aprimoramento do fluxo das rotinas que, conseqüentemente, garantirá a padronização, agilidade, segurança, transparência e celeridade.

O projeto visa implantar a metodologia de gestão de processos de trabalho na área administrativa do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, com intuito de mapear, analisar, modelar, publicar, otimizar e controlar processos de trabalho no âmbito do 2º Grau do PJMS, com o foco na otimização dos resultados da organização por meio da melhoria dos processos de trabalho. Todo o trabalho deve ser desenvolvido de modo participativo e democrático.

Pela proposta, que utiliza a metodologia BPM (*Business Process Management*), busca-se a racionalização e a melhoria contínua dos fluxos

de trabalho com vistas à eficiência e qualidade do serviço prestado, bem como contribuir para o cumprimento da missão do PJMS, alinhando assim o projeto ao objetivo estratégico nº 3: ser eficiente nas rotinas de trabalho administrativo, contido no Plano Estratégico 2015-2020 do PJMS.

A princípio, participaram de sete oficinas de trabalho para a implantação do modelo de Gestão de Processos as seguintes áreas administrativas: Assessoria de Planejamento, Controle Interno, Direção-Geral, Secretaria da Escola Judicial, Secretaria de Bens e Serviços, Secretaria de Comunicação, Secretaria de Finanças, Secretaria de Gestão de Pessoal, Secretaria de Obras, Secretaria de Tecnologia da Informação, Secretaria do Conselho Superior da Magistratura.

Será desenvolvido projeto-piloto, com o mapeamento, otimização, redesenho e monitoramento de cinco processos críticos diagnosticados pela área e pela Assessoria de Planejamento, em quatro secretarias do TJMS: Secretaria de Gestão de Pessoal, Secretaria de Finanças, Secretaria de Tecnologia da Informação e Secretaria do Conselho Superior da Magistratura.

A implementação permanente deste modelo de gestão contribuirá para proporcionar uma gestão integrada, a partir de uma visão sistêmica dos processos, com foco em resultados, referenciados nas necessidades de todos os envolvidos e nas diretrizes estratégicas da instituição, além de difundir o conhecimento, com a disponibilização de informações sobre os processos desenvolvidos pela organização.

Uma vez concluída a qualificação cabe a cada área, com o apoio da Assessoria de Planejamento, a responsabilidade pelo mapeamento e redesenho das rotinas de trabalho. Os resultados dos *workshops* são esperados para o ano de 2017, momento em que a gestão de processos será implantada efetivamente e gradativamente, de acordo com as necessidades das áreas envolvidas.

AÇÕES DA SECRETARIA DE BENS E SERVIÇOS GERAM MELHORIAS NO JUDICIÁRIO DE MS

Com a finalidade de planejar, gerenciar, coordenar e executar as atividades inerentes à gestão dos locais de trabalho, atividades de apoio, licitações, compras e contratos, controle e acompanhamento de serviços terceirizados, além de outras atividades relacionadas à área, a Secretaria de Bens e Serviços (SBS) realizou, no biênio 2015/2016, diversas ações que impactaram diretamente no dia a dia de magistrados, servidores e jurisdicionados que frequentam as instalações do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul.

Confira o balanço de atuação de cada área da SBS.

COMISSÃO PERMANENTE DE INVENTÁRIO DE BENS

No ano de 2015, foram realizados inventários em 53 áreas do Judiciário de MS, sendo 46 fóruns de comarcas do interior, além de todos os juizados especiais de Campo Grande e o prédio da Escola Judicial do Mato Grosso do Sul, totalizando 43.613 materiais inventariados e o valor de R\$ 13.369.265,90 em materiais distribuídos. Em 2015 também foram baixados por meio de doações, destruições e incinerações, na Capital e no interior, 4.875 itens, totalizando R\$ 1.304.499,53 em materiais baixados.

No ano de 2016, foram realizados até o mês de setembro inventários em cinco fóruns de comarcas do interior, com substituição de cadeiras em todas elas, além de todas as secretarias do TJMS, exceto a Secretaria de Tecnologia da Informação e todos os Gabinetes de Desembargadores, bem como está em andamento o inventário do prédio do Fórum de Campo Grande, totalizando 28.371 itens inventariados, R\$ 12.643.006,59 em materiais distribuídos, 3.165 itens baixados e R\$ 372.150,59 em materiais baixados.

Em resumo, no biênio foram autuados e concluídos 87 processos de inventário, totalizando R\$ 26.012.272,49 em materiais distribuídos e 95 processos de baixa, totalizando R\$ 1.676.650,12 em materiais baixados

87

Processos de Inventário

+ de R\$ 26 Milhões

em materiais distribuídos

95

Processos de baixa

+ de R\$ 1 Milhão

em materiais baixados



DEPARTAMENTO DE COMPRAS E DE LICITAÇÕES

No biênio 2015/2016, até o mês de setembro de 2016, foram realizadas licitações nas modalidades concorrência e tomada de preços para contratações de serviços de publicidade para a Secretaria de Comunicação e construções e reformas no prédio do CIJUS, do TJMS e de fóruns de comarcas do interior, totalizando R\$ 26.363.576,72 em licitações, havendo uma economia de R\$ 4.454.901,02 em relação ao valor reservado para as contratações.

Nas modalidades convite e pregão, para contratação de diversos serviços e aquisições de materiais, foram totalizados R\$ 30.285.809,98, com economia de R\$ 5.675.160,88 em relação ao valor reservado.

Na modalidade pregão para registro de preços para futuras aquisições de materiais, foram registrados R\$ 23.345.391,32, com economia de R\$ 4.399.657,77 e na modalidade pregão eletrônico foram licitados R\$ 33.451.389,69, com economia de R\$ 5.532.948,87.

No ano de 2015, ainda foi realizado leilão para alienação dos veículos colocados em disponibilidade, com avaliação inicial de R\$ 260.700,00 e arrecadação final de R\$ 637.100,00.

Descrição	Valor R\$
Licitações	26.363.576,72
Economia valor de reserva	4.454.901,02
Convite e Pregão	30.285.809,98
Economia de reserva	5.675.160,88
Pregão futuras aquisições	23.345.391,32
Economia de reserva	4.399.657,77
Pregão Eletrônico	33.451.389,69
Economia de reserva	5.532.948,87
Leilão veículos inicial	260.700,00
Leilão veículos arrecadados	637.100,00

DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS

Além das atividades do dia a dia, no biênio 2015/2016 foram executadas as seguintes ações:

Planejamento e contratação de serviços de caráter contínuo para a implantação do Centro Integrado de Justiça de Campo Grande (CIJUS), incluindo a contratação dos serviços de limpeza e conservação; contratação dos serviços de Apoio Administrativo na recepção e atendimento ao público; contratação dos serviços de Vigilância Armada e contratação dos serviços de Copeiragem;

Planejamento e contratação dos serviços de vigilância armada no Poder Judiciário, inicialmente sendo implantado no TJMS em 2015 para proteção do patrimônio, magistrados, servidores e público em geral, estendendo-se em 2016 para os Fóruns de Campo Grande e Dourados;

Planejamento e contratação dos serviços de atendimento ao público por meio de porteiros terceirizados, serviço prestado anteriormente somente no TJMS, estendendo-se neste biênio aos fóruns de Campo Grande e Três Lagoas, estando em fase de elaboração do Termo de Referência para Ponta Porã;

Fiscalização e viabilização de serviços gerais, com utilização de mão de obra por meio de convênio com o conselho da comunidade de Campo Grande, executados por reeducandos dos regimes aberto e semiaberto do sistema prisional, prestados nas áreas externas dos prédios da Secretaria do Tribunal de Justiça.

A Coordenadoria de Serviços Gerais está revitalizando os jardins dos prédios do TJMS, incluindo o prédio da Ejud, substituindo mudas avariadas e plantando novas mudas de diferentes espécies da região. Instalou, também, um viveiro para armazenamento e recuperação de plantas.

A Coordenadoria de Manutenção de Bens Móveis realizou no biênio, até o mês de setembro de 2016, 2.511 atendimentos, dentre manutenção de ar condicionado, eletroeletrônicos, telecomunicações e outros serviços. Foram executados, ainda, 345 serviços de marcenaria, como fabricação e instalação de mobiliário para copas e tribunais do júri para seis fóruns de comarcas do interior do Estado.

Além disso, em 2015 foi implantado o serviço de chaveiro, com aquisição de equipamentos próprios e execução dos serviços por um servidor do quadro do TJMS, propiciando mais segurança e celeridade na substituição de chaves e fechaduras dos prédios do PJMS na Capital.

DEPARTAMENTO DE SUPRIMENTO E LOGÍSTICA

Além de todas as atividades rotineiras da área, durante o biênio 2015/2016, a Coordenadoria de Almoxarifado realizou as seguintes ações extraordinárias:

Participação no programa de Qualidade de Vida do TJMS, adquirindo e distribuindo para todas as áreas do PJMS descanso de pés e mouse pads, no valor de R\$ 91.194,46;

Substituição de persianas nos fóruns das comarcas do interior do Estado.

Também pensando no bem-estar dos servidores, começaram a ser adquiridos e distribuídos para todas as áreas do TJMS frascos de inseticidas e álcool gel, para evitar a disseminação de doenças.

Por fim, está em elaboração um plano para distribuição de canecas para os servidores do PJMS, para diminuição do uso de copos descartáveis, com implantação até o início de 2017.

A Coordenadoria de Patrimônio executou as seguintes ações:

Atualização e inclusão de novos itens ao processo de Padronização de Mobiliários do Poder Judiciário Estadual;

Substituição de assentos nos fóruns de comarcas do interior, além da Secretaria Judiciária de 1º Grau, Secretaria Judiciária do TJMS e para todo o prédio do CIJUS;

Substituição de cadeiras fixas e longarinas por poltronas de auditório no Tribunal Pleno, Plenário Cível e Plenário Criminal do TJMS e nos fóruns de comarcas do interior, além do plenário das Turmas Recursais do CIJUS;

Atualização das poltronas, sofás, mesas de centro e mesas laterais utilizadas na sala de reuniões da Presidência, Salão Pantanal, Plenários Cível e Criminal e Tribunal Pleno;

Atualização dos eletrodomésticos existentes em todas as copas do PJMS (fóruns de comarcas do interior, fórum e juizados da Capital, prédios das Secretarias do TJMS e Gabinetes dos Desembargadores), com inclusão de liquidificador e forno micro-ondas;

Substituição dos telefones com fio por telefones sem fio com ramal adicional no Fórum de Campo Grande e assessorias dos Gabinetes dos Desembargadores.

Por fim, no biênio 2015/2016, a Coordenadoria de Transportes foi responsável pela manutenção e funcionamento da aeronave cedida pela Justiça Federal para uso do PJMS, sendo utilizada para proporcionar maior aproveitamento de tempo durante as viagens do Presidente para as comarcas do interior do Estado.

No ano de 2015, foram adquiridos 48 novos veículos para a frota, totalizando R\$ 3.057.900,00 em aquisições, bem como foram doados três veículos, sendo dois para a Agepen e um para o Asilo São João Bosco, e leiloados mais 33 veículos.

No ano de 2016, foram adquiridos 31 veículos, inclusive duas vans, totalizando R\$ 3.444.000,00, sendo destinados 18 veículos para leilão que ocorrerá em 2017.



ASSESSORIA MILITAR ATUA EM PROL DA SEGURANÇA NO PODER JUDICIÁRIO

Durante o biênio 2015/2016, a Assessoria Militar do Tribunal de Justiça de MS atuou em diversas frentes em benefício da segurança de magistrados, servidores e jurisdicionados que frequentam os prédios do Poder Judiciário em todo o Estado.

A administração do Tribunal de Justiça empenhou-se em investir em sistemas de segurança, e implantou o Sistema de Segurança de Videomonitoramento no prédio do Tribunal de Justiça de MS (circuito fechado de TV), com 162 câmeras nas áreas internas e externas.

Foi implantado ainda Sistema de Segurança Privado nas portarias e entradas de estacionamentos, do Tribunal de Justiça, fóruns de Campo Grande, Dourados e Centro Integrado de Justiça, com portas com sensores eletrônicos de metais e outros objetos, além de seguranças armados em todas as entradas e guaritas.

Nos últimos dois anos, a Assessoria Militar do TJMS atuou na inspeção e elaboração de relatórios de risco nos fóruns do interior e Capital e efetuou vistoria por parte de oficiais e praças com relação à segurança das instalações prediais pertencentes ao Poder Judiciário, com elaboração de relatórios com a finalidade de melhorias e adequações pertinentes à melhora da segurança para os magistrados, servidores e demais usuários.

Dentre as ações da Assessoria Militar, destaca-se ainda a implementação de Planos de Segurança nos Fóruns do interior e Capital, com palestras nas comarcas do interior por parte dos oficiais da Assessoria, com a finalidade de padronizar a segurança prestada por parte dos policiais militares à disposição do Poder Judiciário, junto aos magistrados, servidores e instalações locais. Foi implantado também o Plano de Recolhimento e Encaminhamento de Armas e Itens de munições oriundas das Comarcas do Interior e Capital para a destruição junto ao 9º Batalhão de Suprimento do Exército Brasileiro, com o recolhimento de quase 2 mil armas e mais de 24 mil itens de munições.

No biênio, foram adquiridos fardamento e equipamentos de segurança individual para todos os policiais militares que prestam serviços ao Poder Judiciário; dois veículos com camburão caracterizados, sendo um para a sede do Tribunal de Justiça e outro para o Fórum de Campo Grande e dois veículos novos para a Assessoria Militar. Os militares participaram ainda de 11 ações do Tribunal de Justiça na Caravana da Saúde, em parceria com o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, e realizaram várias ações de proteção pessoal a magistrados sob ameaças em razão do desempenho de atividade funcional.

APROVADO NOVO REGIMENTO INTERNO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

O Tribunal Pleno do TJMS aprovou, em abril de 2016, o Novo Regimento Interno do Tribunal de Justiça de MS. Importante lembrar que se somaram às alterações das novas normas processuais resultantes da Lei nº 13.105/2015, novo Código de Processo Civil, inúmeros pedidos de atualização regimental que já tramitavam pela Comissão Técnica de Regimento Interno da Corte.

Ressalte-se ainda que há um bom tempo vinha a Comissão se debruçando sobre a matéria, exatamente porque a nova lei processual apresentou elevado número de inovações.

Dezenas de artigos e parágrafos tiveram sua redação alterada ou foram revogados por incompatibilidade com a nova norma processual, mas os Livros, os Títulos, os Capítulos e as Seções foram preservados.

As modificações efetivadas para consolidar o novo Regimento Interno não alteraram sua estrutura original, que continua firme e inabalada, tanto que o regimento anterior possuía 602 artigos e o novo terá 608.

Observa-se que a dinâmica do Direito vai se moldando às necessidades dos novos tempos e às novas ferramentas de trabalho, em especial, à informática, que vem sendo bem aproveitada na efetivação da Justiça pelo novo CPC.

A Comissão Técnica de Regimento Interno do TJMS é presidida pelo Des. Claudionor Miguel Abss Duarte e composta pelos desembargadores Eduardo Machado Rocha e Marcelo Câmara Rasilan, assessorada pelos servidores Cornélio Martins Gonçalves e Luis Cláudio Lima de Oliveira.





CONSELHO DA MAGISTRATURA PROMOVE 31º CONCURSO PARA JUIZ SUBSTITUTO

A Secretaria do Conselho Superior da Magistratura teve atuação marcante no biênio 2015/2016 com a realização do 31º Concurso para Juiz Substituto, além dos julgados no CSM, no Órgão Especial e no Tribunal Pleno.

Com início em abril de 2015 e conclusão no final do biênio, foi realizado o 31º Concurso de Juiz Substituto com aprovação de novos magistrados do Judiciário de MS. O certame contou com 3.680 inscritos, recorde na história dos concursos da magistratura de sul-mato-grossense.

A primeira avaliação, prova objetiva seletiva, foi realizada no dia 25 de julho de 2015, e as provas orais foram encerradas em novembro de 2016. O concurso foi composto por cinco fases, sendo a primeira e a segunda executadas pela Fundação VUNESP, e as demais pela comissão organizadora do certame. Nas duas primeiras etapas, os candidatos fizeram prova objetiva seletiva; provas escritas e de sentença - ambas de caráter eliminatório e classificatório; na terceira etapa, com caráter eliminatório, os candidatos classificados nas provas discursivas foram convocados por Edital para requererem sua inscrição definitiva. Os organizadores fizeram uma sindicância da vida pregressa, investigação social do candidato, exame de sanidade física e mental, além de exame psicotécnico. A quarta etapa foi composta pela entrevista e pela prova oral e na quinta etapa foram avaliados os títulos apresentados.

No biênio, foram realizadas, além das sessões do Conselho, quatro mutirões, aprovada uma aposentadoria, além de realizados 46 concursos de promoção, remoção e permuta de magistrados. Destes, um foi para o cargo de desembargador, 19 na entrância especial, 18 na 2ª entrância e oito na 1ª entrância.

Apenas um magistrado aposentou-se neste biênio, o Des. Oswaldo Rodrigues de Melo, e foram empossados no cargo de desembargador o juiz Nélio Stábile e o procurador de justiça Paulo Alberto de Oliveira, em vaga destinada ao Quinto Constitucional.



46

Concursos de promoção, remoção ou permuta

Concurso	Quantidade
Desembargador	1
Entrância Especial	19
1ª Entrância	18
2ª Entrância	18

Até o mês de setembro de 2016, na 1ª instância, foram removidos, a pedido, os juízes Marcelo Ivo de Oliveira, Thiago Nagasawa Tanaka, Juliano Rodrigues Valentim, Waldir Peixoto Barbosa, Wagner Mansur Saad, José Eduardo Neder Meneghelli, Atílio César de Oliveira Junior, Rubens Witzel Filho, Daniela Endrice Rizzo, Cristiane Aparecida Biberg de Oliveira, Tatiana Decarli, Fábio Henrique Calazans Ramos, Melyna Machado Mescouto Fialho e Jessé Cruciol Junior. Também foram removidos, por permuta, os juízes Fábio Henrique Calazans Ramos, Mariana Rezende Ferreira Yoshida, Guilherme Henrique Berto de Almada e Kelly Gaspar Duarte Neves. Além destes, fizeram permuta os magistrados Renato Antonio de Liberali e Jacqueline Machado.

Para as promoções foram avaliados os critérios de antiguidade e merecimento e, para entrância especial, foram promovidos os juízes Marcus Vinicius de Oliveira Elias, Liliana de Oliveira Monteiro, Zidiel Infantino Coutinho, Alessandro Carlo Meliso Rodrigues, Márcio Rogério Alves, Renato Antonio de Liberali, José de Andrade Neto, Jacqueline Machado e Mário José Esbalqueiro Junior.

Em segunda entrância, os juízes André Luiz Monteiro, Kelly Gaspar Duarte Neves, Marcel Goulart Vieira, Sabrina Rocha Margarido João, Rodrigo Barbosa Sanches, Marco Antônio Montagnana Moraes, Flávia Simone Cavalcante, Mariana Rezende Ferreira Yoshida, Guilherme Henrique Berto de Almada e Juliano Duailibi Baungart foram promovidos.

Em primeira entrância, foram promovidos os juízes Cezar Fidel Volpi, Rafael Gustavo Mateucci Cassia, Idail de Toni Filho, Evandro Endo, André Ricardo e Valter Tadeu Carvalho. Em março de 2016

ocorreu o vitaliciamento dos magistrados aprovados no 30º Concurso para Juiz Substituto que permanecem na magistratura de MS.

Quanto aos mutirões, os trabalhos foram direcionados para a 1ª Vara da Comarca de Sidrolândia nos períodos de 2 de março a 29 de junho de 2015 e de 30 de maio a 26 de novembro de 2016, e para a 1ª Vara e Juizado Especial Adjunto da Comarca de Jardim de 26 de março a 10 de julho de 2015.

A realização de mutirão judicial envolveu ainda as Turmas Recursais dos Juizados Especiais, no período de 4 de maio a 5 de setembro de 2015, além do mutirão carcerário no Estado de Mato Grosso do Sul, nos períodos de 22 de junho a 10 de julho de 2015 e de 14 de junho a 8 de julho de 2016.

Além da reinstalação das comarcas de Angélica e Dois Irmãos do Buriti, foi determinada ainda a instalação de cinco novas varas no biênio: a Vara de Execução Penal do Interior e a Vara da Justiça Itinerante do Estado de Mato Grosso do Sul, ambas no dia 24 de agosto de 2016, a 8ª Vara Cível da Comarca de Dourados, no dia 7 de agosto de 2015, a Vara da Execução Fiscal da Fazenda Pública Municipal da Comarca de Campo Grande, no dia 17 de março de 2015, e a 3ª Vara da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca de Campo Grande, no dia 9 de março de 2015.

No biênio 2015/2016, também foram elevadas as Comarcas de Corumbá e Três Lagoas à categoria de Entrância Especial e as Comarcas de Iguatemi, Itaporã, Nova Alvorada do Sul e Ribas do Rio Pardo à categoria de Segunda Entrância.





CONTROLE INTERNO ATUA NA AUDITORIA E FISCALIZAÇÃO DO JUDICIÁRIO DE MS

Com o objetivo de auxiliar a Presidência do Tribunal de Justiça no controle da legalidade da gestão do Poder Judiciário, o Controle Interno do TJMS realizou com eficácia as ações programadas nos Planos Anuais de Atividades de Auditoria dos exercícios 2015/2016.

O Controle Interno é responsável por acompanhar a gestão e a execução orçamentária, financeira e patrimonial do Tribunal e a execução dos programas de trabalho, bem como verificar a utilização regular e racional dos recursos e bens públicos e avaliar os resultados alcançados pelos administradores. É ainda competência da unidade orientar os administradores, mediante fornecimento de informações, com vistas ao aperfeiçoamento das atividades de planejamento, orçamento e programação financeira.

AÇÕES DE AUDITORIA

Para atendimento a disposições legais e normativas foram realizadas no biênio as seguintes ações de auditoria: no procedimento de concessão de diárias a servidores; no procedimento de concessão de diárias a magistrados; no procedimento de concessão de suprimento de fundos do PJMS; no Processo anual de Contas: TJMS/FUNJECC; no procedimento de planejamento de obras; no procedimento de composição de preços médios para licitações; no procedimento de recebimento e estocagem de bens de consumo; nos procedimentos de dispensa e inexigibilidade de licitação, excluídas as contratações previstas no art. 24, I e II; no Processo anual de Contas: TJMS/FUNJECC; nos procedimentos de fiscalização do Contrato 01.002/201 quanto ao aspecto da legalidade dos procedimentos adotados; na execução de contratos da área de Tecnologia da Informação; nos procedimentos de entrega da declaração de bens e rendas pelos servidores do Poder Judiciário; na execução dos contratos de serviços terceirizados; nos procedimentos de restos a pagar; e na avaliação de Controles Internos na Coordenadoria de Contratos.

ATIVIDADES DE FISCALIZAÇÃO - PROCEDIMENTOS DE CONTROLE

O Controle Interno realizou também trabalho preventivo das ações da Administração com a finalidade de minimizar as inconsistências detectadas, buscando fortalecer e orientar as áreas quanto à regularidade e relevância dos atos de gestão.

O Procedimento de Controle consiste no exame que antecede o processamento de um ato ou um fato, para prevenir a ocorrência de omissões, inadequações e intempestividade dos atos de gestão, com a finalidade de subsidiar as decisões da Administração quanto aos aspectos da legalidade, legitimidade, economicidade, publicidade e eficiência.

Foram encaminhados ao Controle Interno para verificação concomitante os procedimentos relativos a Orçamento, Finanças, Contabilidade, Pessoal, Licitações e Contratos.

Foram analisados os processos das seguintes espécies: Concessão de Aposentadorias e Pensões; Aditamentos Contratuais; Cessão de Uso e Convênios; Emissão de Empenhos; Contratação direta, por dispensa e inexigibilidade; Licitações nas modalidades Convite, Tomada de Preços e Concorrência; Licitação na modalidade Pregão, presencial e eletrônico; Utilização de atas de registro de preços;

Leilão e cadastramento de leiloeiros; Doação de bens; Incorporação de bens; Concessão e Prestação de Contas de Suprimento de Fundos.

RESULTADOS

O Controle Interno vem constantemente implementando sua atuação por meio do aprimoramento qualitativo e consubstancial de suas ações, da estruturação organizacional de uma equipe de auditoria, da operacionalização de procedimentos, do desenvolvimento e do aprimoramento de técnicas e de métodos de trabalhos.

Durante os exercícios 2015 e 2016, o Controle Interno envidou esforços no sentido de cumprir integralmente as ações de auditoria programadas nos PAAS, bem como orientar à Administração na consecução de seus objetivos, ao propor melhorias na execução dos trabalhos nas diversas áreas e ao sugerir soluções às inconsistências detectadas, contribuindo assim, de forma independente, objetiva e disciplinada, com o processo de governança.

A elaboração de programas de auditoria, além de propiciar a obtenção de conhecimentos sobre os processos e atividades do PJMS na definição de metodologias de trabalho do Controle Interno, reduzirá os esforços para o planejamento de ações de auditoria recorrentes nos próximos anos.

Auditoria Realizadas

Procedimento de concessão de diárias a servidores

Procedimento de concessão de diárias a magistrados

Procedimento de concessão de suprimento de fundos do PJMS

Processo anual de Contas: TJMS/FUNJECC

Procedimento de planejamento de obras

Procedimento de composição de preços médios para licitações

Procedimento de recebimento e estocagem de bens de consumo

Procedimentos de dispensa e inexigibilidade de licitação, excluídas as contratações previstas no art. 24, I e II

Processo anual de Contas: TJMS/FUNJECC

Procedimentos de fiscalização do Contrato 01.002/201 quanto ao aspecto da legalidade dos procedimentos adotados

Execução de contratos da área de Tecnologia da Informação

Procedimentos de entrega da declaração de bens e rendas pelos servidores do Poder Judiciário

Execução dos contratos de serviços terceirizados

Procedimentos de restos a pagar

Avaliação de Controles Internos na Coordenadoria de Contratos



TJMS IMPLANTARÁ MODELO DE GESTÃO POR COMPETÊNCIAS

O Tribunal de Justiça, por meio da Secretaria de Gestão de Pessoal, em parceria com a Escola Judicial de MS – Ejud, deu início, em agosto de 2015, à primeira etapa dos procedimentos para implantação do modelo de Gestão por Competências no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul.

Em linhas gerais, a Gestão por Competências constitui-se num moderno e eficaz modelo de gestão de pessoas, cujo objetivo é identificar, desenvolver e mobilizar as competências necessárias para o alcance dos objetivos da organização.

O primeiro passo do detalhamento em Gestão por Competências é saber quais são os requisitos necessários para o desempenho de determinada função, considerando as competências técnicas e comportamentais (conjunto de atribuições e especificação de conhecimentos, habilidades e atitudes). Em seguida, identifica-se o que o servidor que desempenha a função em questão tem a oferecer nessas competências. Feito isso, as informações coletadas são colocadas lado a lado para que se possa visualizar o resultado obtido por meio da comparação entre ideal x real (função x servidor) e, assim, sejam tomadas ações concretas e efetivas no sentido de estimular, potencializar e desenvolver as competências do servidor. O sucesso na implantação desse modelo de gestão requer a participação e o envolvimento de toda a organização.

Com a implantação do projeto, a organização se tornará capaz de mensurar correta e criteriosamente o investimento destinado às reais necessidades de capacitação e desenvolvimento dos servidores. Pelo diagnóstico apresentado pelo



Reunião com Magistrados

mapeamento de competências, o Poder Judiciário de MS, por meio da Escola Judicial, será capaz de traçar um plano de desenvolvimento específico para as necessidades de desenvolvimento de cada servidor, possibilitando aferir de maneira mais sistemática os resultados obtidos após a realização das capacitações.

A implantação do projeto está subsidiada pelo Conselho Nacional de Justiça quando, em 2014, estabeleceu à Justiça Estadual o cumprimento da meta de “mapear, pelo menos, 60% das competências dos tribunais [...]”.

CONSULTORIA

A empresa Leme Consultoria foi contratada para a realização do mapeamento das competências técnicas e comportamentais de 1ª e 2ª Instâncias existentes no Poder Judiciário de MS. Foram realizados 12 encontros presenciais que contemplaram gestores e servidores de todas as áreas da Secretaria do Tribunal de Justiça, totalizando 360 participantes. O objetivo foi oferecer treinamento ao público participante para a coleta de informações que irão compor a descrição de cada uma das funções/papéis, por meio do método MAP – Mapa de Atribuições por Produto. Até o dia 22 de setembro de 2016, foram mapeadas 411 funções.

A construção do MAP foi realizada de maneira participativa, envolvendo gestores e servidores na identificação dos produtos, das atribuições e das competências técnicas requeridas por cada função desempenhada dentro do Poder Judiciário de MS.



TRIBUNAL IMPLANTA GINÁSTICA LABORAL PARA SERVIDORES DA CPE

Com o objetivo de reduzir o índice de afastamento por doenças osteomusculares, o Tribunal de Justiça, por meio da Secretaria de Gestão de Pessoal, implantou a ginástica laboral para os servidores lotados na Secretaria Judiciária de Primeiro Grau, responsável pela Central de Processamento Eletrônico (CPE).

A ação já contemplou 189 servidores e teve início em 25 de janeiro de 2016, três vezes por semana, com sessões de quinze minutos, contribuindo não só para a prevenção de doenças ocupacionais, aliviando as dores do corpo, o estresse, o cansaço e a irritação causados pelo desgaste físico e mental relacionados ao trabalho, como também para a promoção da melhoria na qualidade de vida no trabalho.

Sob a supervisão de uma fisioterapeuta e de um profissional de Educação Física, o projeto desenvolvido pela Secretaria de Gestão de Pessoal, por meio do Departamento de Acompanhamento e Ava-

liação de Pessoas, integra o rol de ações que compõem a Política e Programa de Qualidade de Vida no Trabalho, que tem como objetivo não só melhorar a qualidade de vida no trabalho, como também reduzir os afastamentos e conscientizar os servidores sobre a importância da atividade física.

A ginástica laboral consiste na realização de exercícios de alongamento, fortalecimento, coordenação motora, resistência, compensatórios e inclui ainda atividades lúdicas e dinâmicas, trabalhando dessa maneira a reeducação postural, aliviando o estresse, diminuindo o sedentarismo e aumentando o ânimo no trabalho, além de promover também uma maior consciência corporal.

O projeto teve duração de um ano e, com a maciça aceitação entre os servidores contemplados pelo projeto, a intenção é de estender a ginástica laboral para os demais servidores, inclusive para as comarcas do Estado.



Assinatura do Convênio entre TJMS e a Associação Pestalozzi

RESPONSABILIDADE SOCIAL: TJ FIRMA CONVÊNIO E CONTRATA JOVENS DA PESTALOZZI

Uma iniciativa inédita possibilitou que pessoas com deficiência intelectual façam parte da mão de obra do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul. O presidente do Tribunal de Justiça, Des. João Maria Lós, assinou, no dia 19 de novembro de 2015, o convênio com a Associação Pestalozzi de Campo Grande que contempla um dos valores do Poder Judiciário estadual: Responsabilidade Social.

Pelo convênio, pessoas com deficiência intelectual (PCD) foram contratadas para prestação de serviços de apoio administrativo no âmbito do Poder Judiciário, recebendo salário e os benefícios sociais como Fundo de Garantia (FGTS), contribuições previdenciárias e auxílio-alimentação pelo período de 12 meses.

Os dois primeiros jovens foram encaminhados pela Associação Pestalozzi de Campo Grande e iniciaram suas atividades no dia 1º de dezembro de 2015, um direcionado ao Cartório da 2ª Vara de Execução Penal, no Fórum de Campo Grande,

e outro à Coordenadoria de Estagiários e Mirins, da Secretaria de Gestão de Pessoal do TJ.

Desde o dia 15 de abril de 2016, mais uma jovem da Associação Pestalozzi faz parte da equipe de funcionários do Poder Judiciário Estadual, esta lotada na 1ª Vara de Execução Penal, no Fórum de Campo Grande.

Os servidores dos setores que receberam os jovens participaram de palestras ministradas pela entidade com o intuito de auxiliar na adaptação e recepção dos novos colegas de trabalho, objetivando desmistificar e quebrar preconceitos sobre pessoas com deficiência e também saber lidar com suas peculiaridades da melhor forma.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

CONCEDE BENEFÍCIO A

SERVIDORES INATIVOS

OU PENSIONISTAS



Receberam o benefício em setembro de 2016

O Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul instituiu a assistência médico-social para os servidores inativos ou pensionistas do Poder Judiciário de MS. O anteprojeto de lei foi aprovado pelo Órgão Especial, por unanimidade, em 30 de setembro e a Lei nº 4.760 foi publicada pelo Governador do Estado em 20 de novembro de 2015.

A lei alterou o *caput* do art. 169 para conferir-lhe melhor clareza e concisão redacional, bem como fez o acréscimo do art. 169-A à Lei nº 3.310 (Estatuto dos Servidores do Poder Judiciário), fixando um incremento mensal de valor, na ordem de 10% do vencimento do cargo de analista judiciário, referência inicial, a título de assistência médico-social, de caráter indenizatório, aos aposentados e pensionistas.

Dessa maneira, a Administração do TJMS pensa no bem-estar e na qualidade de vida dos servidores que dedicaram longos anos de trabalho ao Poder Judiciário, dos quais muitos se encontram em vulnerável situação de saúde.

De acordo com a folha de pagamento de setembro de 2016, 715 aposentados e 106 pensionistas recebem o benefício.

715

Aposentados

106

Pensionistas



TJMS APROVA

PLANO DE LOGÍSTICA

SUSTENTÁVEL

O Tribunal de Justiça aprovou, em setembro de 2015, o Plano de Logística Sustentável (PLS) do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul. O plano foi elaborado em cumprimento à resolução do Conselho Nacional de Justiça que determina aos órgãos e conselhos do Judiciário a criação de unidades ou núcleos socioambientais, em que prevê a implantação de um plano de logística sustentável.

O PLS visa promover a responsabilidade socioambiental e inserir critérios de sustentabilidade nas atividades da administração pública. A inserção desses critérios envolve mudanças nos investimentos, compras e contratação de serviços pelo Judiciário até uma gestão adequada dos resíduos gerados e dos recursos naturais utilizados, além da promoção da melhoria na qualidade de vida do ambiente de trabalho. Esse plano engloba a implantação de diversas práticas de sustentabilidade em diversas áreas que vão desde o material de consumo até mesmo na capacitação dos servidores em educação socioambiental.

Além disso, busca consolidar, organizar, aprimorar e sistematizar as boas práticas de sustentabilidade no Poder Judiciário de MS e fornecer diretrizes para novas ações.

PAPA-PILHA

Desde o ano de 2015, o Tribunal de Justiça, por meio da Secretaria de Obras, realiza a coleta de pilhas e baterias usadas que, por sua vez, terão a destinação correta. Para a coleta, foram instaladas caixas coletoras, chamadas de Papa-Pilha, no saguão principal do Tribunal de Justiça, no Fórum de Campo Grande, no Juizado Central e no Fórum de Dourados.

O objetivo do projeto é contribuir para o descarte adequado desses materiais que representam um risco ao meio ambiente e à saúde pública se descartadas no lixo comum, além de conscientizar os servidores e jurisdicionados da necessidade de dar um destino correto a esses materiais. Essa ação faz parte da meta que visa ao descarte adequado dos resíduos do Poder Judiciário de MS previsto no Plano de Logística Sustentável.

Assim, os servidores e o público podem depositar nos Papa-Pilha as pilhas e baterias de celulares que já não estão sendo mais utilizadas, as quais são encaminhadas ao Programa Abinee - Recebe Pilhas, desenvolvido pela Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica, e que realiza a coleta e encaminhamento das pilhas e baterias portáteis para reciclagem e destinação final ambientalmente adequada.

PROJETO-PILOTO

Menos de um mês após a aprovação do Plano de Logística Sustentável, o Tribunal de Justiça, por meio da Secretaria de Obras, implantou na comarca de Terenos o plano piloto para a aplicação de algumas propostas previstas no Plano de Logística Sustentável (PLS) do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul.

Inaugurado em agosto de 2016, o novo Fórum de Terenos conta com algumas ações estabelecidas no PLS, como, por exemplo, a instalação de luminárias de LED, que tem uma vida útil longa e apresenta maior eficiência energética, sensores de presença para acionamento de iluminação de áreas de ocupação eventual, como os banheiros, e a instalação de ar-condicionado *inverter* que é mais econômico que outros modelos, pois o compressor, espécie de motor do ar-condicionado, funciona em baixa potência sem desligar, permanecendo sempre em operação. Isso evita estalos quando o compressor entra em operação e os picos de luz.

Além das ações que visam à redução de consumo de energia elétrica, a comarca também tem a captação de águas pluviais, que já ocorre em algumas comarcas como Nova Alvorada do Sul, Mundo Novo, Água Clara, Bonito, Anastácio, Sete Quedas, Ivinhema e no anexo do Tribunal de Justiça. Nos banheiros foram instaladas descargas econômicas com duplo acionamento para sólidos e líquidos e secadores de mãos elétricos.

Outra proposta consiste na aquisição de canecas com o intuito de diminuir o consumo de copos descartáveis que demoram 200 anos para se decompor no meio ambiente.



Fórum da comarca de Terenos



CAMPANHA BUSCA CONSCIENTIZAR E INCENTIVAR BOAS PRÁTICAS NO TRÂNSITO

O Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul lançou no dia 15 de outubro de 2015, na esquina da avenida Afonso Pena com a rua Bahia, a campanha, de caráter permanente, “Trânsito Legal - Faça sua parte”, que conta com a participação de servidores e magistrados do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul.

Foram realizadas ações de blitz nas ruas, ocasiões em que foram entregues aos motoristas adesivos da campanha e materiais de orientação. Essa é mais uma das maneiras de aproximar a população do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul e tem como objetivo incentivar boas práticas no trânsito, além de participar do processo de mudança de cultura, contribuindo dessa maneira para um trânsito mais seguro. O fomentador da campanha, Des. Marcos José de Brito Rodrigues, participou de todas as ações da campanha nas ruas da Capital, acompanhado por servidores do TJMS, do Fórum e do Juizado Central.

Os adesivos da campanha foram afixados em toda a frota de veículos oficiais do Poder Judiciário de MS e a logomarca da campanha contendo alguma mensagem educativa consta nos rodapés de documentos de comunicação interna e externa da Justiça Estadual e em algumas páginas no Diário da Justiça.

Além disso, a mensagem “Trânsito Legal - Faça sua parte” é um lembrete no Portal do Tribunal de Justiça, na intranet e é uma bandeira do Poder Judiciário nas redes sociais próprias e dos seguidores dos perfis oficiais.

Frases educativas tais como: “Proteja-se! Use o cinto de segurança” ou “Vai virar? Ligue a seta!”, entre outras, foram espalhadas em *outdoors* em diversos pontos da cidade. A campanha também foi amplamente divulgada por meio de matérias jornalísticas, tudo com o intuito de conscientizar a população acerca da responsabilidade de cada um para um trânsito melhor e mais seguro para todos.





MEMÓRIA: EXPOSIÇÃO PERMANENTE EM CAMPO GRANDE CONTA A HISTÓRIA DO JÚRI

No dia 27 de fevereiro de 2015, no Fórum Heitor Medeiros em Campo Grande, foi inaugurada uma exposição permanente que conta a história do Tribunal do Júri. A iniciativa visa preservar o valor histórico do Júri e tornar o local um espaço de visitação pública, inclusive de estudantes, já que o ambiente tem relatos históricos, processos que fizeram a história deste órgão, além de uma galeria de magistrados que presidiram os tribunais do júri da Capital a partir da criação dessas varas especializadas.

Elaborada pelo Departamento de Pesquisa e Documentação do TJMS, a exposição segue o mesmo formato da existente no Memorial do Tribunal de Justiça, com painéis localizados no saguão do Fórum de Campo Grande. A exibição aborda todo o histórico da instituição do Júri, desde sua origem na Roma Antiga até os dias de hoje.

Projeto para exposição semelhante nas comarcas do interior também foi realizado para instalação futura, com a confecção de diversos painéis expositores para contar o histórico das comarcas de Amambai, Aparecida do Taboado, Aquidauana, Bela Vista, Corumbá, Coxim, Dourados, Iguatemi, Jardim, Maracaju, Miranda, Nioaque, Paranaíba, Ponta Porã, Porto Murtinho e Três Lagoas. Juntamente com os painéis informativos serão expostos processos históricos das comarcas.



900

Processos históricos recolhidos em comarcas do interior

MEMORIAL

No biênio 2015/2016, foram recolhidos cerca de 900 processos históricos em comarcas do interior para integrar o acervo do Memorial. Este material está sendo devidamente higienizado e cadastrado no Sistema de Automação de Bibliotecas – Módulo Memorial.



CAMPANHAS DO PACIJUS ATENDEM CRIANÇAS E IDOSOS DE MS

O Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, por meio do Pacijus, realizou diversas campanhas, no biênio 2015/2016, em benefício de diversas associações e entidades que atendem crianças, adolescentes e idosos de diversas comarcas do Estado.

No ano de 2015, foram realizadas as campanhas “Faça uma Criança Feliz nesta Páscoa”; “Leilão pela Vida”; “Campanha do Agasalho”; campanha “Idoso, ele precisa de você!”; campanha “Divertimento com Esperança” para o Dia das Crianças; e a tradicional campanha de Natal. No ano de 2016, ocorreram as mesmas campanhas do ano anterior, exceto o “Leilão pela Vida”, realizado em parceria com o Hospital de Câncer de Campo Grande.

As campanhas são iniciativas do Tribunal de Justiça, por meio do Programa para Ajuda à Criança e ao Idoso (Pacijus). Criado em 2009, o Pacijus visa dar apoio a instituições que cuidam de crianças e idosos, por meio de projetos e programas relacionados ao desenvolvimento do bem-estar social e mental.

Importante ressaltar que todas as edições das campanhas contam com o auxílio de órgãos, empresas e associações parceiras, e alcançam a participação não apenas de magistrados e servidores do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul, mas também da sociedade, que já se mobiliza e participa das ações.



CAMPO GRANDE FOI SEDE DO 106º ENCONTRO DO CONSELHO DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA

A cidade de Campo Grande foi palco do 106º Encontro do Conselho dos Tribunais de Justiça. Nos dias 3 e 4 de março de 2016, presidentes dos tribunais estaduais estiveram reunidos para tratar de temas específicos da Justiça Estadual, entre eles, criar estratégias de diálogos e debates constantes.

As reuniões de trabalho e as palestras dos convidados ocorreram no Hotel Deville Prime. O início do evento contou com o pronunciamento do então Vice-Presidente, atual Presidente da República, Michel Temer.

Durante o encontro, os presidentes de tribunais acompanharam as palestras: Escritório Digital, com o conselheiro Carlos Augusto de Barros Levenhagen (CNJ) e com Bráulio Gabriel Gusmão, juiz auxiliar da Presidência do CNJ; Competência delegada da Justiça Federal, com a ministra Nancy Andrighi (STJ); e Justiça Eleitoral, com o presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), juiz João Ricardo dos Santos Costa.

Ao final do evento, foi elaborada a Carta de Campo Grande com as conclusões dos trabalhos do 106º Encontro.





ALEXANDRE AGUIAR BASTOS É EMPOSSADO DESEMBARGADOR DO TJMS

Desde o dia 9 de dezembro de 2016, o Tribunal de Justiça de MS tem mais um desembargador. Alexandre Aguiar Bastos foi empossado desembargador e preencheu a 32ª vaga. Oriundo da advocacia, Des. Alexandre Bastos militou como advogado por vinte e três anos. Dentre suas especialidades, é pós-graduado em Direito Constitucional e em Direito Tributário. Foi assessor jurídico da Presidência do Tribunal de Contas do Estado entre 2003 e 2005 e consultor jurídico da Assomasul de 1995 a 2012.

Na OAB/MS, foi conselheiro estadual entre 2001 e 2003 e, entre 2006 e 2012, presidiu a Comissão de Estágio e Exame da Ordem. Foi também membro da Comissão Nacional do Exame da Ordem entre 2011 e 2012. Atuou como juiz eleitoral substituto do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul entre 2010 e 2012.

O nome do novo desembargador constou na lista sêxtupla da Ordem dos Advogados do Brasil, seccional MS, em maio de 2016. Em sessão do Tribunal Pleno do TJMS, no dia 7 de dezembro, figurou entre os três mais votados e foi nomeado pelo Governador do Estado por meio do Decreto “P”, número 5.585, de 8 de dezembro de 2016.

A posse foi requerida e deferida pelo Presidente do Tribunal de Justiça, Des. João Maria Lós, que, com base na previsão legal do Regimento Interno (Art. 152. Compete ao Presidente do Tribunal de Justiça: Inciso X - tomar compromisso e dar posse a Desembargadores e a Juízes Substitutos) e

diante da apresentação dos requisitos legais, deu posse ao novo desembargador.

O Des. Alexandre Aguiar Bastos passou a atuar na 2ª Câmara Cível, com os desembargadores Marcos José de Brito Rodrigues, Vilson Bertelli e Des. Paulo Alberto de Oliveira, em substituição ao juiz Jairo Roberto de Quadros, convocado para vaga desde dezembro de 2014. Na 2ª Seção Cível, atuará com os desembargadores Nélio Stábile, Dorival Renato Pavan, Marco André Nogueira Hanson e Marcelo Câmara Rasslan.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO DE MATO GROSSO DO SUL





TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO DE MATO GROSSO DO SUL